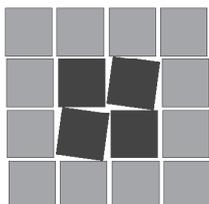


REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Espaço, Conflito e Território

APOIO



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Universidade Federal do Ceará
2009

Revista de Ciências Sociais
Volume 40 - Número 1 - 2009

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN.BL 0041-8862

Comissão Editorial

Eduardo Diatary Bezerra de Menezes, Irllys Alencar Firmo Barreira e Maria Sulamita de Almeida Vieira

Conselho Editorial

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), François Laplantine (Universidade de Lyon 2), Daniel Soares Lins (UFC), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Ismael de Andrade Pordeus Júnior (UFC), Jawdat Abu-El-Haj (UFC), José Machado Pais (ICS, Universidade de Lisboa),

Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concone (PUC-SP), Mirtes Miriam Amorim (UFC), Moacir Palmeira (UFRJ), Ruben George Oliven (UFRGS), Ralph Della Cava (ILAS), Ronald H. Chilcote (Universidade da Califórnia), Véronique Nahoum-Grappe (CNRS).

Edição

Projeto gráfico: Fernanda do Val
Editoração eletrônica: Marcos Aurélio
Revisão: Sulamita Vieira

Endereço para correspondência

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)
60.020-181 Fortaleza, Ceará / BRASIL
Tel./Fax: (85) 33-66-74-21 / 33-66-74-16
E-mail: rsc@ufc.br

Publicação semestral

Solicita-se permuta / Exchange desired

Revista de Ciências Sociais. V. 1 – 1970 –

Órgão oficial do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.

1 – Ciências Sociais

I – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

CDU 3 (05)

SUMÁRIO

05 Nota Editorial

Dossiê: Espaço, conflito e território

07 **RIGIDEZ ESTRUTURAL AO DESENVOLVIMENTO NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO**

Assuéro Ferreira

20 **OLHARESE NARRATIVAS DE FRONTEIRAS: IMAGENS DOS LIMITES TERRITORIAIS E SIMBÓLICOS DO BRASIL**

Lindomar Albuquerque

31 **GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, CONFLITO SÓCIO AMBIENTAL, RESERVA EXTRATIVISTA E O POVOADO DO TAIM**

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e Sislene Costa da Silva

43 **USOS, APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO URBANO**

Roselane Gomes Bezerra

57 **EL CONFLICTO ADMINISTRADO: SOBRE OCUPACIONES DE TIERRA, POSICIONES INSTITUCIONALES Y SABERES PRÁCTICOS**

M. Fernanda Figurelli

Artigos

73 **INFLUÊNCIAS TROTSKISTAS SOBRE A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA**

Ronald H. Chilcote

99 **O BRASIL VISTO PELA IMPRENSA EUROPÉIA: BRASILIANISMO, SAMBA E O BRICS**

Jonathan Fryer

Resenhas

107 **COMIDA COMO CULTURA**, de Massimo Montanari

Maria de Fátima Farias de Lima

112 **COTIDIANO DESPEDAÇADO: CENAS DE UMA VIOLÊNCIA DIFUSA**, de César Barreira

Antônio dos Santos Pinheiro

117 **RESERVADOS E INVISÍVEIS: O ETHOS ÍNTIMO DAS PARCERIAS HOMOERÓTICAS**, de Antonio Cristian Paiva

Daniel Rogers

CONTENTS

Editorial note

Dossier: SPACE, CONFLICT and TERRITORIES

STRUCTURAL RESISTENCE TO DEVELOPMENT IN THE BRAZILIAN NORTHEAST SEMI-ARID

Assuéro Ferreira

VIEWS AND STORIES FROM THE FRONTIER: IMAGES OF THE TERRITORIAL AND SYMBOLIC BOUNDARIES OF BRAZIL

Lindomar Albuquerque

LARGE DEVELOPMENT PROJECTS, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS, EXTRACTIVE RESERVES, AND THE VILLAGE OF TAIM

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e Sislene Costa da Silva

USES, APPROPRIATIONS AND REPRESENTATIONS OF AN URBAN SPACE

Roselane Gomes Bezerra

MANAGED CONFLICT: ABOUT LAND OCCUPATION, INSTITUTIONAL POSITIONS AND PRACTICE KNOWLEDGES

M. Fernanda Figurelli

Artigos

TROTSKYIST INFLUENCES ON DEVELOPMENT THEORY IN LATIN AMERICA

Ronald H. Chilcote

BRAZIL AS SEEN BY THE EUROPEAN PRESS: BRAZILIANISM, SAMBA AND THE BRICS

Jonathan Fryer

Resenhas

FOOD AS CULTURE, Massimo Montanari

Maria de Fátima Farias de Lima

RESERVED AND INVISIBLE MEN: THE INTIMATE ETHOS OF HOMOEROTIC COUPLES, Antonio Cristian Paiva

Daniel Rogers

EVERYDAY LIFE INTO PIECES: SCENES OF A DIFFUSIVE VIOLENCE, César Barreira

Antônio dos Santos Pinheiro

NOTA EDITORIAL

O espaço, mais que unidade geográfica indutora de localização, é uma expressão da vida social. Nesse sentido, inclui e exclui, delimitando práticas sociais diversificadas.

Na condição de território geopolítico, o espaço impõe fronteiras, também asseguradas por princípios de regionalidade, sentidos de pertencimento ou idéias de nacionalidade. Do mesmo modo, as delimitações espaciais asseguradas pelo direito de propriedade suscitam conflitos permeados por formas diferenciadas de legalidade e ilegalidade.

Na perspectiva de uma abordagem socioeconômica caracterizada pela identificação de fatores que “promovem ou entram o desenvolvimento”, as noções de espaço se reportam a práticas sociais e políticas consideradas arcaicas, em oposição à plasticidade que pode ser indutora de mudanças.

O espaço é também simbólico na forma como influencia usos, delimita lugares e percepções sobre a dinâmica do seu funcionamento.

O conjunto de perspectivas arrolado nos diversos artigos demonstra o quanto a categoria espaço, ao lado da categoria tempo, é constitutivo de um olhar sociológico e antropológico.

Aqui, seguem-se alguns breves comentários sobre os artigos que compõem o dossiê desta edição. O trabalho de Lindomar Albuquerque trata da noção de fronteira na demarcação de espaços nacionais. O autor toma como referência documentários centrados no movimento de populações e nas suas representações simbólicas em áreas fronteiriças do Brasil, localizadas nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte. Assuéro Ferreira expõe uma reflexão sobre o semi-árido nordestino, focalizando, numa perspectiva histórica, obstáculos estruturais ao desenvolvimento regional, dentre os quais destaca a “extrema assimetria e desigualdade na ocupação da terra” contrapondo-os a estratégias políticas traçadas nessa direção. Trabalhando com uma percepção de espaço urbano, materializada em usos e apropriações característicos de um bairro, Roselane Bezerra analisa tensões e conflitos presentes na Praia de Iracema, em Fortaleza. Sant’Ana Júnior e Sislene Silva analisam conflito sócio ambiental no Maranhão, em torno da posse e controle de territórios, envolvendo populações tradicionais, grandes “projetos de desenvolvimento” e o Estado. É também sob a ótica do conflito que Fernanda Figurelli constrói seu texto, examinando experiências de acampamento, organizadas por trabalhadores rurais no Nordeste do Brasil, como estratégia para alcançarem a desapropriação de terras pelo INCRA, e a conseqüente demarcação de espaços para o trabalho agrícola e o viver no campo. Nesses processos, atores individuais e instituições são concebidos como personagens de um conflito administrado por regras e saberes práticos.

Os artigos reunidos neste dossiê utilizam as noções de espaço, conflito e território de forma particularizada, ou mais abrangente, chamando a atenção do leitor para as possibilidades interessantes de investigação sugeridas por tais conceitos.

A Comissão Editorial

RIGIDEZ ESTRUTURAL AO DESENVOLVIMENTO NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

INTRODUÇÃO

A *Questão Região Semi-árida* (RSA) é parte orgânica da *Questão Nordeste*, visto que de uma perspectiva sistêmica, no tocante ao processo de desenvolvimento, uma não se afirma sem a outra¹. Sem dúvida, se na RSA subsistem fatores de ordem físico-ambiental que a fragilizam, estes ampliam conjuntamente as suas vulnerabilidades socioeconômicas. Por exemplo, nas ocorrências de suas típicas secas periódicas, não se pode esquecer que condições de subdesenvolvimento muito similares se evidenciam nas áreas do Nordeste que não estão sujeitas às mesmas adversidades. Ademais, certas tradições artístico-culturais constituídas no semi-árido que, inclusive, ganharam valor universal são identificadas plenamente com a região Nordeste. Portanto, resolver a questão do semi-árido nordestino é condição necessária, mas, não suficiente para resolver a questão Nordestina.

ASSUÉRO FERREIRA*

RESUMO

Neste artigo, o autor traça um perfil analítico das condições socioeconômicas da região semi-árida nordestina com o objetivo de evidenciar sua rigidez estrutural ao desenvolvimento. Este, entendido como um processo de transformação sociocultural cuja tendência histórica incorpora sistematicamente promoção de bem-estar socioeconômico da população de uma específica área ou território. A região semi-árida do Nordeste representa cerca de 58% da área regional, 41% da população e apenas 22% do produto interno bruto, além de secas periódicas que reduzem historicamente, em grande medida, a produção agropecuária com efeitos dramáticos, principalmente sobre os pequenos e médios produtores. Ademais, diante de alta concentração da propriedade rural e urbana, a região semi-árida apresenta os piores indicadores socioeconômicos no contexto brasileiro se constituindo, então, num dos principais pilares de resistência ao próprio desenvolvimento nacional. A superação no médio e longo prazos dessa condição de subdesenvolvimento requer políticas públicas consistentes e sistêmicas, envolvendo os três níveis de governo com a participação efetiva da sociedade civil e não as ações pontuais que costumam acontecer.

ABSTRACT

In this article the author traces an analytical profile of socioeconomic conditions of the semi-arid northeast of Brazil with a view to highlighting its structural rigidity to the development. This understood as a process of cultural transformation which incorporates historical trend systematically promoting socioeconomic well-being of the population in a specific area or territory. The semi-arid zone represents about 58% of the regional area, 41% of the population and only 22% of gross domestic product, in addition to periodic droughts that reduce historically, in great measure, agricultural production with dramatic effects mainly on the small and medium producers. Moreover, given the high concentration of rural property and urban, semi-arid region have the worst socioeconomic indicators in the Brazilian context, thus constituting one of the main pillars of resistance to own national development. The overcoming in the medium and long run of this condition of underdevelopment requires consistent and systemic public policies, involving the three levels of government with the effective participation of civil society, and not the specific actions that generally tend to happen.

* Doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal do Ceará.

Problemas de ordem política, econômica e cultural, praticamente, de mesma dimensão e significado, se apresentam em todo o território nordestino, embora na RSA se tornem mais evidentes e dramáticos quando ocorrem secas periódicas mais severas.

Apontar estratégias e ações voltadas para o desenvolvimento da região semi-árida brasileira requer, de antemão, que se estabeleçam alguns fundamentos da sua configuração socioeconômica, dando como pressupostas suas vicissitudes climáticas e fragilidades ecológicas e ambientais discutidas em outros trabalhos com mais pertinência².

PARA UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO

Desde março de 2005, através da Portaria Interministerial nº 1/2005, do Ministério da Integração Nacional (MI) – que substituiu a Portaria nº 1.181/1995, da extinta Superintendência de Desenvolvimento

do Nordeste (SUDENE), até então em vigor –, passou a vigorar uma nova delimitação geográfica do semi-árido brasileiro. Desse modo, o número de municípios inscritos na RSA que na definição anterior perfazia 1.031 passou para 1.133, um incremento de 10,1%. Por outro lado, a nova área de cobertura incrementou-se em 9,08%, perfazendo um total de 982.53,3 km².

Tabela 1. Distribuição do número de municípios inscritos na região semi-árida. 2005

Estados	Número de Municípios		Participações (%)	
	Total do Estado (TE)	Semi-árido (SA)	S A / S A total	(S A) / (TE)
Piauí	221	127	11,2	57,5
Ceará	184	150	13,2	81,5
Rio Grande do Norte	166	147	13,0	88,6
Paraíba	223	170	15,0	76,2
Pernambuco	185	122	10,8	65,9
Alagoas	101	38	3,4	37,6
Sergipe	75	29	2,6	38,7
Bahia	415	265	23,4	63,9
Minas Gerais	165	85	7,5	51,5
Total	1.735	1.133	100,0	65,3

Fonte: dados originais, Ministério da Integração Nacional - Nova delimitação do semi-árido brasileiro, disponível em www.mi.gov.br, acesso em 19.10.2005. Elaboração própria.

A Tabela 1 exibe a distribuição desses municípios, segundo suas localizações nos respectivos estados de cobertura da atual SUDENE³, enquanto a Tabela 2 exibe a distribuição das correspondentes áreas geográficas.

Tabela 2. Distribuição da área dos municípios inscritos na região semi-árida. 2005

Estados	Área (km ²)		Participações (%)	
	Total do Estado (TE)	Semi-árido (SA)	SA/SA total	(SA)/(TE)
Piauí	251.311,5	150.454,3	15,3	59,9
Ceará	145.711,8	126.514,9	12,9	86,8
Rio Grande do Norte	53.077,1	49.589,9	5,0	93,4
Paraíba	56.340,9	48.785,3	5,0	86,6
Pernambuco	98.526,6	86.710,4	8,8	88,0
Alagoas	27.818,5	12.686,9	1,3	45,6
Sergipe	21.962,1	11.175,6	1,1	50,9
Bahia	564.273,0	393.056,1	40,0	69,7
Minas Gerais*	200.221,0	103.590,0	10,5	51,7
Total	1.419.242,5	982.563,3	100,0	69,2

Fonte: dados originais, Ministério da Integração Nacional - Nova delimitação do semi-árido brasileiro, disponível em www.mi.gov.br, acesso em 19.10.2005. Elaboração própria.

Vê-se que, na média dos respectivos estados, 65,3% dos municípios encontram-se inseridos no semi-árido, em contraparte a 69,2% da população. Entretanto, a distribuição no interior de cada estado expressa diferenças importantes entre os mesmos. Enquanto os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba abrigam, respectivamente, 81,5%, 88,6% e 76,2% dos seus municípios na região semi-árida, os estados de Alagoas e Sergipe expressam proporções muito menores, ou seja, 37,6% e 38,7%, respectivamente. Numa posição intermediária, tem-se Piauí (57,5%), Pernambuco (65,9%), Bahia (63,9%) e Minas Gerais (51,5%). No tocante ao perfil da distribuição da população residente em áreas semi-áridas, no interior de cada estado, ela obedece, praticamente, o mesmo padrão referido da distribuição dos municípios⁴.

Se esta é uma situação geral para a região Nordeste, que absorve 90% da atual delimitação do semi-árido brasileiro, especialmente, quando comparada com as regiões Sul e Sudeste do país – as mais desenvolvidas –, pior é a situação das áreas semi-áridas. No interior de cada estado o perfil da distribuição da população residente em zonas semi-áridas obedece, praticamente, o mesmo padrão descrito da distribuição dos municípios.

Dessa constatação, tem-se, desde já, que não há uma região semi-árida, e, sim várias regiões; e não somente do ponto de vista físico-ambiental⁵, mas, também, cultural, político e de vocações econômicas efetivas e potenciais. Entretanto, da perspectiva socioeconômica, há um fato comum a todas as áreas: os altíssimos níveis de pobreza e de desigualdades sociais.

Tabela 3. Produto Interno Bruto <i>per capita</i> de unidades da federação com regiões semi-áridas. Total do estado e da região semi-árida. 2002. R\$ 1,0					
Unidades da federação	Total (T)	T / B r (%)*	S e m i - á r i d o (SA)	S A / T (%)	S A / B r (%)**
Piauí	2.113	27,7	1.530	72,4	20,1
Ceará	3.129	41,0	2.220	71,0	29,1
Rio Grande do Norte	4.039	52,9	2.400	59,4	31,4
Paraíba	3.311	43,4	1.921	58,0	25,2
Pernambuco	4.482	58,7	2.110	47,1	27,6
Alagoas	3.012	39,5	2.191	72,7	28,7
Sergipe	5.082	66,6	4.093	80,5	53,6
Bahia	4.631	60,7	1.739	37,6	22,8
Minas Gerais	6.775	88,8	2.107	31,1	27,6

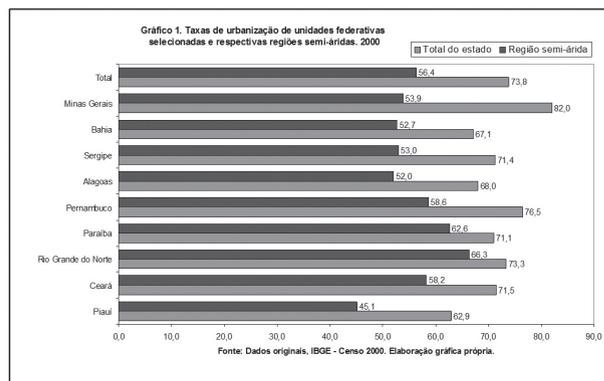
Fonte: Dados originais, IBGE - Contas Regionais. Elaboração tabular própria

(*) Relação entre o PIB *per capita* do estado e o PIB *per capita* do Brasil (R\$ 7.631,00)

(**) Relação entre o PIB *per capita* da área semi-árida e o PIB *per capita* do Brasil.

Na Tabela 3 constata-se que se excetuando o estado de Minas Gerais – cuja proporção do PIB *per capita* no PIB *per capita* brasileiro é próxima a 90% -, todos os demais estados apresentam baixas proporções dos seus respectivos PIB *per capita* no indicador nacional. No entanto, em Minas Gerais o PIB *per capita* da região semi-árida representa tão somente 31,1% do PIB *per capita* estadual. Os estados do Piauí (27,7%), Ceará (41%), Paraíba (43,4%) e Alagoas (39,5%) sequer chegam a atingir 50% do PIB *per capita* nacional. Mas, note-se que nos casos do Piauí, Ceará e Alagoas os PIB *per capita* das atinentes regiões semi-áridas expressam altas proporções com relação aos PIB *per capita* do total dos respectivos estados, ou seja, em torno de 72%. O caso da Paraíba foge ligeiramente à regra, mas, o PIB *per capita* do semi-árido chega a atingir quase 60% do equivalente estadual. As situações de Pernambuco e Bahia são similares com relação à proporção do PIB *per capita* estadual no equivalente nacional, mas, apresentam baixa proporção no tocante aos respectivos PIB *per capita* das regiões semi-áridas, nos totais estaduais.

O fato é que as regiões semi-áridas apresentam estruturas produtivas com reduzida capacidade de geração de emprego e renda, no contexto do próprio subdesenvolvimento estadual, seja no Nordeste ou no estado de Minas Gerais. Neste, a situação diferencial é a mais acentuada, no conjunto de estados que contêm zonas semi-áridas, conforme se pode deduzir da comparação dos indicadores constantes das colunas três e seis da Tabela 3. Observe-se, ainda, a situação do estado da Bahia, que possui a estrutura produtiva de maior expressão na região Nordeste, e cujo PIB *per capita* da sua região semi-árida não passa de 38% do equivalente estadual. Disto resulta uma primeira ilação, qual seja: a expansão econômica das economias estaduais de forma espontânea não necessariamente é capaz de promover empuxos socioeconômicos relevantes, em prazos satisfatórios, sobre as suas áreas de menor diversificação econômica e, no caso, sujeitas a restrições físico-ambientais, como o semi-árido.



No geral, subsistem nas zonas semi-áridas das várias unidades federativas uma divisão social e técnica do trabalho muito menos extensa e dinâmica que as observadas em si mesmas, salvo certos enclaves produtivos modernos. Estas unidades federativas, por seu turno, excetuando-se Minas Ge-

rais, guardam, praticamente, as mesmas restrições, quando comparadas àquelas mais desenvolvidas no contexto nacional.

As taxas de urbanização, expostas no Gráfico 1, reforçam o argumento anterior da menor expressão no tocante à divisão social do trabalho das zonas semi-áridas, no âmbito dos respectivos estados. Aqui, admite-se o pressuposto segundo o qual o processo de urbanização no capitalismo é decorrência, em primeira instância, da expansão da divisão social e técnica do trabalho. Nestas circunstâncias, existe uma interdependência estrutural entre expansão e diversificação do mercado e urbanização, esta vista como um processo complexo de transformações econômicas, políticas e culturais.

Cabe ressaltar que a taxa de urbanização deve ser vista como indicadora sintética do grau dessa complexidade; e, no caso do Brasil, ela tende a ser superestimada numericamente devido ao modo, no mais das vezes arbitrário, como são definidos os respectivos limites urbanos pelas administrações municipais⁶. Dessa maneira, se esse argumento é verdadeiro para o Brasil é tanto mais verdadeiro para a região Nordeste e, com maior expressão relativa, nas zonas semi-áridas, já que nas mesmas verificam-se taxas de urbanização inferiores às dos respectivos estados onde estão inseridas. Assim, tende a prevalecer nas RSAs maior grau de ruralidade no sentido socioeconômico ou, em outros termos, uma *urbanização estrangida*.

Dentre as especificidades da região em foco, cabe reconhecer que a expansão do urbano se realizou em nossa formação histórica, a partir das atividades agro-exportadoras, para o resto do país ou para o exterior. Ou seja, as atividades agrárias eram, em grande medida, indutoras das atividades de serviços, comércio e manufaturas no meio urbano

como, por exemplo, as produções de algodão, fumo, cacau, cera de carnaúba, ao mesmo tempo em que se realizavam atividades complementares de produção de alimentos e pecuária extensiva destinados a consumo próprio ou abastecimento limitado dos meios urbanos conexos. Essas atividades agrárias realizadas sob condições extensivas, com baixas produtividades e relações de trabalho pouco aprofundadas em sentido capitalista⁷, projetavam sobre as áreas urbanas efeitos limitados de encadeamentos, inclusive, estruturando sistemas de redes hierarquizadas de espaços socioeconômicos, sendo tais redes polarizadas por um único local.

A formação dessas redes deve ser atribuída à existência de certas vantagens locacionais específicas, atinentes à produção agrária e, em situações mais raras, à extração mineral. É a partir dessa dinâmica socioeconômica restringida que vão surgir – afora as expansões dos municípios das capitais, especialmente, as litorâneas – cidades polares interiores como, por exemplo, na região semi-árida nordestina, Picos (Piauí), Sobral (Ceará), Mossoró (Rio Grande do Norte), Campina Grande (Paraíba), Caruaru (Pernambuco), Arapiraca (Alagoas), Canindé de São Francisco (Sergipe) e Feira de Santana (Bahia).

Essas redes dispersas sobre o território guardam hierarquias socioeconômicas entre si, de modo similar às específicas hierarquias subsistentes nos seus interiores. Ademais, em geral, a configuração de cada rede de interdependências obedece a certa contigüidade espacial cuja força de atração da área polar (ou áreas polares compartilhadas) tende a reduzir-se, à medida que aumentam as distâncias geográficas entre esta e as demais áreas envolvidas no processo de intercâmbio socioeconômico. Ressalve-se que esta configuração não exclui intercone-

xões entre as específicas redes; ao contrário, e, ainda mais, certas áreas no interior de uma rede interagem com outras áreas de redes distintas, dependendo, em cada caso, das complementaridades produtivas, culturais e políticas.

Desse perfil distributivo no espaço das atividades socioeconômicas, resulta uma configuração muito assimétrica dos vários locais no tocante à potência econômica, política e cultural, principalmente, quando estruturados na forma de unidades municipais, cujas gestões requerem mínimos de sustentabilidade administrativo-financeira, os quais, por sua vez, dependem diretamente das extensões de suas respectivas bases de arrecadação.

Tabela 4. Região Semi-árida. Distribuição percentual do número de municípios segundo o número de habitantes. 2002		
Classes de tamanho de população residente (habitante)	Número de municípios (%)	Número de municípios Acumulado (%)
1.265 a 5.000	15,28	15,28
5.000 a 10.000	22,25	37,53
10.000 a 15.000	18,30	55,82
15.000 a 20.000	12,47	68,30
20.000 a 30.000	13,93	82,22
30.000 a 50.000	9,36	91,58
50.000 a 100.000	6,24	97,82
100.000 e mais	2,18	100,00
Total	100,00	-
Fonte: Dados originais, IBGE - Projeções de população. Elaboração tabular própria. Total de municípios: 1.133.		

No Brasil, a situação municipal, na atualidade, torna-se mais crucial devido ao fato de os municípios serem criados, na sua maioria, para atender a interesses políticos particulares e não por conta das suas reais possibilidades de sustentações tributárias próprias. Desse modo, a maior parte dos municípios depende totalmente de transferências de recursos, constitucionais ou voluntários, dos governos estaduais e federais e, na região semi-árida esta situação é mais evidente. Este argumento é reforçado pelos resultados expostos na Tabela 4, onde se vê que

15,3% do total de municípios da região semi-árida têm menos de 5.000 habitantes; 82,2% têm menos de 30.000 habitantes; e apenas 2,2% têm 100.000 habitantes ou mais.

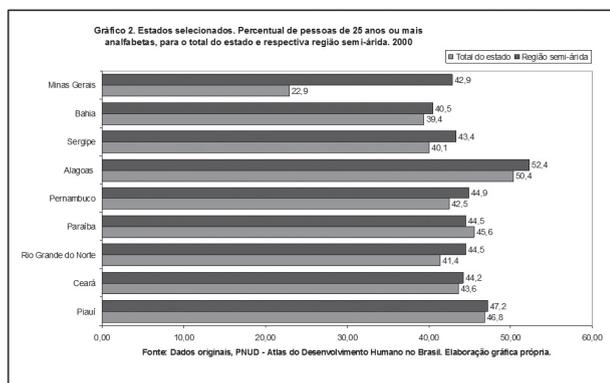
Tal ordenamento político-administrativo, inclusive, reforçado pela Constituição de 1988, por um lado, em princípio, gerou maiores possibilidades de descentralização e criatividade de ações locais voltadas para o desenvolvimento. Por outro, dadas as restrições de arrecadação de recursos próprios vividas pela maioria dos mesmos municípios, associadas à ausência de respostas criativas, na expressão de Schumpeter⁸, voltadas para o desenvolvimento local, tem-se um círculo vicioso de reprodução capitalista incipiente e de manutenção da extensa pobreza humana e de fragilidade ambiental.

Esta situação é mais grave quando se reafirmam as formas tradicionais de mediações políticas clientelísticas, conjugadas às gestões patrimoniais de governo que, aliás, se configuram sistematicamente nos fatores determinantes, em primeira instância, do imobilismo político-cultural já referido. Em outros termos, o que se está querendo afirmar é que antes das limitações econômicas ou ambientais subsiste uma cultura política cuja característica principal é a indistinção entre a coisa pública e a coisa privada, em termos de apropriação material e simbólica na constituição do poder local.

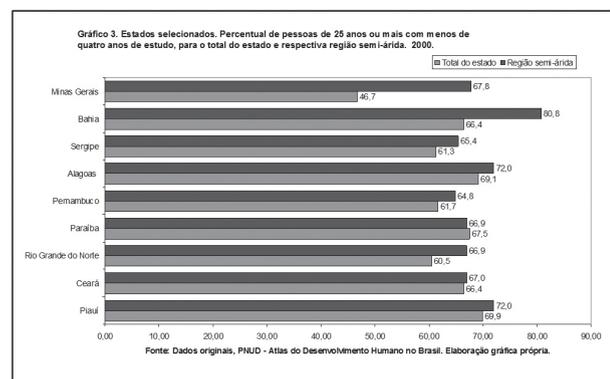
Não é demais acrescentar que essas circunstâncias desfavoráveis para os municípios do semi-árido, assim como para expressiva proporção dos municípios brasileiros, variam na razão inversa dos seus tamanhos e, portanto, das respectivas dinâmicas e extensões da divisão social do trabalho. Este, sem dúvida, é o maior empecilho à execução de um programa sistêmico de desenvolvimento sustentável e eficazmente sustentado no longo prazo, pois, diz

respeito à construção de instituições públicas sólidas, guiadas por um espírito republicano genuíno.

O processo de desenvolvimento, além da referida construção institucional, requer da população alvo suas participações ativas, não somente como força de trabalho qualificada, que não deixa de ser importante, mas, também, como força criativa e cidadã.



Neste caso, os vários estados da região Nordeste e, com muito maior expressão, as suas respectivas RSA se defrontam com outro obstáculo colossal que é a alta vulnerabilidade socioeconômica das parcelas mais expressivas das suas populações, em meio às quais se evidenciam reduzidos graus de educação formal. Isto, sem deixar de ter em conta a reconhecida baixa qualidade do ensino ministrado e direcionamento pedagógico desfocado das realidades locais.



Os indicadores sintéticos exibidos nos gráficos 2 e 3 são eloqüentes para evidenciar essa grave situação, muito embora, em termos formais tenha havido algumas melhoras, nesse sentido, nos últimos anos.

Porém, o importante a destacar neste contexto é que, em maior ou menor proporção, as taxas específicas de analfabetismo ou de analfabetismo funcional⁹, para as pessoas de 25 anos ou mais, diferem desfavoravelmente para as RSAs comparadas às suas atinentes unidades federativas. Ou seja, se para estas últimas as condições de analfabetismo são graves, as situações de suas respectivas RSAs se apresentam, regra geral, com proporções superiores. Cabe observar que as situações mais freqüentes são aquelas em que as diferenças entre as proporções de analfabetos e analfabetos funcionais para o total do estado e sua respectiva RSA não são, no geral, tão expressivas. Entretanto, nos casos das RSAs em Minas Gerais e Bahia as diferenças desfavoráveis são realmente gritantes.

Desta constatação é importante ter-se em conta o fato de que, para os estados do Nordeste, a média das taxas de analfabetismo das pessoas de 25 anos e mais é de 42,7%, enquanto a média das taxas de analfabetismo funcional é de nada menos que 66,4%. Esta vulnerabilidade social é ainda mais crítica levando-se em conta que o sistema público de ensino formal, conforme referido antes, é, em geral, ineficiente e socialmente ineficaz, no sentido de promover transformações e mobilidades sociais condizentes com a promoção do progresso humano, que é a precondição do processo de desenvolvimento.

As mudanças ocorridas no Nordeste, desde os anos 1960, com a implantação da SUDENE, foram certamente muito importantes na construção de um processo de modernização econômica, ao mesmo tempo em que induziram certos graus de mobilida-

de social, com a expansão de segmentos de classe média ligados aos novos setores produtivos e à expansão do setor tradicional e das empresas estatais. Entretanto, cabe reconhecer que os seus efeitos foram socialmente limitados e relativamente concentrados espacialmente, em geral nos entornos das capitais dos respectivos estados, em maior ou menor proporção, e em alguns poucos municípios polares na hinterlândia, como foi ressaltado anteriormente.

De acordo com o IBGE, em recente publicação sobre os PIB dos municípios brasileiros, em 2003, as capitais dos estados do Nordeste conjuntamente representavam 30,1% do PIB total da região. Ademais, considerando os 30 maiores municípios da região em termos de PIB, nove deles, não capitais, pertencem às respectivas regiões metropolitanas dos estados do Ceará (01), Pernambuco (04) e Bahia (04) que respondem por 16,5% do PIB regional. Assim, 46,6% do PIB nordestino concentram-se nas suas nove capitais e mais outros nove municípios que estão no entorno das três capitais dos estados acima referidos. Ademais, os referidos trinta maiores municípios da região representam 54,6% do PIB regional¹⁰.

Tabela 5. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, valores relativos, por grandes regiões, segundo os agrupamentos de atividade do trabalho principal, 2004

Agrupamentos de atividade do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	21,0	28,6	36,2	10,0	22,6	17,3
Indústria	14,7	11,4	9,4	17,7	19,5	10,7
Indústria de transformação	13,9	10,5	8,7	16,8	17,9	10,0
Construção	6,3	6,5	5,3	7,0	5,8	7,3
Comércio e reparação	17,3	17,4	16,5	16,3	17,0	19,0
Alojamento e alimentação	3,6	3,4	3,2	4,1	2,8	3,9
Transporte, armazenagem e comunicação	4,6	3,7	3,7	5,4	4,5	4,5
Administração pública	5,0	6,1	4,9	4,8	4,1	7,2
Educação, saúde e serviços sociais	8,8	8,1	7,6	10,0	9,0	8,3
Serviços domésticos	7,7	7,0	6,4	8,8	6,3	9,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,1	3,5	3,7	4,7	3,5	4,5
Outras atividades	6,8	3,8	3,9	9,0	6,6	7,8
Atividades maldefinidas ou não-declaradas	0,3	0,6	0,3	0,3	0,2	0,0
Atividades maldefinidas ou não-declaradas	0,3	0,6	0,3	0,3	0,2	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. Adaptação própria

Ao par com esta concentração espacial e, em parte determinada por ela, subsistem os mais altos níveis de concentração pessoal da renda no país de

modo que, em 2004, conforme a respectiva PNAD, o índice de Gini das pessoas de 10 anos e mais ocupadas na região Nordeste era igual a 0,569, sendo para o Brasil e a região Sudeste iguais a 0,547 e 0,523, respectivamente. De modo similar pode ser observada a concentração relativa de renda ao nível domiciliar, pois, ainda de acordo com a referida PNAD o índice de Gini dos rendimentos domiciliares para o Nordeste é igual a 0,546, enquanto para o Brasil e região Sudeste são iguais a 0,535 e 0,512, respectivamente¹¹.

Os indicadores da Tabela 5 auxiliam na constatação desse argumento. Aí, verifica-se que na região Nordeste 36,2% das pessoas ocupadas exercem atividades no setor agrícola contra uma média brasileira de 21% e de 10% no Sudeste. Ademais, a proporção de pessoas engajadas em atividades industriais é de 9,4%, a menor dentre todas as macrorregiões, ao contrário da atinente à agricultura que é a maior. No agregado do setor de serviços, verificam-se 33,3% das pessoas ocupadas; novamente, a proporção mais baixa dentre as grandes regiões, inclusive, muito abaixo do agregado nacional (40,5%). Se esta situação é válida para a região Nordeste no seu todo, o é principalmente para a sua região semi-árida, cuja taxa de urbanização é bem mais reduzida que o agregado regional¹².

Não haveria muito a obstar quanto a essa configuração da divisão social do trabalho, se não se observasse o fato de que esses segmentos produtivos, salvo raras exceções, expressam comparativamente às demais regiões do país, afóra a região Norte, perfis produtivos bem mais atrasados tecnologicamente, com menor produtividade, além de maior heterogeneidade estrutural. E isto é mais evidente quando se trata do setor agrário, em geral, cujo desenvolvimento está restrito a poucas áreas nas quais foram bem sucedidas experiências de irrigação,

como no vale do São Francisco, ou outras de micro climas mais favoráveis, na expansão da fruticultura. Isto sem contar com a instabilidade climática e a existência de solos pobres para a prática da agropecuária em larga escala.

O perfil de ocupação da terra agrícola, por seu turno, se constitui, sem dúvidas, em um dos maiores obstáculos estruturais, se não o maior, à implementação de um novo estilo de desenvolvimento para o semi-árido e, certamente, para a região Nordeste. Os indicadores evidenciam que a pressão demográfica subsistente na estrutura agrária da região¹³ se realiza, sobretudo, nos pequenos estabelecimentos agrícolas, cujas utilizações das terras aproveitáveis são proporcionalmente bem mais relevantes que nas maiores propriedades¹⁴. Os estabelecimentos de até 100 ha detêm apenas 29,6% da área agrária nordestina total; 90,1% do total dos estabelecimentos; e nada menos que 88,1% do pessoal ocupado. Estes indicadores reafirmam a extrema assimetria e desigualdade na ocupação da terra, na região, e que é válida para as suas RSAs.

Essa extrema desigualdade na apropriação e uso da terra na região Nordeste e nas suas RSAs, em particular, constitui o principal fundamento secular das suas graves condições socioeconômicas. Tal fenômeno não circunscreve apenas uma questão de ordem econômica, mas também política, produzindo e reproduzindo formas patrimoniais de gestão da coisa pública e das formas de intermediações políticas clientelísticas e, por outro, das formas espoliativas de exploração do trabalho; em síntese, alcança, assim, a estruturação do poder no seu sentido amplo¹⁵.

Nesse contexto, subsiste um frágil sistema socioeconômico que combina ao mesmo tempo fatores estruturais limitantes e conjunturais desequilibradores, como no caso das secas no semi-árido, que,

numa primeira frente, se reproduzem ciclicamente na dependência de algumas atividades econômicas germinativas no setor primário – atividades estas realizadas geralmente de modo extensivo, com baixa produtividade. Ou, numa segunda, implantadas em alguns poucos pontos do território, situação em que se enquadram as atividades industriais, de serviços e agricultura moderna irrigada.

Ao passo em que se esgotam esses ciclos de reprodução socioeconômica – cujo exemplo mais conspícuo é a produção algodoeira – e na ausência de substituição adequada por novas atividades primárias capazes de promoverem efeitos de encaamentos pelo menos equivalentes aos anteriores, conformam-se mecanismos estruturais de estagnação econômica e social de difícil ruptura. Nessas circunstâncias, permanecem ou até agudizam-se as formas concentradas de propriedade, em âmbitos rural e urbano.

Como conseqüência, engendram-se nesse processo de reprodução humana não apenas mecanismos sistêmicos de concentração relativa da renda funcional e pessoal, mas, também, espacial, criando um sistema de disposições de grandes diferenciações e desigualdades sociais e espaciais, incompatíveis com qualquer estilo de desenvolvimento minimamente sustentável, sustentado, e equitativo. Não é em vão que a região Nordeste ou a região semi-árida, em particular, apresenta os maiores índices de desigualdades sociais do Brasil e este, principalmente, por conta das suas regiões periféricas, se situa numa posição muito pouco confortável, se comparada à maior parte dos países ocidentais.

QUAL ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DEVE SER SEGUIDA?

Da argumentação anterior, se pode deduzir quão complexa é a tarefa de estabelecer um delineamento estratégico de políticas voltadas para o desenvolvimento das RSAs nordestinas.

Nesse contexto, é relevante, em primeiro lugar, evidenciar que ações de políticas públicas contemporâneas são propostas para a superação dos constrangimentos estruturais. O Ministério da Integração Nacional apresentou, em 2005, o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido – PDSA**¹⁶, o qual se contextualiza no **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – PNDE** que, por sua vez, é integrante específico da **Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**, conduzida por aquele Ministério¹⁷. Reconhecendo a diversidade da RSA, como antes discutida, o PDSA se constitui numa proposta de intervenção sistêmica no longo prazo e integrada, no tocante à participação dos vários níveis de governo, inclusive, com a participação da iniciativa privada, tendo como referência fundamental a sustentabilidade ambiental dos seus variados geossistemas. Nessa perspectiva, leva em conta a necessidade de implementar ações emergenciais, até mesmo aquelas que requerem uma demanda universal; de reconstrução e expansão infra-estrutural de largo alcance; e de caráter mais localizado devido à existência de especificidades, incluindo-se, neste sentido, vantagens econômicas locais.

No tocante às ações emergenciais, são destacadas aquelas que procuram configurar um **conceito de convivência com a semi-aridez**¹⁸ em contraponto ao conceito secular de combate à seca. Delineiam-se, neste caso, três conjuntos de ações, visando: a)

compatibilizar exploração econômica e vivência no Bioma Caatinga, num processo de desenvolvimento que reconheça as injunções do meio ambiente e, ao mesmo tempo, possibilite promoção social dos seus habitantes; b) ganhar, com base em conhecimento científico fundamentado, uma maior previsibilidade e capacidade de gestão das adversidades climáticas e meteorológicas; c) promover ações sob condições de demandas locais que acorram segmentos populacionais sob condições de risco diante de manifestações climáticas ou ambientais adversas.

Por um lado, nas intervenções infra-estruturais são destacadas as seguintes¹⁹: a) Revitalização da bacia do Rio São Francisco; b) Integração de bacias hidrográficas; c) Hidrovia do São Francisco; d) Ferrovia Transnordestina; e) Expansão sustentável da agricultura irrigada, inclusive, com recuperação dos perímetros públicos, interativa com o agronegócio; f) Expansão da produção de energias alternativas, tendo-se em conta o biodiesel, o gás natural e outras fontes não-fósseis disponíveis, especialmente, energia solar e eólica; g) Expansão da produção mineral; h) Implantação de uma refinaria de petróleo. É importante ressaltar que a maior parte dessas ações já se encontra em fase de estudos ou mesmo em início de execução.

O sucesso desse conjunto de ações depende, entretanto, de que sejam asseguradas negociações satisfatórias e soluções de compromissos duradouros, entre os estados nordestinos e a União, que superem certas controvérsias, principalmente, aquelas em torno da transposição do Rio São Francisco. Ademais, considerando-se o grande vulto dos investimentos a serem realizados no longo prazo, impõe-se uma linha de continuidade fundamentada no seguinte:

a) os financiamentos decorrentes de fontes orçamentárias devem ser sustentados no tempo, sob

pena de ocorrências de ineficiências por desperdícios e ineficácias, por não atenderem no tempo devido a integração estrutural pressuposta, inclusive, dada a grande extensão e complexidade territorial. Ainda mais, do ponto de vista institucional, pautando-se por essa necessidade de condução racional, objetiva, das diferentes formas de intervenção, a SUDENE, por delegação do Ministério da Integração Nacional, deve ser o órgão federal, na região, centralizador da gestão e coordenação financeiro-administrativa desse conjunto de projetos, além das suas atribuições legais. Ademais, é importante estatuir que a SUDENE, através de fórum próprio, será mediadora das representações de interesses dos vários segmentos representativos da sociedade civil e das respectivas instâncias de governo na região, durante todo o período em que se estender a implantação desse conjunto de intervenções estruturantes;

b) as intervenções que dizem respeito à sustentabilidade hídrica em parte significativa da RSA somente terão efeitos disseminadores relevantes se forem coadjuvadas pela ampliação do Programa de Reforma Agrária. Isto porque, como se viu anteriormente, um obstáculo fundamental ao desenvolvimento socioeconômico da região é a alta concentração da propriedade fundiária, inclusive, pelo seu alto grau de ociosidade em terras aproveitáveis. Neste contexto, é de crucial importância a implantação de um programa de regularização fundiária, pois estima-se que 16,7% dos estabelecimentos agrícolas no Nordeste são classificados segundo a condição legal como *ocupados*, correspondendo a 4,5% da área do total de estabelecimentos. Outrossim, é significativo neste sentido o fato de que esses estabelecimentos se concentram, em grande medida, no segmento de até 100 ha com uma proporção de 16,6% do total.

c) o financiamento creditício em maior proporção provirá certamente do Banco do Nordeste

do Brasil (BNB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme explicitado no PDSA²⁰. No entanto, outras fontes de financiamentos devem ser buscadas, tendo-se em conta que as parcerias público-privadas podem vir a se constituir, também, em fontes importantes e criativas, em prol do desenvolvimento do semi-árido. Quanto às disponibilidades de recursos emprestáveis no BNB, é necessário, tal como está sendo feito na atual gestão, buscar outras fontes de capitalização a custos compatíveis sob condições controláveis de riscos. Isto porque, em um processo de financiamento responsável, do desenvolvimento e do respectivo crescimento econômico que lhe dá suporte, o BNB não pode contar apenas com as suas tradicionais fontes de aportes de recursos, pois, a tendência mais plausível é de diversificação e ampliação de demanda de crédito de prazos distintos. Ademais, considere-se que parte dos recursos disponíveis nesta instituição exige condicionalidades de usos e fins. Ou seja, torna-se imperativo que o Banco possa contar com possibilidades distintas e mais elásticas de oferta de crédito, para que possa cumprir, crescentemente e de forma responsável, o seu papel de alavancador financeiro de primeira instância, no processo de desenvolvimento regional e, particular, da RSA.

Por outro lado, a perspectiva socioeconômica do PDSA assume a necessidade de redução das desigualdades sociais prevalentes na RSA, norteadas pelo seguinte: a) proteção social à família, no tocante a seguridade, saúde e planejamento familiar; b) ampliação e melhoria das condições educacionais e culturais; c) estímulo à rurbanização como forma de ampliar a divisão técnica e social do trabalho.

No último sentido, com relação aos dois primeiros itens, o Governo Lula vem atuando de modo

significativo, através da expansão, com eficiência e eficácia social crescente, de programas sociais de transferências de renda. O programa *Bolsa Família*, no acumulado do ano até novembro de 2005, beneficiou 4,03 milhões de famílias no Nordeste dentre as 8,2 milhões atendidas no Brasil, ou seja, 49,3%. No tocante ao aporte de recursos, para um total transferido pelo Programa no referido período (R\$ 521,30 milhões) 52,1% foram destinados para municípios do Nordeste²¹.

É, sem dúvidas, um aporte não desprezível de recursos que, se aproveitado efetivamente para alavancar atividades produtivas locais, se constituirá num robusto fator de expansão e diversificação econômica, com geração de emprego e renda, atendendo ao objetivo enunciado no terceiro item, referente à expansão rurbana no semi-árido. Diante disso, cabem aos respectivos estados e municípios ações públicas locais, planejadas adequadamente, de apoio e incentivo criativo na expansão de atividades produtivas, novas ou tradicionais, em condições competitivas. Nesta perspectiva, é imprescindível o seguinte:

- No bojo dessas ações públicas devem ser efetivadas medidas de expansão quantitativa e qualitativa do sistema escolar. Inclui-se, aqui, a alfabetização de adultos, na perspectiva de uma educação cidadã, bem como, de natureza extensiva, com vistas ao aprimoramento profissional e à implementação tecnológica, respeitando as especificidades locais. Nestes termos, a ampliação cooperada de estados, municípios e União com a efetivação do Fundeb²², este na condição de meio de financiamento, torna-se basilar. Mas, nesse contexto, é importante incentivar as parcerias interinstitucionais, inclusive, com a efetivação de práticas consorciadas entre estados e municípios e entre os próprios municípios, não somente no setor educacional, mas, também, nos seto-

res de prestação de serviços de saúde e de segurança pública. Não é difícil aceitar que sob estas últimas condições aqueles municípios, que se constituem em maior expressão, com reduzidas capacidades para prestação de serviços essenciais podem vir a superar, em grande medida, esses óbices;

O atual programa de compras de alimentos da agricultura familiar (PAA²³) se constitui num tipo de ação que pode ser seguido pelos estados e municípios, inclusive, constituindo parcerias abrangendo os vários níveis de governo e organizações não-governamentais. Consórcios entre municípios e produtores agrícolas familiares com certeza podem ser bem sucedidos, observando um esquema em que os municípios previamente financiam e provêem condições técnicas aos produtores e estes, sob condições de contratos, fornecem determinadas quantidades de produtos a preços justos, que serão utilizados em programas sociais específicos, estabelecidos por lei. Nesta perspectiva, veja-se, por exemplo, o caso do abastecimento no programa de Merenda Escolar. Neste mesmo sentido, os estados e os municípios podem implementar programas de compras governamentais a pequenos produtores locais, em âmbito urbano como, por exemplo, na produção de móveis e outros utensílios que demonstrem capacidade, vigente ou a ser criada, de produção local.

Pelo lado do financiamento de pequenas atividades econômicas, o Banco do Nordeste tem dado boa demonstração de como operar de modo eficiente e eficaz socialmente. Primeiro, com uma ampliação significativa do financiamento com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) aos micros empreendimentos, através do *CrediAmigo*²⁴, e do crédito direcionado à agricultura familiar, no contexto do PRONAF, com baixíssima inadimplência. Aliás, a programação do BNB para o

FNE, em 2006, prevê um montante de aplicações no valor de R\$ 3,93 bilhões, dos quais 24,9% destinados à agricultura familiar, inclusive, com um tratamento inovador diferenciado para os empreendimentos localizados no semi-árido, de acordo com certas especificidades sub-regionais. Ressalte-se, ademais, a criação de um novo programa de financiamento do BNB, o *AgroAmigo*, cujo objetivo é expandir o atendimento aos agricultores familiares com maior agilidade e menores custos, estabelecendo parcerias com o Instituto Nordeste Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário e GTZ (Cooperação Técnica Alemã para o Desenvolvimento)²⁵.

NOTAS

- 1 A RSA inserida no estado de Minas Gerais apresenta graus diferenciados de similaridades socioeconômicas com o restante do estado, quando comparada com RSA nordestina.
- 2 Ver, por exemplo, CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA CAATINGA. Cenários para o bioma Caatinga. Recife: SECTMA, 2004 e BNB-FUNCEME. Proposta de dimensionamento do semi-árido brasileiro. Fortaleza: Edições BNB, 2005.
- 3 A antiga SUDENE, criada pela Lei nº 3.692 de 13 de dezembro 1959, no governo Juscelino Kubitschek, foi extinta oficialmente, no governo Fernando Henrique Cardoso, através da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, sob acusações de desvios de recursos públicos destinados a financiamentos de projetos de investimentos regionais. Ao mesmo tempo, tal medida provisória criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), autarquia vinculada ao Ministério da Integração Nacional, a qual vale dizer, teve pouca ou nenhuma atuação desenvolvimentista proativa na Região. Uma nova SUDENE foi criada, substituindo a ADENE, no governo Lula, através da Lei complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, inclusive, atendendo promessa de campanha eleitoral em 2002. Como menção histórica, vale citar que o presidente Lula assinou a mensagem do projeto de lei de recriação da SUDENE, dirigida ao Congresso Nacional, em Fortaleza-CE, em solenidade na sede do Banco do Nordeste do Brasil, no dia 28 de julho de 2003. Na ocasião, estava presente o economista Celso Furtado, inspirador, artífice e primeiro dirigente da SUDENE original, exonerado compulsoriamente, em 1964, após o golpe militar, e que teve os seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1.
- 4 O coeficiente de correlação entre as duas últimas colunas das Tabelas 1 e 2 é igual a 0,94, ou seja, uma correlação estatística altamente significativa.
- 5 Para um detalhado estudo sobre as diferenciações físico-ambientais das áreas semi-áridas brasileiras, ver BNB-FUNCEME, *op. cit.*
- 6 Para essa discussão ver, por exemplo, VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico [on-line]. Disponível no endereço <http://www.fea.usp.br/professores/zeeli>, acesso em outubro de 2003.
- 7 As relações de trabalho desenvolvidas nas maiores propriedades no agro nordestino e nas regiões semi-áridas, em particular, até muito recentemente se caracterizavam, predominantemente, por várias formas de parcerias conhecidas como *meia, terça, sujeição*, etc., realizadas sob condições de risco para o produtor direto e altas taxas de exploração e subordinação ao médio e grande proprietário rural.
- 8 De acordo com Schumpeter, a alavanca principal do desenvolvimento é a criatividade inovadora que significa fazer coisas diferentes com os recursos disponíveis – materiais, financeiros e culturais. Cf. Schumpeter, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1982.
- 9 Nesse contexto, são concebidas como analfabetos funcionais as pessoas com menos de 4 anos de estudos.
- 10 Informações deduzidas a partir de IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. 1999-2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005, Tabela 8.
- 11 O índice de Gini varia de zero (inexistência de desigualdade de apropriação de renda) a um (máxima desigualdade). Os valores dos índices de Gini constam do IBGE. Síntese de Indicadores 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005, Tabela 7.2.4 e Parte B, Tabela 7.6.4.
- 12 Esta conclusão pode ser estendida para o semi-árido do estado de Minas Gerais, cuja situação socioeconômica é igual ou pior que as respectivas áreas nordestinas.
- 13 Aqui, admite-se que o perfil distribucional dos estabelecimentos agrícolas no Nordeste como um todo é similar ao das suas RSAs. Para uma demonstração neste sentido, ver: DA SILVA, José Graziano (coordenador), *A irrigação e a problemática do Nordeste*. São Paulo: IE-UNICAMP/PRONI, 1989, p. 28-32.
- 14 O coeficiente de correlação por postos (*Rank Correlation*) entre os tamanhos médios de estabelecimentos agrícolas e um índice que expressa uma taxa presu-

- mida de ociosidade, com base nas informações do Censo agropecuário de 1996, do IBGE, para a região Nordeste, foi igual a 0,93. Ou seja, confirma que a ociosidade das terras é tanto maior quanto maior é o tamanho da propriedade. Observe-se que a taxa de ociosidade foi calculada, em cada estrato de tamanho dos estabelecimentos agrícolas, pelo cociente entre a extensão total de terras produtivas não utilizadas e a extensão total de terras utilizáveis. É de se presumir que esses indicadores de ociosidade subestimem a verdadeira ociosidade existente na estrutura agrária brasileira e do Nordeste, em particular; e esta subestimação é provável ser tanto maior quanto maior for o estabelecimento. Ressalte-se que resultam de declarações próprias dos responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas e não por medições diretas do órgão de pesquisa e, como se sabe, a legislação sobre reforma agrária toma como fundamento para a sua aplicação o grau de ociosidade da terra.
- 15 Como ilustração, tem-se que o coeficiente de correlação entre os índices de Gini da área dos estabelecimentos agrícolas e os índices de desenvolvimento humano (IDH-M), dos correspondentes estados da região Nordeste, é negativo e igual a 0,858, mostrando-se estatisticamente significativo. Ou seja, há fortes indicações de que quanto mais concentrada é a propriedade da terra na região, pior é a condição socioeconômica de sua população, em termos de progresso humano. Observe-se que os índices de Gini foram calculados com base nas informações do Censo Agropecuário de 1996, do IBGE; os IDH-M constam de PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003.
 - 16 Cf. Ministério da Integração Nacional. Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semi-árido – PDSA (Versão preliminar para discussão). Brasília: SDR/ADENE, novembro de 2005.
 - 17 Observa-se que o documento, até o momento, permanece no *site* do Ministério, em versão preliminar para discussão. In <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimento/regional/publicacoes/pdsa.asp>, acesso em 06.03.2009. Esta situação leva a induzir que, excetuando-se ações pontuais, o Plano permanece sem aplicação sistêmica efetiva, aliás, situação comum no tocante às políticas públicas dessa natureza no Brasil.
 - 18 *Op. cit.*, p. 115-117.
 - 19 *Op. cit.*, p. 97-112.
 - 20 *Op. cit.*, p. 130-34.
 - 21 Informações básicas de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Vale mencionar que, em 2004, conforme o MDS, o volume total de recursos dos programas de transferências de renda destinados aos municípios do Nordeste foi equivalente a 21,5% do total das transferências constitucionais para os mesmos.
 - 22 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação. O FUNDEB, além da ampliação do atendimento educacional, deverá incrementar significativamente o montante de recursos de complementação nos estados que deverá atingir R\$ 4,3 bilhões após, quatro anos de sua implantação, em contrapartida aos atuais R\$ 395 milhões do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).
 - 23 De acordo com o MDS, as aquisições de alimentos da agricultura familiar pelo governo federal, de 2003 a dezembro de 2005, atingiram o montante de R\$ 461,1 milhões, beneficiando 120.200 famílias.
 - 24 Nos últimos sete anos, o *CrediAmigo* atendeu a 507,4 mil microempreendedores, desembolsando mais de R\$ 2,0 bilhões em 2,4 milhões de operações, das quais 60% foram realizadas no Governo Lula.
 - 25 O *AgroAmigo*, no período janeiro-setembro/2005, atendeu 4.672 clientes, com um montante de financiamentos da ordem de R\$ 4,5 milhões.

OLHARES E NARRATIVAS DE FRONTEIRAS: IMAGENS DOS LIMITES TERRITORIAIS E SIMBÓLICOS DO BRASIL

LINDOMAR ALBUQUERQUE*

INTRODUÇÃO

*Nasci sob um teto sossegado
Meu sonho era um pequenino sonho meu
Nas ciências dos cuidados fui treinado
Agora entre o meu ser e o ser alheio
A linha de fronteira se rompeu.*
(Waly Salomão, vídeo de Carlos Nader, 1998).

O fio condutor desta discussão é a noção de fronteira. A palavra é polissêmica: pode significar limite político e jurídico entre determinados territórios (nacionais, regionais, estaduais, municipais etc), como também uma zona imprecisa, uma região de hibridismo cultural, lugar de fluxos e misturas singulares. As fronteiras são demarcadores simbólicos das identidades de distintos grupos étnicos, linguísticos, religiosos etc. O termo pode ser entendido também como frentes de expansão (*frontier*) econômica sobre determinados “espaços vazios” do território nacional. E num sentido metafórico, nos acostumamos, ainda, a utilizar a palavra fronteira como algo que separa e aproxima diferentes formas de conhecimento e distintas expressões artísticas. Referimo-nos frequentemente às fronteiras entre a sociologia e o senso comum,

RESUMO

O artigo aborda alguns aspectos da forma e do conteúdo de documentários que tratam da problemática das fronteiras nacionais. O objetivo do trabalho é discutir tanto as fronteiras entre os estilos de documentários, especialmente os limites entre documentário e ficção, como algumas representações sobre as fronteiras nacionais (limites, travessias, hibridismo, terra de ninguém etc) construídas pelos cineastas e atores sociais.

ABSTRACT

This article discusses some aspects of the form and content of documentaries that portray the problematic of national frontiers. The objective of this study is to discuss the frontiers between documentary styles, specially the limits between documentary and fiction, such as representations of national frontiers (limits, journeys, hybridism, no man's land, etc.) created by film makers and social actors.

* Doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). joselindomar74@yahoo.com.br.

entre o teatro e o cinema ou entre ficção e realidade.

Neste artigo, faço uma breve reflexão sobre as zonas fronteiriças a partir de alguns documentários que tematizam os fluxos humanos e as representações simbólicas de cidades-limites do Brasil. As pequenas cidades de fronteira são geralmente vistas como lugares de passagem, do comércio ilegal, de exclusão social, de esperança e de mobilidade. Os limites visíveis, invisíveis e imprecisos marcam as identidades pessoais, étnicas, nacionais e os rituais das travessias clandestinas em busca do “Eldorado” além fronteiras.

As imagens e as palavras desses documentários não são simplesmente pensadas como exemplos naturaliza-

dos sobre as fronteiras ou como substitutos de uma “pesquisa de campo” que me possibilita estabelecer analogias com determinados cenários fronteiriços. Meu intuito é perceber os documentários como objeto de análise, construídos e reconstruídos no movimento incessante de produção e interpretação.

Nesta perspectiva, o meu objetivo é refletir sobre a produção de documentários que abordam a temática mencionada. Assim, analiso tanto os limites do campo de produção documental dos filmes selecionados (em relação ao filme de ficção e aos vídeos de cunho mais experimental), como também as narrativas e as imagens do cotidiano da vida nesses territórios fronteiriços.

O trabalho com as imagens e os textos dos documentários selecionados é realizado mediante uma narrativa que busca apresentar sínteses e fragmentos destes cenários de fronteiras. Distancio-me das análises técnicas presas aos pormenores da desconstrução fílmica, isolamento de imagens, sons, falas e reconstrução de totalidades de sentidos (VANOYE & GOLIOT-LÉTE, 1994). Busco visualizar e compreender parcialidades, narrativas e representações visuais através de uma escrita ensaística.

CENAS INICIAIS

Analiso a série *Viagens nas Fronteiras*, patrocinada pelo Instituto Cultural Itaú, em 1998, e o longa-metragem *Do outro lado do rio*, de Lucas Bambozzi, realizado em 2003. O projeto *Viagens na fronteira* é composto por cinco curtas-metragens (7 a 11 min), feitos por diferentes cineastas¹ e realizados em alguns pontos dos limites do Brasil com outros países [Foz do Iguaçu, Ponta Porã (BR)/Pedro Juan Caballero (PY), São Gabriel da Cachoeira (BR)/San Felipe (COL), Oiapoque (BR)/Saint Georges de l'Oyapock (FR), e Santa Vitória, Chuí (BR)/Chuy (UR), Bonfim (BR)/Lethen (GU)].

Estes vídeos fazem parte de um projeto mais amplo intitulado *Fronteiras*² e que visava, no contexto de comemoração oficial dos 500 anos do Brasil, refletir sobre os territórios limites da nação. Os artistas convidados se deslocaram para essas zonas

liminares entre os Estados nacionais e aí se produziram imagens e metáforas sobre as fronteiras. A proposta recebeu também algumas críticas sobre os sentidos não revelados de um projeto financiado pelo Instituto Cultural Itaú, localizado em São Paulo. A proposta artística estaria reafirmando o mito dos bandeirantes na expansão das fronteiras nacionais? Seria somente uma expressão artística de apreensão do hibridismo e da integração das zonas fronteiriças, no sentido geográfico e metafórico?³ Entretanto, sabemos que os artistas tiveram bastante liberdade na construção de seus projetos individuais e na produção de uma polissemia de sentidos sobre esses espaços limítrofes entre as nações.

O documentário *Brasil/Paraguai – Foz do Iguaçu/Ponta Porã/Pedro Juan Caballero*, de Marcello Dantas, visa produzir imagens dos marcos da divisa Brasil-Paraguai e saber as impressões das pessoas que vivem nessas regiões limítrofes. Nas primeiras cenas, aparece uma vista aérea da ponte sobre o rio Paraná, divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná e entre o Brasil e o Paraguai. Há três pequenas entrevistas com pessoas que vivem a experiência fronteiriça: um “laranja”⁴ que ajuda os “muambeiros” a atravessarem suas mercadorias na *Ponte da Amizade*; uma senhora que tem uma loja de roupas para casamento na fronteira entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã; e um senhor que vive com sua família em um “casebre” justamente na linha de fronteira.

O curta-metragem *São Gabriel da Cachoeira / San Felipe*, de Carlos Nader, é narrado pelo poeta Waly Salomão. A primeira cena é o poeta tomando banho no rio que separa o Brasil da Colômbia, e

refletindo sobre o sentido da fronteira: terra ignota, território desconhecido, delimitação de territórios e marco que divide a loucura da lucidez. Sua reflexão está centrada na arbitrariedade das fronteiras humanas diante de uma natureza (vegetação, rios, animais) semelhante nos dois países. Em seguida, o documentário apresenta falas dos índios que vivem nesses limites nacionais, e imagens dos mapas dos grupos indígenas justapostos ao mapa oficial dos Estados nacionais.

Lucas Bambozzi realiza suas filmagens do vídeo *Oiapoque / l'Oyapock* no extremo norte do Brasil, nas cidades de Oiapoque e Saint Georges L'oyapoque. Neste caso, têm-se *flashes* de imagens e sons de cunho experimental. O filme capta imagens, narrativas variadas e fragmentadas do cotidiano de crianças, jovens e adultos que vivem as situações de fronteira e que se aventuram nas travessias clandestinas entre o Brasil e a Guiana Francesa. O vídeo focaliza as esperanças e os sonhos de ascensão social de prostitutas e de garimpeiros que se encontram em Oiapoque, este visto como um lugar de passagem.

As filmagens de Sandra Kogut se direcionam para o extremo sul do Brasil. *Lecy e Humberto nos Campos Neutrais* narra a história de um amor rompido com base em trechos de uma canção de fronteira. Vêm-se, aí, representações da separação de um casal: uma moça que se desloca em direção ao Brasil, e um rapaz que vai para o Uruguai. Ao longo do documentário, escutamos trechos de uma canção de Cabreirinha que inspira a construção da narrativa fílmica:

*Na fronteira em que nasci muito disso acontecia. E
essa é a história de um romance que aconteceu certo dia
Pois Lecy por Humberto, apaixonada queria
Porém esse
romance os pais não permitia
No porto se separaram por capricho de seu pai
Mas o amor de um pelo outro de seus corações não sai*

*E a saudade é bem mais forte no peito de quem se vai
Ela se foi pro Brasil e ele se foi pro Uruguai
Lecy seguiu andando, fez da praia sua estrada
Sem mais razão pra viver, loucamente apaixonada
Dia a dia se sentia cada vez mais magoada
Amor, tristeza e saudade, se matou envenenada
Ao passar muitos anos por esse mundo perdido
Humberto um dia voltou imensamente arrependido
Porém já era muito tarde, Lecy já havia morrido.*

O curta-metragem foi gravado nas pequenas cidades de Santa Vitória e Chuí, no Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai. Os entrevistados nararam suas próprias histórias e comentam a história de amor de Lecy e Humberto, enquanto aparecem imagens das cidades, das ruas fronteiriças, do mar e das personagens principais da narrativa.

Já Roberto Moreira, começa e termina seu curta-metragem, intitulado *Bonfim / Lethen*, com dois planos (uma estrada de chão vermelho e uma casa abandonada) que transmitem os marcos e o isolamento da região fronteiriça entre o Brasil e a Guiana. Os planos dividem a terra e um céu carregado de nuvens em rápido movimento. Em seguida, um trecho de entrevista com um senhor de uma seita religiosa que acredita que a origem do ser humano está nessa região de fronteira. Depois, o documentário centra no contraste de cores e de visões de mundo de um velho garimpeiro brasileiro (em preto e branco) e um jovem garimpeiro guianense (em cores).

O longa-metragem *Do outro lado do rio* é uma continuidade da experiência do diretor Lucas Bambozzi, na realização do curta *Oiapoque / l'Oyapock*. Neste último trabalho, o autor incorpora novos elementos narrativos para a construção das histórias de vida das suas personagens “reais” (Telma, Elaine, Grande e Fininho). Em suas narrativas e nas imagens captadas em diferentes ângulos e movimentos, os

atores sociais vão adquirindo densidade e revelando os tortuosos caminhos da clandestinidade, da busca do ouro, do prazer, do amor e do dinheiro do outro lado do rio Oiapoque. Durante todo o percurso, imagens de vários tipos sociais (garimpeiros, comerciantes, catraieiros, prostitutas, travestis, criminosos, policiais, funcionários públicos das alfândegas etc) que se aventuram nessas regiões de fronteira e sonham com a possibilidade da riqueza “ao alcance da mão”.

As cenas sintetizadas possibilitam perceber a heterogeneidade dessa produção (lugares diferentes, vídeos de variados formatos, estilos e tamanhos) e também as distintas intenções do produtor. O que aproxima os diferentes cineastas e suas produções específicas sobre esses lugares fronteiriços, talvez, seja a tentativa de pensar os variados sentidos das fronteiras através da própria forma de construção dos documentários. Os “documentaristas” se situam nas fronteiras dos novos experimentos tecnológicos e artísticos, dos hibridismos entre técnicas clássicas, vídeo-arte, multimídias variadas, documentários e ficções. As fronteiras dos documentários, provavelmente, simbolizam as fronteiras nacionais e vice-versa.

AS FRONTEIRAS DOS DOCUMENTÁRIOS

As imagens e sons de um *documentário* não significam uma reprodução da realidade. A noção de documentar a realidade objetiva tal qual ela é, sem a subjetividade do cineasta, está bastante superada. O que podemos pensar na atualidade é sobre a realidade singular do filme como uma produção de novas significações. Todo documentário é uma representação do mundo em que vivemos; uma intervenção e alteração da vida cotidiana das pessoas filmadas; um ponto de vista do diretor sobre a realidade captada e modificada pela câmara e pelo processo de

montagem. A divisão clássica entre o filme de ficção e o documentário está cada vez mais diluída. Frases como “todo filme é um filme de ficção” (CRISTIAN METZ, *apud* LINS, 2007) ou “todo filme é um documentário” de “satisfação dos desejos” ou de “representação social” (NICHOLS, 2005: 26) indicam que as fronteiras são tênues, no plano da discussão teórica e da produção documental nas últimas décadas.

O filme documentário não é, portanto, fácil de ser definido, uma vez que seus limites, instituídos a partir das décadas de 1920 e 1930, estão sendo bastante questionados no campo cinematográfico. A produção documental é um campo de discursos e de práticas de legitimação, de rupturas e de disputas políticas e estéticas entre os diversos agentes e instituições que falam e agem em nome do cinema documentário (DA-RIN, 2006).

Neste sentido, utilizo o termo documentário para me referir a diferentes formas de produção de imagens, sons e narrativas sobre o “real”, contidas na série *Viagens nas fronteiras* e no longa-metragem *Do outro lado do rio*. Esses documentários não seguem o padrão dos filmes de viagens centrados nas aventuras dos cineastas nas regiões desconhecidas do mundo (*travelogue*), nem se orientam pelo modelo clássico dos documentários focados em um narrador que expõe de maneira didática o que são as fronteiras geográficas e simbólicas do Brasil.

Os documentários analisados são bastante distintos em formato e estilo narrativo e imagético. Os cinco curtas, embora façam parte de um mesmo projeto institucional, são bem diferentes, pois cada diretor imprimiu um estilo próprio na maneira de abordar os territórios fronteiriços. Já o longa-metragem, se aproxima mais dos documentários de estilo interativo, centrado em entrevistas com quatro personagens sociais principais.

As formas de classificação dos estilos documentais são variadas. Nos limites deste artigo, utilizo as denominações de Nichols (2005). Para este autor, existem alguns tipos de documentários que acompanham a tradição e as transformações das produções cinematográficas: os modos poético, expositivo, observativo, participativo, refletivo e performático⁵. A ordem de apresentação dessa tipologia obedece a alguns critérios cronológicos e se distancia de qualquer sentido valorativo sobre qual é a melhor forma de documentário. Esses modos são fluidos e um mesmo documentário pode conter aspectos variados.

A exposição aqui serve somente como um horizonte de classificação, um parâmetro de discussão sobre a heterogeneidade dessa produção fílmica. Nesta perspectiva, podemos dizer que o documentário de *Carlos Nader* se aproxima do estilo poético e performático. O narrador e personagem Waly Salomão reflete, poeticamente, sobre o significado das fronteiras e sobre o que é um ser fronteiriço. Sua poesia e sua performance se combinam através de variados movimentos do seu corpo e das águas do rio. Todavia, o documentário se aproxima do estilo interativo, no momento da explicitação dos trechos das entrevistas com os índios fronteiriços.

Os curtas de Roberto Moreira e Lucas Bambozzi apresentam muitos elementos do modo observativo: imagens do lugar, trechos de entrevistas em que não aparecem a relação e a negociação entre o cineasta e os atores sociais. O trabalho de Bambozzi apresenta ainda elementos sonoros e jogos de imagens que se aproximam de um vídeo de cunho experimental. Já o documentário de Marcello Dantas, pode ser pensado como sendo predominantemente de um estilo interativo. Nos três trechos de entrevistas é explicitada a relação direta entre o entrevistador e o entrevistado. O longa-metragem de Lucas Bambozzi

também pode ser classificado com predominância do modo interativo. Embora não apareça na filmagem a equipe responsável pela mesma, a presença dos cineastas nas perguntas e nas negociações de informações caracteriza este estilo.

Por fim, o curta-metragem de Sandra Kogut começa com uma narração em *off* da personagem Lecy, falando dos caminhos opostos que estão trilhando: “Enquanto tu vais para o Norte, eu vou para o Sul”. Durante o filme, aparecem as personagens fictícias de Lecy e Humberto, provavelmente membros da própria equipe de Sandra Kogut. Há uma mescla entre ficção e realidade, em toda a construção do curta. As pessoas entrevistadas narram suas próprias histórias de fronteiras e também a história de Lecy e Humberto em suas diferentes versões.

De uma maneira geral, os filmes analisados ultrapassam as fronteiras tradicionais da produção de documentários e acompanham as recentes inovações e discussões de redefinição do campo de produção cinematográfica. Há documentários bastante experimentais, bem como curtas que misturam narrativas ficcionais e entrevistas com personagens “reais”.

A tipologia apresentada não dá conta das formas e representações do “real” construídas por esses documentários. Os modos descritos por Nichols ajudam a compreender e sistematizar a heterogeneidade dessa produção, mas não podem ser vistos como camisas de força que enquadram as representações cinematográficas do gênero documental.

O campo cinematográfico do documentário é um espaço em (re)definição. As fronteiras estão em permanente movimento; esses documentários que abordam a problemática das fronteiras nacionais são também documentários de fronteiras. Eles modificam o seu estilo de representação do mundo e

criam novos olhares e narrativas sobre a experiência da vida fronteiriça.

IMAGENS DAS FRONTEIRAS NACIONAIS

A análise da temática das fronteiras nacionais nos filmes tem como referência a construção de algumas imagens pelos cineastas e atores sociais: fronteiras naturais, limites políticos e jurídicos, territórios-ponte, frentes de expansão, terra de ninguém, fronteiras híbridas e temporais. Essas imagens ou metáforas das fronteiras não estão separadas, mas justapostas de diferentes maneiras nos distintos documentários. As separações feitas ao longo da exposição obedecem unicamente a critérios heurísticos de ordenamento e exposição do conhecimento.

Uma primeira representação são as denominadas fronteiras naturais. O limite internacional é geralmente compreendido como uma fronteira natural. A imagem de um rio, de uma serra ou montanha vem constantemente em nossas mentes como o marco natural que divide as nações, e também estados e municípios. Mesmo quando não conhecemos as fronteiras internacionais, estudamos na escola, através de mapas, sobre esses acidentes geográficos que servem para demarcar os limites naturais das nações. No caso dos limites do Brasil com os países vizinhos, os brasileiros aprendem também, nos manuais escolares, que não existe nenhum conflito de fronteira e que o país tem seu território “naturalmente”, consolidado “do Oiapoque ao Chuí”.

O fio condutor, nos diversos filmes analisados, são as constantes imagens dos rios. As freqüentes representações dos rios internacionais e das vegetações em suas margens buscam “captar a realidade” dos “marcos naturais” que dividem os territórios nacionais e também servem de metáfora para a vida

fronteiriça. As águas correntes, trêmulas, límpidas ou poluídas desses rios simbolizam as várias imagens sociais dessas regiões de fronteiras: o hibridismo cultural, os conflitos sociais, as separações jurídicas, os fluxos intensos de pessoas e de mercadorias.

O diretor Marcello Dantas, logo no início do seu documentário, expressa o sentido de sua viagem para a fronteira do Brasil com o Paraguai: “a proposta é produzir a imagem geográfica da linha de fronteira e seu reflexo nas pessoas que vivem em torno dela”. A própria organização das imagens justapostas do filme transmite esse duplo objetivo. No centro da tela, imagens e narrativas de pessoas que vivem a experiência fronteiriça, nas margens as imagens dos rios, das pontes e dos marcos de divisa na “fronteira seca”⁶.

No curta e no longa-metragem de Lucas Bambozzi, são também variados os planos que produzem imagens e sons do rio Oiapoque. O próprio título, *Do outro lado do rio*, simboliza a fronteira; uma barreira e um lugar de travessia, correntezas, fluxos contínuos de águas, de barcos e canoas atravessando pessoas e mercadorias, em diferentes horários do dia e da noite. O vídeo de Carlos Nader também usa o rio como metáfora da fronteira; “a fronteira tem uma maleabilidade, a fronteira desliza, tem uma fluidez, não é coagulada, é como a água do rio Negro”. Por outro lado, desde o início, o diretor questiona a artificialidade das divisões humanas sobre determinados territórios naturais. Há uma permanente inquietação em relação ao significado da fronteira, sobre o que define que “a partir daqui é um país, ali já é outro”, enquanto as águas, a vegetação e os animais são os mesmos, nas duas margens do rio.

As fronteiras nacionais são geralmente vistas como os limites políticos e jurídicos entre nações soberanas. Geralmente, as alfândegas e as polícias de fronteira, que controlam a entrada e a saída de pesso-

as e mercadorias, nos indicam o fim de um território nacional e o início de outro. Os marcos simbólicos assinalam o fim e o início dos Estados nacionais e as complexas conotações dos “entre lugares” expressos em alguns diálogos que aparecem nos documentários. A conversa entre o cineasta Marcello Dantas (MD) e Eivaldo (E), um senhor que vive na linha de fronteira, deixa transparecer, mediante a própria linguagem, a dinâmica e a ambigüidade das identidades nacionais e étnicas nas zonas de fronteiras:

MD - Aqui é o Brasil ou aqui é Paraguai? Você mora exatamente no meio, nem no Brasil, nem no Paraguai?

E - Nem no Brasil, nem no Paraguai.

MD - Você mora exatamente no meio do caminho. Você é brasileiro ou paraguaio?

E - Eu sou é índio.

MD - Você é índio?

E - É.

MD - Qual é a língua que vocês falam entre si?

E - É a língua de guarani (...).

MD - O que é a linha para você?

E - É a divisa, a divisa do Paraguai com o Brasil. Não me convidaram para eu passar pra cá, então eu não passei.

Alguns documentários questionam a legitimidade dessas divisões oficiais dos Estados nacionais. No vídeo de Carlos Nader, o poeta Waly Salomão entrevista índios que vivem em territórios fronteiriços e rechaçam os limites artificiais e arbitrários dos Estados nacionais que separam uma mesma etnia indígena. Como afirma uma liderança indígena: “nossos limites não são visíveis, eles são respeitadas tradicionalmente”.

Os limites invisíveis e arbitrários das nações se tornam bastante reais e demarcadores de territórios soberanos por intermédio dos controles militares

dos respectivos Estados nacionais. Especialmente no filme *Do outro lado do rio* aparecem imagens das polícias de fronteira, os funcionários das alfândegas e os trâmites de documentação para entrar em outro território nacional. Entretanto, o senhor Pierre, funcionário francês da alfândega em Oiapoque, narra as dificuldades do controle nos 300 km de fronteira entre o Brasil e a Guiana, e fala que não existe fronteira entre os índios da região que habitam os dois lados do rio Oiapoque:

O problema é que não há uma fronteira entre o Brasil, estado de Amapá e Guiana. É tudo o mesmo país. É a mesma coisa. Os índios brasileiros, os índios guianenses, sempre viveram no rio, não há fronteiras, em minha opinião. O futuro da Guiana é uma união com o Amapá para tentar alguma coisa euro-brasileira (Pierre, funcionário da alfândega francesa em Oiapoque, entrevista no documentário de Lucas Bambozzi, 2003).

A própria concepção de nação é ressignificada na fronteira com a Guiana Francesa, pois se trata de um departamento ultramarino da França⁷. A moeda é o Euro e os habitantes locais são cidadãos franceses, como aparecem em algumas cenas do documentário *Do outro lado do rio*. Os brasileiros nomeiam simplesmente de França e não de Guiana Francesa. “Aqui é o começo da França”, “aqui é Brasil, ali é França”. A personagem Elaine entra no território francês juntamente com os documentaristas e vai até Caiena atrás de um ex-namorado. Quando ela está se aproximando de Caiena, uma cidade com cerca de 50 mil habitantes, interroga: “já é a França aqui? Já é um país aqui? Aqui é França ou é só um... Eu nem acredito que estou aqui, assim na França”. O que é a Guiana Francesa? Um senhor entrevistado em Caiena explica: “aqui é ocupação colonial... da

França. Não é bom, é ocupação colonial, colonização: crime contra a humanidade”.

As fronteiras também são vistas como os territórios-ponte, isto é, lugares de passagem, especialmente espaços em movimento de pessoas “clandestinas” e de mercadorias “ilegais”. O tráfico de cigarros na Ponte da Amizade, o poeta Waly Salomão pisando “clandestinamente” o território colombiano, os garimpeiros e as prostitutas atravessando “ilegalmente” a fronteira com a Guiana Francesa, os travestis em Oiapoque desejando chegar a Paris – “aqui é a ponte para Paris” – são algumas cenas que exemplificam os constantes movimentos nas fronteiras. Elas deixam de ser vistas somente como limites, barreiras, e podem ser representadas também como travessia. As pessoas que chegam nessas pequenas cidades fronteiriças vêm de diferentes estados e cidades brasileiras e percebem essas cidades como lugares de passagem para os territórios além fronteiras. Como podemos perceber nesse comentário de uma prostituta que vive na região dos garimpos entre Oiapoque e os territórios “clandestinos”, no interior da Guiana Francesa: “aqui é fronteira, vem muita gente; ninguém é daqui, todo mundo é de fora, todo mundo vem aventurar aqui no Oiapoque”.

Neste sentido, podemos acrescentar a noção de fronteiras como frentes de expansão econômica e populacional. As frentes dos garimpeiros, madeireiros, seringueiros e empresários agrícolas ultrapassam os limites políticos do Brasil e continuam se movimentando nos territórios dos países vizinhos. Os documentários de Lucas Bambozzi e Roberto Moreira expressam o movimento dos garimpeiros em busca do ouro na Guiana Francesa e na Guiana. Como afirma um entrevistado no documentário *Do outro lado do rio*, “não tem jeito mais pros brasileiros porque eles prendem 100 e entram 1000. Daqui a pouco os brasi-

leiros vão tomar a Guiana Francesa deles”.

A representação da zona fronteiriça como terra de ninguém é bastante freqüente nos discursos políticos, jurídicos e midiáticos. As áreas de fronteiras são apresentadas como lugares sem controle, passagem das drogas e do tráfico de armas; ou seja, as cidades fronteiriças são geralmente vistas como lugares abandonados, marcados por práticas de violência e fora do campo de aplicação das leis dos respectivos Estados nacionais. Terra ignota, território desconhecido, campos neutrais. A imagem da fronteira como limite e controle militar desaparece e vem para o primeiro plano a terra sem lei, o lugar do crime e do esconderijo de pistoleiros. Cenas dos documentários de Lucas Bambozzi e Sandra Kogut apresentam essas áreas fronteiriças que escapam ao controle dos respectivos Estados nacionais. Uma das personagens do longa-metragem de Lucas Bambozzi assim se expressa sobre a região de fronteira:

Aqui é a lei do inimigo, os que já fizeram tudo na vida estão aí andando, eu sou um deles, mas nunca fiz crimes bárbaros. Aqui sempre foi uma cidade histórica de assassinatos, aqui a maioria é pistoleiro. Fronteira de dois países; fronteira, você não tem amigo, você se dá com uma pessoa, mas não é seu amigo; ninguém tem amigo daquele lado ou desse lado daqui, você tem camarada (Grande, personagem do documentário de Lucas Bambozzi, 2003).

As fronteiras nacionais são ainda vistas nestes documentários como espaços de misturas culturais e lingüísticas. Os Estados nacionais não detêm uma cultura homogênea e centralizada; o que existem são fluxos, fronteiras, “entre lugares”. A fronteira é pensada como zona porosa, uma mescla de culturas

e de identidades híbridas e moveções. As fronteiras híbridas ou espaços culturais de contatos e trocas simbólicas e afetivas de populações de diversas origens étnicas e nacionais. No tocante às línguas de fronteira, aparecem várias cenas de crianças falando em francês em Oiapoque; canoieiros e garimpeiros utilizando algumas saudações em francês; a rádio de fronteira que toca músicas em português e francês nos documentários de Lucas Bambozzi. No filme de Sandra Kogut, há entrevistados falando em *portuñol* em Santa Vitória e Chuí.

Por último, é possível se pensar em distintos tempos históricos presentes entre os diferentes agentes das zonas fronteiriças, as fronteiras temporais. Nas regiões fronteiriças, podemos produzir distintas representações temporais sobre a sociedade brasileira. O poeta Waly Salomão percebe, na mata amazônica do território colombiano, as semelhanças com a pintura de Pedro Américo sobre a Primeira Missa no Brasil. Os garimpeiros em busca do ouro na Guiana e na Guiana Francesa nos lembram todo o ciclo do ouro do século XVIII; e os produtos eletrônicos da China, sendo comprados em Cidade do Leste, nos situam no contexto global contemporâneo. Os atores sociais vivenciam, nas regiões de fronteira, distintos tempos históricos. O tempo do ouro, o tempo dos produtos “pirateados” e globalizados, o tempo do presente e o sonho do futuro, a espera da travessia e a esperança na mudança de vida.

Essas várias metáforas da fronteira se sobrepõem em cada documentário. As imagens gravadas e produzidas apreendem a complexidade dessas regiões que se encontram nas margens da nação e ajudam a compreender outros cenários fronteiriços. A fronteira está em todo lugar. Em nossos olhares, escutas e narrativas presenciamos os fragmentos de nossa vida contemporânea nos interstícios da vida fronteiriça.

Outras imagens das fronteiras podem ser construídas a partir desses documentários. Além disso, as representações aqui construídas não se encontram separadas nas narrativas e imagens e nem pretendem enquadrar os complexos significados desses filmes em modelos teóricos definidos. Essas representações podem ser vistas como o ponto de partida para se pensar a complexidade das imagens produzidas sobre essas fronteiras e as experiências dos atores sociais que vivem as aventuras da vida nos territórios fronteiriços.

CENAS FINAIS

A fronteira pode ser vista como o fim ou o começo. O término e o princípio de algo, como na própria construção dos dois planos iniciais e finais do documentário de Roberto Moreira. Mas também como o “entre lugares”, espaço liminar, uma zona de transição que ainda não finalizou e já se mistura com a paisagem do novo território.

Este texto é fronteiriço no sentido de algo inacabado; trata-se de uma pesquisa de transição, em direção à análise fílmica de documentários; constitui-se em um esboço de reflexão sobre diferentes significados de fronteiras. Poderia ter me detido em uma análise mais minuciosa das imagens e dos sons dos diversos planos desses documentários. Entretanto, estava mais atento aos panoramas em movimento, aos fluxos gerais das imagens e das narrativas que pudessem ser apreendidos através da escrita ensaística. Os planos, as cenas, os cortes, as sincronias e separações entre sons e imagens se movimentaram rapidamente e somente captei os sentidos mais gerais da construção e do conteúdo desses documentários.

A realidade dos filmes é infinita e inesgotável. Selecionei somente fragmentos em meio a uma sé-

rie de escolhas e opções de produção de imagens e narrativas feitas pelos referidos cineastas. Diante desta heterogeneidade, minha opção foi tentar sistematizar aspectos da movediça realidade através de algumas tipologias e metáforas provisórias, que possibilitaram construir alguns horizontes de compreensão. O texto permanece em aberto e convida o leitor para novas travessias neste universo singular e geral da experiência fronteiriça.

Há muitos outros assuntos que podem ser analisados nesses documentários. Lembro-me de alguns aspectos sobre os quais gostaria de refletir, estabelecendo alguns elos de compreensão, em outras dimensões: 1) as músicas dos diversos documentários e a relação entre som e imagem; 2) as diferentes narrativas dos atores sociais e suas experiências fronteiriças; 3) ou ainda a problemática da identidade étnica e nacional que simboliza a metáfora da fronteira. Nesta perspectiva, recordo da cena final do documentário de Carlos Nader, a imagem de um índio explicando para o poeta Waly Salomão o significado de fronteira em sua língua: *Liukakahuahua*, quer dizer fim.

NOTAS

- 1 Marcello Dantas, *designer* e curador de exposições e diretor de documentários desde 1986. Carlos Nader, diretor de vídeos, entrecruza linguagens que vão do documentário clássico ao vídeo-arte. Lucas Bambozzi trabalha com diferentes formatos de vídeo, em várias mídias e suportes. Sandra Kogut, especializada em vídeo-arte e documentários, produziu o filme *Mutum*, em 2007, e, em 2001, *Um passaporte Húngaro*. Roberto Moreira, montador, professor na Escola de Comunicação e Arte (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), diretor do filme *Contra todos*.
- 2 O projeto *Fronteiras*, do Instituto Cultural Itaú, envolveu três momentos de produção. Em 1998, o Instituto “convidou vídeoartistas e artistas plásticos para percorrerem de Norte a Sul os limites do país, registrando e construindo narrativas, e interpretando fatos e experiências”; teve como resultado a série videográfica *Viagens na Fronteira*, que é uma das peças analisadas neste artigo. Em 1999 e 2001, foram instaladas obras de arte contemporânea em alguns pontos dos limites geográficos, entre o Brasil e os países integrantes do MERCOSUL, com atenção especial para a cidade de Laguna, em Santa Catarina, lugar por onde passava a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, de 1494. Em 2006, foi publicado o livro *Fronteiras*.
- 3 O historiador José Murilo de Carvalho fez algumas críticas aos sentidos não revelados desta iniciativa artística e cultural do Itaú, no período da montagem dos cenários de arte contemporânea nas cidades de fronteiras, em 1999.
- 4 No caso, “laranja” é aquele que ajuda a atravessar as mercadorias dos brasileiros que compram em Cidade do Leste, evitando a apreensão dos objetos pela Alfândega, haja vista que, conforme as regras estabelecidas para esse comércio, o valor das mercadorias adquiridas por cada “turista”, no Paraguai, não pode ultrapassar 150 dólares. Nilson se definiu então “como auxiliar de muambeiro”.
- 5 O tipo poético enfatiza as construções subjetivas, fragmentárias e ambíguas das imagens e narrativas; tem muitas facetas e, geralmente, “a voz do cineasta dá a fragmentos do mundo histórico uma integridade formal e estética peculiar ao filme” (NICHOLS, 2005: 141); o modo expositivo, geralmente visto como o tipo clássico, é centrado na *voz em off* de um narrador que dá sentido e força argumentativa às imagens do filme; o modo observativo se desenvolve a partir de aprimoramentos técnicos (câmara de 16 mm e gravadores de áudio que possibilitam a sincronia entre som e imagem) e seu objetivo é “captar a vida como ela é”, característica principal do denominado cinema-direto, dos anos 1960; o tipo participativo ou interativo explicita a relação entre o cineasta e os atores sociais, os sentidos de intervenção que a câmara ocasiona no mundo social e, geralmente, se fundamenta em entrevistas entre o cineasta e os personagens sociais ou “nativos” (o cinema-verdade francês); o modo reflexivo questiona os ilusionismos e as crenças de que o documentário capta e transmite a verdade do mundo histórico; sua característica marcante é a auto-reflexão e explicitação dos mecanismos de construção e seleção da realidade; por fim, o tipo performático tem algumas semelhanças com o modo poético, enfatiza a complexidade do conhecimento da realidade e sublinha as dimensões subjetivas e afetivas do próprio cineasta e das pessoas que se tornaram personagens de sua produção cinematográfica.

- 6 Fronteira seca é o limite internacional em que há somente um marco artificial ou o cume de uma montanha como símbolo de demarcação de territórios, não há rios, lagoas ou mares.
- 7 A Guiana Francesa foi oficialmente colônia francesa até 1946. Desde então, é reconhecida pela França como um departamento ultramarino. Ocupa um território de 86.504 km² e se constitui como o principal território da União Européia no continente americano. Os indivíduos que nascem nesse território são oficialmente cidadãos franceses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA-RIN, Sílvio. (2006). *Espelho Partido: tradição e transformação do documentário*. Rio de Janeiro: Azougue.

ELLIS, Jack C. *The Documentary Idea*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1989.

LINS, Consuelo. (2007). Documentário: uma ficção diferente das outras? In: BENTES, Ivana (org). *Ecos do cinema: de Lumière ao digital*. Rio de Janeiro: UFRJ.

NICHOLS, Bill. (2005). *Introdução ao documentário*. Campinas-São Paulo: Papyrus.

VANOYE, Francis; GOLLOT-LÉTÉ, Anne. (1994) *Ensaio sobre a Análise Fílmica*. Campinas-São Paulo: Papyrus.

Filmes

BRASIL/PARAGUAI – *Foz do Iguaçu/Ponta Porã/Pedro Juan Caballero* (1998). Direção de Marcello Dantas. Série *Viagens nas fronteiras*. São Paulo: Itaú

Cultural (8 min).

BONFIM/LETHEN (1998). Direção de Roberto Moreira. Série *Viagens nas fronteiras*. São Paulo: Itaú Cultural (7 min).

DO OUTRO LADO DO RIO (2003). Direção de Lucas BAMBOZZI. Brasil: Doc.Filmes / França: Les films du village (89 min).

LECY e HUMBERTO nos campos neutrais (1998). Direção de Sandra Kogut. Série *Viagens nas fronteiras*. São Paulo: Itaú Cultural (8 min).

OIAPOQUE/l'Oyapock. (1998). Direção de Lucas Bambozzi. Série *Viagens nas fronteiras*. São Paulo: Itaú Cultural (11 min).

SÃO GABRIEL da Cachoeira/San Felipe (1998). Direção de Carlos Nader. Série *Viagens nas fronteiras*. São Paulo: Itaú Cultural (8 min).

GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, CONFLITO SÓCIO-AMBIENTAL, RESERVA EXTRATIVISTA E O POVOADO DO TAIM¹

INTRODUÇÃO

O povoado do Taim localiza-se na zona rural do município de São Luís, na Ilha do Maranhão. Desde o final da década de 1970, instalaram-se em suas proximidades grandes projetos de desenvolvimento econômico, que são desdobramentos do Projeto Grande Carajás, implantado pelos governos ditatoriais brasileiros (1964 a 1985) com o objetivo de explorar, industrializar e/ou exportar os recursos minerais (ferro, bauxita, manganês, caulim, ouro etc) da Amazônia Oriental e promover a inserção da região na dinâmica capitalista moderna (CARNEIRO, 1989, 1995 e 1997; MONTEIRO, 1995 e 1997).

Para garantir a exploração do minério retirado do sudeste do Pará, foi construída uma ampla rede de infra-estrutura cujos principais elementos são: o Complexo Portuário de São Luís (também chamado, por generalização, de Complexo Portuário do Itaqui e forma-

HORÁCIO A. DE SANT'ANA JÚNIOR*
SISLENE COSTA DA SILVA**

RESUMO

Tendo como campo empírico o povoado do Taim, município de São Luís, na Ilha do Maranhão, os autores analisam o conflito que se processa entre os habitantes locais e a administração de grandes "projetos de desenvolvimento" instalados na área desde o final da década de 1970, como desdobramento do Projeto Grande Carajás. No centro de tal conflito está a luta pela posse e controle de territórios. Liderados pela União de Moradores do Taim, desde 1996, vários povoados reivindicam a instalação de uma Reserva Extrativista. Fundamentando esta reivindicação, os moradores destacam a existência de um modo de vida ancestralmente construído, com baixos índices de agressão ao meio e que permite configurar a região como sendo um território ocupado por populações tradicionais.

ABSTRACT

Choosing as empirical field the village of Taim, in the city of São Luís, in the island of Maranhão, the authors analyse the conflict between the local inhabitants and the administrators of large "development projects" established in the area since the end the 1970's, as by products of the "Grande Carajás" project. At the center of such conflict lies the fight for the possession and control of territories. Led by "União de Moradores de Taim", starting in 1996 various settlements have demanded the creation of an extractive reserve. As a basis for this demand, the residents stress the existence of a way of living which has been ancestrally built, with low levels of environmental aggression and roots on traditional populations.

* Doutor em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

** Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

do por: Porto do Itaqui, administrado pelo Governo do Estado do Maranhão; Porto da Ponta da Madeira, de propriedade da Vale²; e Porto da Alumar, de propriedade do Consórcio Alumínio do Maranhão – Alumar); ampla rede de estradas de rodagem; estrada de ferro Carajás (liga as minas, no município de Parauapebas-PA, ao Complexo Portuário de São Luís-MA e é de propriedade da Vale); hidrelétrica de Tucuruí, que fornece energia elétrica para todo o sistema minero-industrial constituído em torno do grande potencial de produção de minérios da região.

O povoado do Taim fica nas imediações do Complexo Portuário do Itaqui, da Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Carajás em São Luís e de duas grandes áreas industriais que foram implantadas no início dos anos 1980: o Consórcio Alumínio do Maranhão, subsidiário da Alcoa e detentor de um grande parque

industrial para produção de alumínio e alumina³; e a Vale, que além do porto da Ponta da Madeira e da estrada de ferro, detém, na área, uma fábrica de ferro gusa e instalações administrativas. Somando-se a estes dois empreendimentos, nos últimos anos, várias outras indústrias de menor porte passaram a se localizar nas proximidades.

Desde o final da década de 1970, a chegada dos equipamentos de infra-estrutura e das grandes indústrias minerais na Ilha do Maranhão implicou o deslocamento compulsório⁴ de povoados rurais; fortes impactos ambientais; alterações no modo de vida dos moradores e ameaças constantes de novos deslocamentos. Como reação aos deslocamentos e às profundas mudanças no modo de vida dos povoados que permaneceram na zona rural de São Luís, constituiu-se um conflito permanente, com momentos de maior ou menor intensidade, em torno da posse e controle de territórios.

Lideradas pela União de Moradores do Taim, desde 1996, várias Uniões e Associações dos povoados vizinhos, através de abaixo assinado dirigido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), reivindicam instalação de uma Reserva Extrativista, que é uma modalidade de unidade de conservação ambiental, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000, e que contempla a presença humana e suas atividades produtivas, desde que realizadas de forma sustentável. Fundamentando esta reivindicação, os moradores destacam a existência de um modo de vida ancestralmente construído, com baixos índices de agressão ao meio e que permite configurar a região como sendo um território ocupado por populações tradicionais, com formas de utilização e apropriação de espaços e recursos naturais envolvendo conheci-

mentos tradicionais, relações de reciprocidade e de parentesco.

No povoado do Taim e nos povoados vizinhos constituiu-se um modo de vida caracterizado por um grande conhecimento e proximidade com a natureza. Isso não quer dizer que não sejam realizadas práticas prejudiciais ao meio ambiente; afinal, são pessoas que sofrem pressões sociais e têm necessidades financeiras como quaisquer outras, apesar de suas especificidades; porém, é importante destacar que parece haver uma preocupação e, até mesmo comedido, no uso dos recursos naturais. Muitas famílias têm na pesca, extração de mariscos, lavoura ou coleta de cocos e frutas um complemento na alimentação ou a fonte principal desta. A extração de recursos naturais também ajuda na geração de renda, embora esta não seja o seu principal objetivo.

A utilização e apropriação dos recursos envolvem dinâmicas marcadas por conhecimentos tradicionais que consideram os sinais da natureza, como a influência da lua nas marés, nas lavouras, nos recursos usados na construção das casas; por relações de reciprocidade que ligam povoados e envolvem a troca de alimentos e de serviços; e por relações de parentesco, determinantes no acesso à terra.

1. ALGUNS ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SÓCIO-CULTURAIS DO TAIM

Localizado na porção Sudoeste da Ilha do Maranhão, nas margens da baía de São Marcos, o povoado do Taim dista 37 Km do centro da cidade de São Luís. Com uma área total de 86,73 hectares (ITERMA, 2002), o Taim apresenta uma variedade de ecossistemas que envolve mangue, brejo e capoeira, nos quais se encontram diversas espécies vegetais e animais, como: juçarais, buritizais, bacurizais,

cajueiros, muricizais, crustáceos, peixes, mamíferos aquáticos (peixe-boi marinho e o boto comum ou Tucuxi) etc (IBAMA, 2007). O rio que banha esse povoado chama-se Rio dos Cachorros e sofre forte influência do mar.

Quanto ao aspecto humano, o povoado tem em torno de 500 habitantes, com famílias descendentes de seus fundadores. De acordo com os moradores mais velhos, o primeiro momento do processo de ocupação do Taim é imemorial e estaria relacionado à presença de indígenas, de escravos africanos e, até, de ordens religiosas no território. Posteriormente, no final do século XIX, houve um novo povoamento com a vinda de famílias (os Moraes, os Cruz e os Ribeiro) do interior do Maranhão. A fixação no povoado foi motivada principalmente por sua riqueza em peixes e mariscos.

Especialmente, o povoado está organizado em quatro ruas: Rua Principal, Rua Vai-Quem-Quer, Rua Nova e Travessa da Rua Nova. Os moradores mais antigos, em sua maioria, residem na Rua Principal, na parte baixa do povoado, próximo ao porto. A organização dos imóveis residenciais obedece a uma localização que privilegia a proximidade de residências de pessoas da mesma família: irmãos(ãs), pais e filhos, de forma que há a formação de núcleos de casas pertencentes a um conjunto de irmãos(ãs) e/ou outros parentes.

2. CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, RECIPROCIDADE E RELAÇÕES DE PARENTESCO

2.1. A “ciência” da lua

A lua mexe com tudo (...) Todos os recursos naturais depende de você saber retirar da natureza (José Reinaldo Moraes).

Uma das questões que constantemente aparece em trabalhos que se propõem a analisar a relação homem/natureza nas populações tradicionais concerne aos conhecimentos, também ditos tradicionais, os quais têm contribuído há milênios para a conservação de ecossistemas, enquanto parte de costumes tribais e rurais (SACHS, 2000; SHIVA, 2000).

Mas, o que seriam conhecimentos tradicionais e como se produzem? Segundo Alonso (2005), são conjuntos complexos que se produzem de forma coletiva, cumulativa e em resposta a situações e motivos diferenciados, apóiam-se na tradição, na observação e na utilização dos processos e recursos biológicos. Mitos, rituais, narrações de caráter oral e práticas relacionadas a sistemas de ordem ambiental e de saúde seriam alguns dos meios pelos quais esses saberes se exprimem e se sistematizam. Castro complementa:

(...) ainda que não seja possível a diferentes grupos explicar uma série de fenômenos observados, as ações práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. São maneiras diversas de perceber no âmbito local, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais (2000: 169).

São esses conhecimentos que indicam o tempo bom para plantar, colher, pescar; as técnicas que devem ser usadas no manejo dos recursos naturais; os sinais que devem ser observados para se ter uma boa pesca e/ou colheita. É baseado nas experiências dos “antigos” que seus descendentes sabem quais plantas domesticar, reconhecer as ervas que podem ser utilizadas para determinado mal-estar ou a qual

procedimento recorrer para resolver, por exemplo, o problema de uma lavoura que não se desenvolve. Enfim, é esse campo de saberes que explica como um grupo social pode apropriar-se dos recursos naturais e adaptá-los às suas necessidades, respeitando os limites da natureza.

Por serem considerados um legado das gerações passadas, os conhecimentos tradicionais são reconhecidos por diversos grupos como de propriedade e responsabilidade coletivas, sendo a relação entre ser humano e natureza fundamental para a conservação desta segunda, já que, na visão de alguns grupos, como os indígenas, a ordem do cosmo implicaria um bom relacionamento homem/natureza (ALONSO, 2005).

No Taim, conhecimentos tradicionais subjazem às práticas utilizadas no trato com a natureza. São empregados no dia-a-dia conhecimentos e técnicas de plantio, cultivo, pesca, extração vegetal e mineral que têm na observação da lua um dos sinais indicativos do momento ideal para plantar, pescar e extrair recursos vários da natureza.

Plantas como a erva-cidreira, o mastruz, o capim-limão, a Santa Quitéria e o urucum são utilizadas com fins medicinais. Rosana Mesquita, moradora do Taim, ressalta que seus filhos não gripam facilmente porque sempre tomam um lambedor de urucum com santa quitéria, feito por ela, e que é comum entre as mulheres do Taim, após darem à luz, fazer asseio com uma planta denominada Murtinha ou Murta-de-Parida. Essa planta também é utilizada para fazer vassouras para varrer os quintais, forrar presépios e enfeitar mastro nas festas de santo. As dúvidas sobre quais matos usar para aliviar o mal-estar manifestado são tiradas com os mais velhos ou com pessoas determinadas, reconhecidas como

conhecedoras das plantas (entrevista realizada em 25/01/2008).

Outro morador, José Reinaldo de Moraes, aponta a situação da lua como um indicador do momento de plantar: “não se planta milho com a lua de fora, se não o milho dá bicho e estraga”; de pescar: “a maré boa de peixe é de dois dias de quarto (...), para dar camarão de dia é quando é maré de lua cheia ou nova”; de extrair madeira e palha para cobrir as casas: “se tirar madeira para casa com lua de fora, a madeira racha e apodrece mais rápido (...), palha com lua de fora apodrece e dá muita lagarta” (entrevista realizada em 25/01/2008).

A expressão “lua de fora” indica a presença da lua no céu (firmamento). Segundo vários depoimentos, a lua cheia pode ter efeito devastador sobre plantas carregadas de frutas, pois, se não se colocar um prego em seu tronco, as frutas caem; mas pode também ter efeito positivo sobre mulheres de primeira gravidez: “mulher de primeira barriga abraça árvore em dia de lua cheia para segurar o filho” (entrevista realizada com Rosana Mesquita, em 25/01/200807).

O fato de levar em consideração as fases da lua no lidar com a natureza demonstra uma valorização desta, o que, na visão de Ulloa (*apud* ALONSO, 2005) seria um dos fundamentos dos conhecimentos tradicionais: a forma diversa de valorizar a natureza segundo as condições e situações que, com ela, os grupos interagem e através das formas que percebem, representam, usam e se inter-relacionam com as entidades não-humanas.

2.2. Formas de apropriação dos espaços e dos recursos naturais

Garret Hardin (1968), ao publicar o artigo cuja tradução é “A tragédia dos comuns”, causou polêmica por enfatizar que, se o acesso aos bens comuns

fosse livre aos vários usuários, isso geraria uma sobreexploração dos recursos naturais a ponto de sua destruição. Segundo o referido autor, somente o capital privado teria os meios de explorar a natureza de forma adequada.

Para autores como Diegues & Moreira (2001) e Acheson, Berkes, Feeny e Mc Cay (2001), alguns dos equívocos desse artigo encontram-se justamente na concepção de propriedade comum como de livre acesso. Hardin (1968) teria ignorado que “nos sistemas tradicionais de uso comunitário existem regras destinadas a evitar a utilização excessiva dos recursos naturais” (DIEGUES & MOREIRA, 2001). Também teria ignorado que, mediante a percepção de sistemas comunitários em via de desestruturação ou, até mesmo, desestruturados frente à expansão capitalista, os grupos são capazes de se reorganizar e recriar modos de vida e territórios de uso comum (DIEGUES, 2001).

No Taim, atualmente, o critério de acesso à terra restringiu-se ao parentesco. O direito a um pedaço de terra para cultivar e construir casa é reservado a quem é filho(a) de um morador já estabelecido ou a quem se casa com um(a) morador(a). Conforme esse critério, a pessoa continua tendo direito à terra se sair do povoado por motivo de trabalho e depois retornar; mas, se sair e constituir família fora, assim como construir casa em outro lugar perde esse direito. De acordo com Alberto Cantanhede, diretor de Meio Ambiente da União de Moradores do Taim, essa regra visa coibir a saída dos jovens da comunidade, ao mesmo tempo em que regula a densidade populacional. Assim, afirmou:

Uma forma de tanto furar a migração, que a migração não tem regra, ela não tem critérios, a maioria vai e não volta. Mas quando você tem essa preocupação: “se eu sair daqui

eu perco meu lugar”, claro, o cara já tá com 16, 17 anos, ele já vai começar a pensar nessas coisas, “se eu sair daqui e sumir eu vou perder o meu lugar de casa”. Então, já começa a pensar nessas coisas. Um outro aspecto é não deixar que a comunidade seja inchada de forma desorganizada... (entrevista realizada em 04/11/2007).

O critério supracitado foi definido em assembléia no dia 02 de outubro de 1997, quando os moradores do Taim receberam o título condominial da terra, fornecido pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA, 2002), vinculado ao Governo Estadual. Todavia, antes dessa norma se basear apenas no parentesco, via relação filial ou matrimonial, havia outra regra que possibilitava a entrada de pessoas com outros graus de parentesco, ou até mesmo sem esse tipo de relação no povoado, mediante a avaliação de uma assembléia. A pessoa que desejava ter um pedaço de terra no povoado precisava associar-se à União de Moradores do Taim por, no mínimo um ano, e viver na casa de quem a trouxesse para o povoado por dois anos, como agregada. Nesse ínterim, era avaliada pelos outros moradores quanto ao seu caráter e quanto à adaptação ao modo de vida do grupo, ou seja, via-se se a pessoa não apresentava comportamento que, no entender do grupo, poderia distorcer seu modo de vida.

Entretanto, essa regra não deu muito certo, porque alguns acabaram, conforme Sr. Alberto, desvirtuando-a, ao trazerem para o grupo pessoas em excesso, muitas das quais possuidoras de casa em outra localidade e que saíam de seus lugares por motivos outros que não a falta de moradia. O objetivo de manter o povoado organizado, sem grande densidade demográfica ou com a presença de pessoas que pudessem desrespeitar as normas consuetudinárias

de convivência acabou abalado. Dessa forma, como já dissemos, desde 1997, para ter direito a um pedaço de terra no povoado somente sendo filho(a) de morador ou contraindo matrimônio com um “filho do Taim”. Além disso, aqueles que desejarem trazer parentes para morar no povoado, consoante a regra em vigor, terão que dividir seu terreno com os mesmos.

A emergência da institucionalização de regras para controlar a entrada de pessoas no grupo e o acesso à terra deve-se a conflito territorial, ocorrido nos anos 1980. Para ter acesso à terra e ser recebida no povoado, uma pessoa que costumava freqüentá-lo nos finais de semana fez amizade com os primos Cirilo e Balbino Moraes, descendentes dos fundadores do Taim e, por isso, muito respeitados localmente. Esse visitante reestruturou o time de futebol, que estava parado, e assim ganhou a confiança dos moradores. Com o tempo, pediu um pedaço de terra, alegando que era para construir uma casa para passar os finais de semana. Todavia, começou a roçar sua terra até atingir a marca de 17 hectares, fato que desagradou os demais moradores, dando início ao conflito.

Até a ocorrência desse conflito, segundo os moradores que o presenciaram, o manejo dos recursos naturais, a apropriação da terra e a realização de benfeitorias nas residências estavam condicionados à anuência dos mais velhos. Ou seja, mesmo antes da criação das regras estabelecidas pela União de Moradores, o acesso aos recursos naturais já era regulado por acordos tácitos, legitimados pelo consenso coletivo. O conflito surgiu no momento em que o grupo percebeu que o morador, cuja aceitação no povoado foi condicionada ao respeito às regras comunitárias, havia quebrado o acordo.

Esse conflito interferiu na forma de apropriação do espaço contíguo às residências. Antes dele, o ta-

manho do terreno a que cada morador tinha direito era determinado pela área cultivada ao redor da casa de cada unidade familiar. Ou seja, era pelo trabalho que cada família se apropriava da natureza e adquiria o direito⁵ à terra. Existiam, então, muitas casas abandonadas e uma grande mobilidade de pessoas dentro do Taim e entre este e Limoeiro, um povoado vizinho, por conta das relações de parentesco que havia (e ainda há) entre famílias nos dois povoados, as quais implicam que o morador de um mantenha roça e/ou pescaria no outro, muitas vezes na terra de um pai ou irmão. Até os anos 1980, não havia também preocupação com a legalização da terra perante o Estado.

Por causa do conflito, depois de inúmeras tentativas fracassadas de resolvê-lo internamente, os moradores pediram a legalização territorial junto ao Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), o que se realizou em 1997. Assim, as terras tiveram que ser demarcadas e criou-se um título condominial no nome das 57 famílias residentes no Taim, naquele período.

A obtenção do título determinou o tamanho da terra a que cada família tinha direito. Levou-se em consideração nessa demarcação o espaço cultivado junto às residências. As famílias que tinham cultivado uma área menor tiveram seu lote ampliado, para evitar eventuais disparidades no tamanho dos lotes.

Como já dissemos, o conflito citado levou à necessidade de institucionalizar algumas regras que, de certa forma existiam na prática, e modificou a maneira de apropriação da terra circundante das residências pelas famílias; ou seja, tal institucionalização definiu o tamanho do lote de cada morador. Entretanto, no que concerne aos demais espaços (mata, rio, igarapés, poços, brejos, etc), o que prevalece na

prática é a propriedade comum, comunal ou comunitária, definida por Diegues como:

(...) formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais renováveis que se caracterizam pela utilização comunal (comum, comunitária) de determinados espaços e recursos por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca); e da pequena agricultura itinerante. Além dos espaços usados em comum, podem existir os que são apropriados pela família ou pelo indivíduo, como o espaço doméstico (casa, horta etc) que, geralmente, existem em comunidades com forte dependência do uso de recursos naturais renováveis que garantem sua subsistência, demograficamente pouco densas e com vinculações mais ou menos densa com o mercado. Esses arranjos são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intergrupala (2001: 66).

A forma de se apropriar dos espaços e dos recursos naturais no Taim guarda relação com a modalidade “propriedade comum”, descrita acima por Diegues. Assim, há os espaços usados em comum e seus respectivos recursos (roças comunitárias, brejos, mangues, mata, capoeiras, poços, rio etc) e os espaços de uso privado ou doméstico, como os quintais ou as roças familiares.

Os quintais são as áreas ao redor da casa, mais especificamente as que ficam atrás ou ao lado e que, geralmente, apresentam um banheiro (lugar onde se toma banho ou se lava roupa e sempre fica detrás da casa); uma sentina (também sempre atrás da casa); canteiros (horta suspensa ou no chão; geralmente cultivada pelas mulheres e contendo ervas medici-

nais ou hortaliças; quando feitos no chão, os canteiros são denominados de leiras); e árvores frutíferas como: juçara, mangueira, jaqueira, cajueiro, bananeira etc. No quintal, galinhas e patos são criados soltos e costumam circular entre os quintais vizinhos.

Os brejos são ecossistemas “freqüentemente formados por águas represadas, ocorrem atrás das margens dos rios, em áreas em que há depressão, sendo razoavelmente inundado” (IBAMA, 2007). Apresentam espécies como palmeiras de juçara e buriti, cujos frutos são consumidos pelos moradores. Nas águas represadas dos brejos é comum se desenvolverem camarões e peixes que são pescados, muitas vezes, com as mãos ou com utensílios como o puçá (espécie de rede com sustentação de madeira usada geralmente para pescar camarões). É comum que as mulheres se encontrem nos brejos para lavar roupas e dar banho nas crianças.

As roças muitas vezes são abertas nos quintais de algumas casas ou em áreas escolhidas na mata. São plantadas de: mandioca, milho e feijão (roça de inverno) ou somente mandioca (roça de verão). A força empregada no trabalho das roças é familiar e manual; mas, pode contar, ainda, com o reforço de vizinhos e compadres, através da “troca de diárias”, arranjo feito entre dois lavradores, ou entre um lavrador e vários outros, que entram em acordo quanto à troca de dias trabalhados.

A reciprocidade é um elemento que está presente no Taim não apenas nas relações de trabalho, mas em outras dimensões da vida: nas relações econômicas, religiosas, de direito, de sociabilidade e até nas relações com os povoados vizinhos. Cardoso & Tavares (2006) classificam a reciprocidade como um elemento indispensável para a manutenção da coesão social desses grupos e destacam a sua presença

no meio rural contemporâneo como criadora e dinamizadora de relações de sociabilidade e vínculo social.

É comum se realizarem mutirões para a construção de casas, nos quais o dono da casa retribui a ajuda com comida e bebida. Esses momentos, chamados de tapagem da casa, podem ser interpretados como verdadeiros ritos de acolhida de nova família no povoado. D. Rosana lembra que quando construíram sua casa foi um momento de muita alegria, que acabou com o “batizado”, quando sujam o dono da casa por inteiro, de lama, assim como aqueles que protestam contra a brincadeira (entrevista realizada em 04/11/2007).

A casa de farinha (barracão com equipamentos e espaços apropriados para o fabrico de farinha de mandioca) pertence a um dos moradores do povoado, mas seu uso é facultado a qualquer lavrador do Taim que queira fazer a sua farinha. Em troca, ele deixa um pouco do que produziu para o dono da mesma. Também fazem mutirões para plantar, colher e descascar a mandioca de uma roça familiar. Como retribuição, o dono da mandioca dá uma quantidade estipulada de farinha para as pessoas que o ajudaram.

Nas festas religiosas, a retirada do tronco para o mastro pode ser feita em um povoado vizinho, o que dá a este o direito de também retirar madeira no Taim. Alberto Catanhede se lembra das relações que mantinham com os povoados Pindotiuá, Carnaúba e Paquatuiá⁶:

(...) nós tínhamos uma relação com as comunidades de lá, que elas eram muito mais agricultoras do que nós daqui. Nós, desse lado, éramos muito mais pescadores... Mas, quando era tempo de fazer farinha eles não tinham tempo nem pra ir na beira do rio

pescar, então nós sortíamos eles de peixe e trazíamos farinha, trazíamos farinha pra cá (entrevista realizada em 24/03/2007⁷).

A troca de alimentos ainda é um costume dentro do povoado. E nem sempre um alimento é trocado por outro; também, pode ser trocado, por exemplo, por um utensílio de pesca.

As relações de entre-ajuda, voltadas para a supressão de carência de mão de obra para a lavoura, também ocorrem através da troca de diárias entre moradores de povoados próximos com os quais possuem, muitas vezes, relações de parentesco ou vizinhança. Certos povoados são acionados quando a quantidade de mudas ou sementes é insuficiente para a formação de roças. Esse tipo de relação de ajuda entre povoados reforça os laços de solidariedade e sociabilidade e aponta para relações entre grupos sociais que apresentam características de rede.

Além da pesca e da lavoura, duas outras atividades são realizadas para gerarem uma renda mais imediata: a extração de madeira, que é vendida, como lenha, para padarias na zona urbana, e a extração de pedras, que se intensificou com a diminuição do pescado, decorrente do impacto ambiental causado pelas indústrias instaladas nas proximidades. Entretanto, as lideranças locais demonstram não serem favoráveis a essas atividades, por considerá-las predadoras do meio ambiente e dizem que estão buscando meios de evitá-las através de projetos que gerem renda para os moradores. Há projeto de construção de uma escola voltada para o ofício da pesca para filhos de moradores locais e de povoados vizinhos. Também se encontra em fase inicial projeto para a produção de mel – projeto Abelhas Nativas –, desenvolvido em parceria com a Amavida (Associação maranhense para a conservação da natureza)

e Universidade Federal do Maranhão, com recursos da Alumar.

Simultaneamente a essas iniciativas através das quais pretendem garantir a sustentabilidade dos moradores, de forma que possam deixar de realizar as atividades consideradas prejudiciais ao meio ambiente, as lideranças incentivam outras formas de preservação do espaço em que vivem, como a proibição de retirar: madeira do mangue, percebido este como um ecossistema fundamental para o desenvolvimento de várias espécies de peixes; e madeira de uma área de mata, reconhecida por eles como bastante degradada, ao que atribuem o aumento da temperatura na área; e, ainda, de cortar árvores localizadas nas proximidades de brejos e poços.

3. O CONFLITO SÓCIO-AMBIENTAL

O povoado do Taim está localizado em uma área bastante cobiçada para a implantação de projetos urbano-industriais, devido à proximidade com o Complexo Portuário de São Luís e com o terminal da estrada de ferro Carajás, que permite o transporte de minérios e produtos industriais e agropecuários; é fator de cobiça também a proximidade da BR 135, que liga a Ilha do Maranhão às outras regiões do país, constituindo-se em um dos principais corredores de exportação do Brasil. Essa localização pode diminuir os gastos com transporte para as indústrias instaladas na área, tanto com relação ao acesso à matéria-prima, quanto no que concerne à exportação de seus produtos. Isto leva a que empreendedores industriais e planejadores governamentais percebam a área como um espaço que pode ser facilmente transformado, desconsiderando as relações territoriais ali construídas pelos habitantes dos vários povoados que a compõem.

Desde 1996, as lideranças dos povoados locais vêm discutindo maneiras de frear o avanço industrial, de modo que não tenham que sair do território no qual edificaram todo um modo de vida e que representam como pleno de relações sociais, com história e perspectivas de futuro, no qual foram construídas relações produtivas que, em grande medida, respeitam a capacidade de recomposição do ambiente. No entanto, nas últimas décadas, os projetos industriais nas proximidades e a presença de portos com intensa movimentação de navios têm provocado a diminuição de recursos naturais que tradicionalmente serviram de sustentação ao modo de vida construído. A redução das áreas agricultáveis, do pescado e de outros produtos extrativistas, bem como o aumento da densidade demográfica resultante dos deslocamentos de povoados para instalação de fábricas e de infra-estrutura levam ao comprometimento das práticas tradicionais de produção, pois estas não garantem mais a manutenção do modo de vida. Com isto, as atividades produtivas tendem a assumir um caráter de sobreexploração dos recursos existentes e a incorporar práticas não condizentes com a conservação ambiental como, por exemplo, a extração de pedras e de madeira em escala ampliada.

Diante desses problemas, percebendo seu território cada vez mais ameaçado de expropriação, as lideranças locais, depois de diversas reuniões, assessoradas por agentes e movimentos sociais, chegaram à conclusão de que a transformação da área em que vivem em reserva extrativista seria a única maneira de permanecerem no local. Segundo Alberto Cantanhede (GASPAR, 2007), a proposta de criação de uma Reserva Extrativista está relacionada à tentativa de neutralizar os impactos que projetos industriais localizados contíguos à área pretendida

(para a Reserva) vêm provocando nos ecossistemas e nos modos de vida locais. No Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reservas Extrativistas são classificadas como Unidades de Conservação de Uso Sustentável e visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos. Por isso, em agosto de 2003, através da União de moradores do Taim, foi feito o pedido oficial de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, abrangendo os povoados Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim; parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauá-Mirim, na qual se localizam os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim. Todos os procedimentos necessários para o pedido de criação da reserva já foram realizados e, atualmente, o processo está em tramitação no Ministério do Meio Ambiente.

Apesar de quase dois séculos de ocupação da área e de utilização dos recursos naturais, a área mencionada para a implantação da reserva ainda pode ser considerada, segundo o IBAMA (2007), como reduto de conservação de ecossistemas. Como vimos, os moradores continuam fazendo uso dos recursos da natureza e de práticas e conhecimentos construídos ancestralmente. Esta situação remete a uma das questões mais polêmicas quando se analisam populações tradicionais: a essencialização do relacionamento dessas populações com o meio ambiente (ALMEIDA e CUNHA, 2001).

Ao examinarem essa questão, Almeida e Cunha (2001) analisam três situações que podem estar relacionadas a práticas e/ou ideologias ambientais, uma vez que acreditam não haver grupos essencialmente conservacionistas: existem grupos sociais que têm a ideologia, mas não a prática; outros têm tanto a ideologia quanto a prática e há ainda aqueles que possuem as práticas sem a ideologia.

Os estudos aqui apresentados remetem a um grupo que faz uso comedido dos recursos naturais. Segundo Alberto Cantanhede, embora não realizassem uma discussão consciente sobre o assunto, sempre fez parte do cotidiano deles o cuidado com os recursos. Mesmo nas décadas de 1960/70, em que mantinham uma relação mais intensa com o mercado através da venda de frutas e carvão para abastecer a área urbana, tinham o cuidado de manejar a terra de forma que não a desgastasse e a produção de carvão estava relacionada diretamente com o desmatamento controlado, necessário para fazer as roças. Nas palavras do entrevistado,

(...) o carvão, numa roça, a gente fazia ela, trabalhava durante dois anos, depois abandonava ela por dez anos e a floresta tava praticamente do mesmo tamanho, tava recuperada, e aí se trabalhava na outra área; então você tinha sempre áreas para fazer roças em condições melhores (entrevista realizada em 04/11/2007).

Entretanto, ele ressalta que as condições de sobrevivência eram outras, assim como as necessidades: “não se tinha televisão para comprar, não se tinha essas coisas. A demanda pra sobrevivência era mínima, você comprava café, açúcar que a gente não produzia, o resto tinha aqui: arroz, feijão, farinha, milho...” (entrevista realizada em 04/11/2007). Então, a mudança das condições e necessidades de sobrevivência leva, também, a uma mudança na forma de manejo dos recursos naturais.

Conceição e Maneschy (2002, p. 159) classificam como complicada a situação de populações que tentam usar parcimoniosamente a natureza e manter, assim, sua sobrevivência em condições dignas. Falam em um “delicado equilíbrio, muitas vezes rompido, em que as necessidades imediatas de sobrevivência podem induzir a práticas predatórias”.

Atualmente, as condições de manutenção do grupo são outras. Até a década de 1980, somente havia vinte e cinco famílias no povoado, dispendo, cada família, de uma área maior para plantar. Não havia, então, nos arredores do povoado, indústrias altamente poluidoras, como a Alumar e a Vale. Isso para citar algumas das preocupações mais recentes dos moradores locais.

Entretanto, apesar desse quadro ou, talvez, por causa dele, o que se apresenta é um grupo social que está buscando alternativas para sobreviver sem ter que recorrer à superexploração da natureza; que está se unindo a outros que enfrentam a mesma situação; que está discutindo sobre meio ambiente e técnicas de cultivo e pesca; que está chamando a atenção das autoridades para a poluição do rio, dos igarapés, e que está disposto a rever práticas consideradas predatórias. Principalmente, o que se vê são pessoas que querem permanecer em um território cujo modo de vida foi construído ancestralmente.

NOTAS

- 1 Versão preliminar deste artigo foi apresentada durante o X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado na Universidade do Minho, em Braga-Portugal, de 4 a 7 de fevereiro de 2009. Apresentam-se, aqui, resultados da dissertação de Mestrado “Filhos do Taim: estratégias para defesa e uso de um território” (SILVA, 2009) e da pesquisa “Modernidade, desenvolvimento e conseqüências sócio-ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA”, que contou com apoio financeiro do CNPq (Edital MCT/CNPq 61/2005 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas).
- 2 Até 1997, a Vale era conhecida como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e, desde então, assumiu o nome fantasia Vale.
- 3 Esta indústria foi instalada numa área de 100km², o que corresponde a 52,63% da área destinada ao Distrito Industrial e 12,07% da área total do município de São Luís (MATOS, 2007, p. 39).

- 4 Almeida (1996, p. 30) define deslocamento compulsório como sendo “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.
- 5 Sobre esta forma de apropriação, ver Paula Andrade (1999).
- 6 Povoados cujos moradores, no final da década de 1970, foram deslocados para a implantação da Alumar.
- 7 Realizada e gentilmente cedida por Ane Caroline Pires Miranda, Maiãna Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHESON, J. M. & BERKES, F. & FEENY, D. & MC CAY, B. J. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. C. C. (org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP, 2001, p. 17-42.
- ALONSO, M. F. Proteção do conhecimento tradicional? In: SANTOS, B. S. (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 287-316.
- ALMEIDA, M. W. B. e CUNHA, M. C. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. (Org.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliações e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p. 92-107.
- CARDOSO, D. e TAVARES, F. B. Reciprocidade e uso comum dos recursos naturais em comunidades rurais. 2006. [http:// anppas.org.br](http://anppas.org.br) (Consultado na Internet, em 10 de fevereiro de 2008).
- CARNEIRO, M. D. S. Estado e empreendimentos guseiros no programa Grande Carajás. In: CASTRO

- E. & MARIN, R. A. (orgs.). *Amazônias em tempo de transição*. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989, p. 151-192.
- CARNEIRO, M. D. S. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro-gusa em Açailândia. In: GONÇALVES, F. (org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição?* São Luís: CPT/Estação Gráfica, 1995, p. 107-134.
- CARNEIRO, M. D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: COELHO, M. C. N. & COTA, R. G. (orgs.). *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997, p. 223-250.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade, e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnocoservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC, 2000, p.165-182.
- CONCEIÇÃO, M. F. & MANESCHY, M. C. Tradição e mudança em meio às populações tradicionais na Amazônia brasileira. In: COSTA, M. J. J. (org.). *Caminhos sociológicos na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2002, p. 147-172.
- DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. C. C. (org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP, 2001.
- DIEGUES, A. C. Repensando e recriando formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. C. C. (org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP, 2001, p. 97-124.
- GASPAR, Rafael Bezerra. *O Taim e a criação da reserva extrativista: um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente*. São Luís: Curso de Ciências Sociais/UFMA, 2007. Monografia.
- HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. In: *Science*, 162(1968), p. 1243-1248.
- IBAMA. *Laudo sócio-econômico e biológico para a criação da reserva extrativista do Taim*. São Luís: CNPT/IBAMA-MA, 2007. Mimeo.
- ITERMA. *Plano de desenvolvimento do assentamento (PDA) Taim*. São Luís: ITERMA 2002.
- MATOS, Márcio de Jesus Azevedo de. *O pólo siderúrgico de São Luís e o modelo de desenvolvimento aplicado ao Maranhão*. São Luís: Curso de Ciências Sociais/UFMA, 2007. Monografia.
- MONTEIRO, M. Sidero-metalurgia e carvoejamento na Amazônia Oriental brasileira. In: XIMENES, T. (org.). *Cenários da industrialização na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA, 1995, p. 49-104.
- MONTEIRO, M. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da estrada de ferro Carajás. In: COELHO, M. C. N. & COTA, R. G. (org.). *10 anos da estrada de ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997, p. 183-222.
- PAULA ANDRADE, M. *Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum*. São Luís: UFMA, 1999.
- SACHS, W. Meio ambiente. In: SACHS, W (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Trad. JOSCELYNE, Vera Lúcia M. Petrópolis: Vozes. 2000, p. 117-131.
- SHIVA, V. Recursos naturais. In SACHS, W. (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Trad. JOSCELYNE, Vera Lúcia M. Petrópolis: Vozes. 2000, p. 300-316.
- SILVA, Sislene Costa da. *Filhos do Taim: estratégias para defesa e uso de um território*. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA, 2009. Dissertação de Mestrado.

USOS, APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO URBANO

ROSELANE GOMES BEZERRA*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a possibilidade de se estabelecer um recorte etnográfico na urbe, para examinar a relação entre intervenções urbanas, usos, apropriações, representações e disputas simbólicas, sem se distanciar da lógica sócio-espacial da cidade.

Considero o bairro Praia de Iracema, da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, como um “lugar estratégico”¹ para esta reflexão, tendo em conta tratar-se de um espaço que passou por processos de “requalificação” urbana, e também por apresentar uma vasta produção simbólica em registros de análises históricas, monográficas, arquitetônicas, etnográficas e jornalísticas, sendo também “cenário” de produções literárias, musicais, guias urbanos e materiais de divulgação turística. As diversas narrativas e imagens sobre a Praia de Iracema são decorrentes de seu papel representativo em alguns fatos históricos da cidade, sendo o bairro considerado sintomático das diferentes fases vividas

RESUMO

Este artigo analisa usos, apropriações espaciais, representações e disputas simbólicas ocorrentes no bairro Praia de Iracema, situado na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará-Brasil, após as intervenções urbanísticas implementadas pelos governos Estadual e Municipal nos anos 1990. Destaca especialmente as representações simbólicas associadas à “boemia” e à alegoria do “adeus”, considerando-as como sinalizadoras de marcas temporais e espaciais.

ABSTRACT

This article aims to present the uses, the space appropriations, the representations and the symbolic disputes occurring in the neighbourhood of Praia de Iracema, located in the city of Fortaleza, capital of the state of Ceará, Brazil, after the interventions in the urban planning implemented by the State and Municipal governments during the 1990s. The main focus is on the symbolic representations associated with the “bohemian” and the “good-bye” allegories, interpreted as signalling temporal and spatial references.

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e investigadora associada do Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas (NECCURB), do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

por Fortaleza, ou mesmo um lugar que representa a memória do apogeu e da decadência de algumas elites no sentido social, econômico e cultural.

Foram exatamente as ambigüidades que me fizeram percebê-lo como o ponto de partida para uma análise sobre a construção de representações nos espaços urbanos. Recorrentemente, a Praia de Iracema é percebida como um bairro tradicional, bucólico, boêmio, turístico e aprazível, mas também como decadente e degradado. Assim, existem diferentes construções simbólicas sobre o real, nas quais o poder das palavras para enaltecer ou recriminar esse bairro depende da legitimidade daqueles que as pronunciam.² Como afirma Bourdieu (1989), a palavra é o símbolo de comunicação por excelência porque ela representa o pensamento, a fala; revela sistemas de valores, normas e símbolos e tem a magia de

transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.

Nessa perspectiva, estudos acadêmicos, poesias, canções, guias turísticos e principalmente os discursos difundidos nos meios de comunicação são “autores” ou “autoridades”³ que vêm exercendo um grande poder na construção das diferentes representações sobre este espaço da cidade de Fortaleza. Trata-se de uma área que no início do século XX ainda era uma aldeia de pescadores denominada Porto das Jangadas, Praia do Peixe ou Grauçá. Neste sentido, concordo com Barreira (2007: 179) ao informar que na Praia de Iracema “a tradição recuperada é inventada na tensão entre a cidade a ser apresentada e aquela a ser vivida: os múltiplos usos, os conflitos e os sentidos atribuídos ao patrimônio e à sociabilidade”.

Em decorrência da apropriação⁴ deste espaço por parte da elite econômica de Fortaleza, naquele período, a então Praia do Peixe passou a ser reconhecida na cidade como um lugar encantador e bucólico, inclusive adquirindo o epíteto de Praia dos Amores. Foi também o cenário para o início da prática do banho de mar como medida terapêutica, e mesmo para contemplação e lazer, nos anos 1920. Além disso, processavam-se também ali alterações no espaço urbano, através da construção de casas alpendradas ou do tipo bangalô de frente para o mar.

Esses fenômenos revelaram a necessidade de transformação da denominação Praia do Peixe por meio de um movimento apoiado pela imprensa local. Neste sentido, a jornalista Adília de Albuquerque projetou a idéia de que fosse erguido na praia um monumento a Iracema, em homenagem à heroína do romance de José de Alencar, e alguns meios de comunicação passaram a sugerir uma outra designação, desqualificando a antiga, como pode ser constatado neste trecho de jornal: “Aquella estação balnear, com os seus confortáveis chalets de stylo moderno,

requer, por certo, outra denominação menos repulsiva” (O Nordeste, 2 de julho de 1925). Motivados pela imprensa, os moradores do bairro já haviam encaminhado ao então prefeito de Fortaleza, Godofredo Maciel, um abaixo-assinado para oficializar a mudança, conforme se observa em registro da revista Ceará Ilustrado, de 1924: “Solicitamos que mude a denominação imprópria e vulgar por que é conhecido aquelle encantador trecho de Fortaleza para a de Praia de Iracema”. (Revista Ceará Ilustrado, n.º. 13, 5 de outubro de 1924)⁵. Com a nova designação, as ruas do bairro ganharam nomes de etnias indígenas como: Tabajaras, Pacajus, Arariús, Potiguaras, Groaíras, Cariris, Tremembés e Guanacés.

Em meados dos anos 1920, a Praia de Iracema passa a ser noticiada nos meios de comunicação como um lugar de hábitos e sociabilidades seletos, como sugere este título: “Está chic agora a praia” (Revista Ceará Ilustrado, n.º. 70, 8 de novembro de 1925), caracterizando os usos e apropriações das elites como legítimos para aquele espaço da cidade.

Porém, esse período coincide com o fim simbólico da *belle époque* em Fortaleza⁶, iniciando-se uma nova organização espacial da cidade. Ponte (2000) justifica essa demarcação devido à remodelação da Praça do Ferreira, no centro, na gestão do prefeito Godofredo Maciel, em 1925, que alargou as alamedas laterais da praça para facilitar o trânsito, demolindo os quatro cafés afrancesados – Java, Elegante, Iracema e do Comércio – e o Jardim 7 de Setembro. Segundo este autor, os cafés e o jardim eram signos da modernidade em Fortaleza, marcada pelos ideais de “civilização” e “aformoseamento” da *belle époque* fortalezense. E acrescenta que a transformação da Praça do Ferreira, por ser esta o centro da cidade, no qual as principais mudanças e novidades ocorriam com maior ressonância, “é exem-

plar para demonstrar também que, nos ruidosos e congestionados anos 20, tem início a constituição de uma nova organização do espaço urbano fortalezense, mais pautada pela racionalidade do que pelo embelezamento” (PONTE, 2000: 186).

Nessa perspectiva de transformação do desenvolvimento urbano, em 1927, o bairro Praia de Iracema foi ligado ao centro da cidade, por meio de um sistema de avenidas. Vale ressaltar que essa expansão da cidade de Fortaleza é assentada numa acentuada segregação sócio-espacial. Nos anos 1940, por exemplo, o número de habitantes de Fortaleza cresceu cerca de 50%⁷; porém, a sua estética urbana foi vinculada ao deslocamento residencial das elites para o bairro de nome Aldeota⁸, em uma espécie de fuga, devido à presença de uma vizinhança indesejada, ou seja, do proletariado, principalmente no até então bairro nobre Jacarecanga. Essa época registra também um intenso processo de urbanização, que transformou a aparência da parte nobre da cidade por meio de pavimentação das vias, uso de meios-fios de pedra, nivelamento das calçadas, iluminação elétrica de logradouros públicos, arborização de ruas centrais, difusão de bangalôs como forma de moradia, arranha-céus com uso de concreto armado e uma disseminação da estética *Art Déco*, adotada como símbolo de modernidade (CASTRO, 1988).

Nessa época, o bairro Praia de Iracema figurava na cidade como espaço de lazer, residencial e de pescadores. Ao lado de jangadas, que ainda restavam, encontravam-se os banhistas, tendo em vista que a prática do banho de mar já havia se consolidado entre os fortalezenses.

No bairro encontravam-se também os *balneários* – que eram estabelecimentos, com bar; um local para troca de roupa; aluguel de calções de banho e guarda de pertences dos freqüentadores –, como o

famoso *Gruta da Praia*, localizado na esquina da rua Tabajaras com Tremembés. Outros estabelecimentos que contribuíram para a associação deste bairro a um espaço de lazer foram o Praia Clube, o América Jangada Clube e o Hotel Pacajus, este, o primeiro construído à beira-mar. Existiam também bares e restaurantes como o Ramón. Um edifício deste bairro que alcançou grande destaque na estética da cidade foi o clube dos americanos, ou *United States Organization*⁹, instalado em 1944, na antiga residência de veraneio do comerciante José Magalhães Porto.

Na segunda metade dos anos 1940, a Praia de Iracema começou a apresentar uma nova configuração espacial, em virtude do avanço do mar, decorrente da construção do porto do Mucuripe¹⁰. A erosão causada pelo avanço do mar suscitou uma alteração no movimento das correntes marítimas, acarretando uma significativa diminuição da faixa de praia e o desmoronamento dos bangalôs, construídos de frente para o mar. As imagens dos destroços das edificações e as matérias jornalísticas noticiando tais destruições contribuíram para dar visibilidade ao “fim” da Praia de Iracema como um lugar nobre e de destaque para a estética da cidade, conforme se pode observar nos trechos que se seguem:

Encantos da velha Praia do Peixe são cousas do passado (O Povo, 6 de abril de 1946); Nestes próximos dias, a maré investirá com grande violência, vindo a atingir, talvez, os ricos ‘bungalows’ da nossa aristocrática praia. Destacam-se entre os prédios mais visados pela fúria do mar os de propriedade da família João Gentil, do Sr. José Porto, a antiga sede da United States Organization (U.S.O) e o do antigo ‘Ideal Clube’ (...). O fato é que estamos mais uma vez diante de uma situação difícil, pois se a maré próxima for impetuosa, assistiremos à eliminação dos

'bungalows', com prejuízos para a própria estética da cidade (O Povo, 27 de abril de 1946, grifos meus).¹¹

Em decorrência da destruição de parte do casario e da redução da faixa de praia, assuntos bastante difundidos nos meios de comunicação social, houve algumas mudanças nos usos, apropriações e representações daquele espaço. Com a inexistência de banhistas, os *balneários* entraram em decadência e os pescadores migraram para outras praias. Além de destruir as casas, o mar também devastou a praia, que fora cenário de passeios.

Essa representação do fim da Praia foi eternizada em uma canção do cantor e compositor Luiz Assumpção, intitulada “Adeus Praia de Iracema”, que se popularizou no carnaval de 1954. O fim anunciado nesta canção arroga um sentimento de perda para a cidade, por meio das palavras *adeus, saudades, passou e fracasso*. A canção reproduz também a visibilidade de usos no bairro associados ao idílico, como a descrição de casais apaixonados que entre beijos e abraços trocavam juras de amor.

Adeus, adeus / Só o nome ficou / Adeus, Praia de Iracema / Praia dos Amores que o mar carregou / Quando a lua te procura / Também sente saudades / Do tempo que passou / De um casal apaixonado / Entre beijos e abraços / Que tanta coisa jurou / Mas a causa do fracasso / Foi o mar enciumado / Que da praia se vingou (Luiz Assumpção, 1954).

A importância simbólica desta canção para a cidade de Fortaleza consiste no fato de que, no decorrer dos últimos cinquenta anos, os problemas referentes aos usos e apropriações do espaço na Praia de Iracema ganharam visibilidade na imprensa local por meio da sua idéia principal, ou

seja, o “adeus” ao bairro. Nesse sentido, o tom melancólico que descreve esse fim é entendido por mim como o “mito fundador” de todo um discurso sobre a “degradação” da Praia de Iracema. Como afirma Mircea Eliade (2002), o “mito” tem como objetivo relatar um acontecimento que teve lugar no “tempo primordial”, ou seja, é a narração de uma criação e descreve a maneira como algo foi produzido, como começou a existir. Então, baseando-me nesta noção – que, segundo Eliade, pode ser abordada e interpretada em perspectivas múltiplas e complementares –, tomo o “adeus”, proposto nesta canção, como o “mito fundador” das narrativas de caráter simbólico a respeito do fim de determinados usos e apropriações do bairro Praia de Iracema.

Como pode ser visto no trecho que se segue, o “adeus” ainda é recorrente no discurso jornalístico, seja para denunciar problemas de infra-estrutura, seja para criticar o tipo de práticas sociais no bairro:

Adeus, Praia de Iracema!

Os jornais registraram com toda a ênfase necessária o destino que terá o Estoril, o maior referencial da boemia artístico-intelectual de Fortaleza, que agora será transformado em Centro Cultural. Encravado na outrora aristocrática e bucólica Praia de Iracema, o prédio pontua como um dos símbolos daquela área, hoje um pálido reflexo do que já foi um dia. Ao contrário do que cantou Luís Assumpção, o poeta-músico, não foi o mar que carregou a “Praia dos Amores”, foi a frieza e total irresponsabilidade das autoridades que permitiram a invasão de estrangeiros que transformaram o pequenino bairro em reduto da prostituição, das drogas e de tudo quanto é nocivo (Diário do Nordeste, 21 de novembro de 2005).

Este relato imprime uma idéia de decreto do “fim”, pois assim como o mar “carregou a praia” nos idos anos 50, a indústria do turismo, a especulação imobiliária, a poluição sonora, entre outros problemas urbanos, “carregaram o bairro” da cidade. O argumento utilizado nesta matéria jornalística demonstra uma reprovação dos novos usos e apropriações desse espaço. Nota-se também que os termos *boemia*, *artístico-intelectual*, *aristocrática* e *bucólica*, usados para referenciar qualitativamente o bairro, são confrontados com *invasão de estrangeiros*, *prostituição* e *drogas*, fenômenos associados aos “maus usos” como expressão simbólica do fim.

Antagônica às classificações da Praia de Iracema por meio do “adeus”, a *boemia* é outro símbolo de visibilidade social do bairro, sendo utilizada recorrentemente em imagens e discursos para justificar a sua importância na cidade. Neste sentido, a *boemia* é também associada à tradição e ao lazer, pois o bairro é referenciado em crônicas, artigos jornalísticos e trabalhos acadêmicos como “reduto de artistas e intelectuais”, “cartão postal” da cidade ou “lugar tradicional”, “bucólico” e “boêmio”, ou mesmo como cenário “lútero-etílico-cultural”. Para dar um tom idílico e de continuidade ao tempo passado, alguns ex-freqüentadores de antigos bares, nomeadamente o Estoril e o Cais Bar, se auto-intitulam “iracemitas” e “estorilistas”, contribuindo para consolidar, perante a opinião pública, a imagem da Praia de Iracema como um lugar “boêmio”.

A presença de diversos bares e restaurantes na Praia de Iracema também concorreu para esta associação do bairro com a “boemia”, fenômeno que é reforçado nas descrições etnográficas daquela parte da cidade, como pode ser visto nesta citação, na qual os seus usos e apropriações são apresentados por meio da representação da “boemia”:

Na década de 1950, foi inaugurado, defronte ao hotel, o restaurante Lido que figurou, até os anos 1970, como uma casa de pasto que reunia a elite fortalezense, ficando, também, afamado como um local de vida boêmia. Alguns bares surgiram nas ruas de toponímia indígena, em meio às residências da população de classe média e classe média baixa do bairro: Tonny's Bar, El Dourado, Nick Bar e Jangadeiro. O Restaurante Estoril, funcionando desde 1948 na antiga residência da família Porto, onde funcionara o cassino dos americanos, começou a atrair os boêmios seresteiros da cidade (SCHRAMM, 2001: 47, grifos meus).

Algumas práticas sociais, em forma de protestos contra determinados usos e apropriações do bairro, como construção de motéis, funcionamento de boates e presença de turistas estrangeiros e prostitutas também ganham visibilidade nos meios de comunicação através de discursos que definem a Praia de Iracema como o reduto de usos relativos à “boemia tradicional” da cidade.

Esta representação contribuiu para as transformações espaciais e sociais da Praia de Iracema, tendo em vista que o processo de “requalificação”, com o objetivo de transformar áreas “degradadas” do bairro em lugares de entretenimento e “patrimônio cultural”, iniciado nos anos 1990, foi decorrente também dessa imagem. O marco simbólico que sinaliza essa transformação nos usos e apropriações do bairro foi a convocação dos moradores da Praia de Iracema, por parte de representantes do Governo do Estado, em 1985, para uma reunião com o objetivo de discutir uma proposta de aproveitamento dessa área da cidade. Naquela ocasião, representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil no Ceará/IAB-CE foram convidados pelos moradores para

avaliar as propostas do governo. Segundo um arquiteto presente à reunião, constituía-se propósito dos administradores estaduais transformar a Praia de Iracema em um local turístico. Foi defendida a idéia de que se tratava de “um lugar atrativo devido à sua história, localização e fama decorrente da presença do Estoril, que proporcionou uma imagem de **boemia** ao bairro”. Por esses motivos, a Praia de Iracema foi definida por alguns gestores como um lugar com “vocação natural para o lazer” (Entrevista com arquiteto do IAB-CE, em 22 de març o de 2007).

“UMA PRAIA DE IRACEMA MODERNA”

Sob o argumento de uma busca de desenvolvimento econômico para o Estado do Ceará, o empresário Tasso Jereissati, eleito governador, inicia, na sua primeira gestão (1987-1990), uma reforma administrativa na qual explicitava como objetivo modernizar o Estado e desenvolver o turismo local. Essa política teve continuidade no governo de Ciro Gomes (1991-1993), seu aliado político; e, posteriormente, no segundo e terceiro mandatos de Jereissati (1995-1998 e 1999-2002). Visando construir uma imagem do Ceará como um estado moderno¹², implantou uma política industrial mediante concessão de incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura de transporte, recursos hídricos e educação. Nesse contexto, o turismo aparece como prioridade política, justificando, assim, a criação, ainda na sua primeira gestão, da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará/CODITUR, substituída, posteriormente, pela Secretaria Estadual de Turismo (GONDIM, 2007).

Como parte desse modelo administrativo, que planeja a atividade turística nos moldes empresariais¹³, foram construídos: um terminal in-

ternacional para o aeroporto; rodovias ligando Fortaleza às praias dos litorais Leste e Oeste; o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura¹⁴, além da reforma da Ponte dos Ingleses, na Praia de Iracema. Foram criados também programas de capacitação de recursos humanos, como formação de garç ns e serviç os de hotelaria.

A imagem da Praia de Iracema como lugar turístico pode ser associada também a uma disputa administrativa entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Fortaleza. As gestões dos prefeitos Juraci Magalhães (1990-1992¹⁵, 1997-2000; 2001-2004) – aliado e posteriormente oponente dos governadores Tasso Jereissati e Ciro Gomes – e Ant nio Cambraia (1993-1996), coligado a Juraci Magalhães, se destacaram por grandes intervenções no espaç o público para fins de turismo. Ao longo dos respectivos mandatos, foram construídos viadutos; terminais integrados de transporte; um novo prédio para o Mercado Central (este, conhecido desde muito pela venda de artesanatos locais); além de abertas e alargadas novas vias urbanas; reformados o Mercado São Sebastião e a Praç a do Ferreira; reconstruído o restaurante Estoril,  cone da “boemia” da Praia de Iracema, e construído um calç do na parte costeira desse bairro, que, como será visto a seguir, causou uma grande transformação nos usos desse espaç o da cidade e na imagem de Iracema como lugar de lazer e turismo.

O início dos anos 1990 demarca o ápice da disputa administrativa entre os governos estadual e municipal, com interesse em atrair a atenção de moradores da cidade e de turistas para suas obras de intervenção. Nesse sentido, o bairro Praia de Iracema tornou-se a “vitrine” desses modelos administrativos, que apresentavam como objetivo intervir no espaç o urbano, transformando áreas “degradadas” em

lugares de entretenimento, consumo cultural e turismo. Alguns moradores da Praia de Iracema sentiram de perto esse processo de transformação de espaços públicos do bairro em territórios “oficiais” de lazer, como afirma um antigo morador:

Quando entram o Tasso Jereissati [governador] o Ciro Gomes [governador] e o Juraci Magalhães [prefeito] aqui, começa a haver um processo de disputa administrativa. O prefeito constrói o calçadão, aí o Ciro faz a reforma da Ponte, o prefeito faz uma coisa, aí o Ciro faz outra coisa, então a Praia de Iracema passa a ser o alvo de todas as ações, parecia que o Estado do Ceará era a Praia de Iracema. Ela era a vitrine, se transforma num canteiro de obras (Entrevista concedida em 19 de maio de 2005).

Um outro fator de mudança nos usos e apropriações desse espaço da cidade foi a construção de prédios com mais de dez pavimentos, alterando sua harmonia arquitetônica, composta até os anos 1980 por casas térreas e sobrados. Nas notícias veiculadas nos meios de comunicação, no início da década de 1980, sobre a construção desses grandes edifícios de apartamentos é frequente o uso de termos como *ameaça*, *especulação imobiliária* e *afronta* à paisagem do lugar. Assim, no título “Depois do mar à voragem da especulação imobiliária” (*O Povo*, 26 de maio de 1980), percebo que os jornais colaboravam na construção de um discurso agonístico, que ficou notabilizado no “adeus à Praia de Iracema”, para definir o processo de mudança espacial que se iniciava no bairro.

As ameaças de mudanças no uso e ocupação do solo na Praia de Iracema, que se iniciou nos anos 1980, concorreram também para uma mobilização dos moradores, na tentativa de deter tal processo. Segundo um morador, “a Associação de Moradores

da Praia de Iracema/AMPI [fundada em 1984] organizou um grande movimento pela sua preservação, com adesão de artistas e intelectuais”. Acrescenta, ainda, que o objetivo da AMPI era o ordenamento da ocupação do solo: “a luta era contra a especulação imobiliária (...), era preservar aqui e agora; a nossa luta era ecológica, era sobre o uso e ocupação do solo, o zoneamento e as leis” (Entrevista concedida em 19 de maio de 2005). Seu discurso demonstra que, além de uma preocupação em preservar a “identidade” do lugar – que possuía como característica ser um bairro residencial e freqüentado por “artistas e intelectuais” –, existiu também a busca da preservação ambiental.

Conforme o relato deste entrevistado, a AMPI, juntamente com o IAB-CE, conseguiu a aprovação de uma lei estabelecendo o bairro como ZE-2 (Zona de Renovação Urbanística), com o objetivo de sustar a especulação imobiliária em curso e estabelecer diretrizes para compartilhar os usos residenciais, de lazer e de turismo. Mas, por falta de regulamentação desta lei e com o poder dos especuladores, alguns edifícios com mais de dez pavimentos, foram construídos no núcleo costeiro do bairro.

Em meados da década de 1980, o temor da destruição do bairro, causado pelas novas formas de ocupação do espaço, dá uma grande visibilidade à Praia de Iracema nos meios de comunicação. Nesta perspectiva, eram comuns matérias jornalísticas que ilustravam esse processo de mudanças por meio de um discurso que simbolizada uma “luta pela vida”, como pode ser visto nos seguintes títulos veiculados pelo jornal *O Povo*: “Praia de Iracema contra a força da grana que ergue e destrói coisas belas” (02/08/84); “Praia de Iracema – reduto histórico e cultural em busca de sua preservação” (16/11/84); “Entidades vêm ameaça à Praia de Iracema” (28/07/85); “Praia de Ira-

cema: saudade e resistência” (02/08/85); e “Praia de Iracema perde sua identidade” (20/11/85). Lê-se nestes títulos a alegoria do “adeus”, por meio de palavras como *destruição*, *ameaça*, *saudade* e *perda*, enquanto os léxicos *preservação* e *resistência* são utilizados para designar a busca de uma preservação do bairro como patrimônio material e simbólico da cidade.

Na final da década de 1980, havia se concretizado no bairro Praia de Iracema uma grande especulação imobiliária, acarretando a verticalização de alguns trechos defronte à beira-mar e investimentos da iniciativa privada em novos bares e restaurantes. Segundo o relato do proprietário de um destes novos estabelecimentos, os investimentos da iniciativa privada contribuíram para todo um processo de mudança nos usos e representações do bairro, proporcionando o surgimento de uma “Praia de Iracema moderna”, no sentido de que a “boemia” dos antigos usuários foi reapropriada, dando lugar a novos usos e apropriações, ou mesmo a uma “nova Praia de Iracema”.

*Nós tínhamos quatro pontos de comércio que são essenciais na Praia de Iracema: é o Estoril, que mesmo na decadência, mesmo criando porco, mesmo fedendo e sendo um caso de saúde pública era bom, porque era a casa da moçada; a casa de um certo número de pessoas que viveram a adolescência ou a chegada na idade adulta, e ao mesmo tempo era um refúgio. (...) Uma outra casa importante era o La Trattoria, que foi o primeiro restaurante desse novo período da Praia de Iracema, dos anos oitenta, e fez um bom trabalho, era muito freqüentado. E tínhamos o Cais Bar e o Pirata. Pra mim essas quatro casas são a base, são o cimento da **nova Praia de Iracema**. O Estoril que era uma referência, o Cais Bar que era o boteco de uma certa moçada como arquitetos e médicos. O La Trattoria que era importante como restaurante*

*porque pela primeira vez a sociedade, quer dizer a Aldeota, vinha pra Praia de Iracema, (...). Essas quatro casas são fundadoras da **Praia de Iracema moderna** (Entrevista concedida em 10 de maio de 2005).*

Na opinião de um morador que reside há 20 anos no bairro, o processo de transformação nos usos da Praia de Iracema foi decorrente da imagem da boemia e da instalação de um restaurante freqüentado pela elite econômica da cidade de Fortaleza, seguido da instalação do *Pirata*¹⁶. Do seu ponto de vista, a inserção dos freqüentadores nesses espaços contribuiu para a emergência de diversos comércios voltados para o lazer noturno, impulsionando a saída dos moradores, como pode ser visto no seu relato:

Havia uma imagem da Praia de Iracema que estava na música que o “mar carregou”. Em períodos anteriores aqui tinha o bar do Tony, ali teve o Panela, do colunista Lúcio Brasileiro; mas isso há muito tempo atrás. Aí teve toda a decadência; a decadência gostosíssima; eu peguei essa parte bucólica que era a decadência (...) então, puxado por uma figura de proa que foi o restaurante da Sandra Gentil que ela puxou a society de Fortaleza para olhar para a Praia de Iracema. Depois, veio o Júlio Pirata que pirateou tudo; ele veio de roldão; é um empresário muito dinâmico e deu uma vida noturna e claro que foram surgindo outros bares e chegou ao ponto que ficou intolerável para os moradores (Entrevista concedida em 10 de março de 2006).

Estes depoimentos dão conta de uma disputa simbólica nessa fase da Praia de Iracema, que se notabilizou por usos voltados para o lazer. As expressões “nova Praia de Iracema” e “Praia de Iracema moder-

na” simbolizam a nova fase, em detrimento de usos definidos por meio das categorias nativas *decadência* ou *decadência gostosíssima e bucólica* utilizadas para classificar os usos do passado. Este último discurso sugere também que houve uma ruptura daquela “relação harmoniosa” entre os moradores e os espaços de lazer que existiam antes das apropriações espaciais por diversos bares, restaurantes e casas de show.

As narrativas sobre os usos e apropriações espaciais da Praia de Iracema demonstram também que as representações simbólicas associadas à “boemia” e à alegoria do “adeus” contribuíram para a transformação deste bairro em “patrimônio cultural” da cidade, inserindo-o nas políticas de “requalificação” dos centros históricos.

A PRAIA DE IRACEMA “PARA TURISTA VER”

As intervenções urbanísticas implementadas na Praia de Iracema, no início dos anos 1990, podem ser percebidas como reformas do espaço urbano “para turista ver”, pois a aparência da nova arquitetura passou a compor o desenho de uma Fortaleza moderna, aberta para receber novos visitantes, sejam eles turistas ou moradores da cidade, e na qual a representação do “lugar requalificado” ou “enobrecido” estava estampada em áreas urbanizadas e edificações construídas e reformadas.

A urbanização do núcleo costeiro do bairro que originou o “calçadão” foi a primeira intervenção governamental na Praia de Iracema, e pode ser definida como uma obra capaz de tornar aparente ou visível a representação do lazer e da “boemia”, já associadas ao bairro. Em seguida, veremos que a reforma da Ponte dos Ingleses¹⁷ foi uma outra iniciativa que objetivou dar visibilidade à Praia de Iracema como um “lugar turístico”. Definida pelo arquiteto

Fausto Nilo, um dos realizadores do projeto, como a primeira parte de um programa político mais amplo de “requalificação” do bairro que interligaria a “velha ponte” ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura; esse equipamento teve como objetivo abrigar novas sociabilidades especialmente como lugar de contemplação para novos visitantes.

O Estoril, destacado em diferentes narrativas da cidade como ícone da “boemia”, se tornou, após o seu desmoronamento em 1994 e reconstrução em 1995, um elemento simbólico da história do bairro e da cidade. Nesse espaço, os frequentadores podiam ver fotos antigas da própria edificação, expostas estrategicamente em suas paredes, como uma forma de legitimá-la para a história do bairro. A Praia de Iracema “turística” reafirmou a representação simbólica da boemia por meio da instalação de diversos bares e restaurantes localizados nas ruas e becos estreitos do bairro. Restaurantes franceses, cantinas italianas, barzinhos e botecos recriavam o tom da boemia que poderia ser vista, ouvida e degustada. O *Pirata*, com um forró às segundas-feiras, se tornou, rapidamente, uma grande atração do bairro. Estrategicamente organizado, esse ambiente passou a animar, apelando dentre outros aspectos, para a exacerbação do volume do som, as noites de um dia da semana em que até mesmo os turistas não têm muita opção.

Em clima de festa para os visitantes e muitos conflitos simbólicos entre habituais e novos frequentadores, disputando os espaços de lazer, assim como entre comerciantes e moradores que reivindicavam uma organização sócio-espacial para continuarem residindo no bairro, a Praia de Iracema ganhou um Centro de Arte e Cultura. Rapidamente absorvido como opção de lazer e cultura da cidade, esse equipamento se consolidou como um im-

portante elemento para o entendimento dos usos e apropriações nesse espaço, eleito pelos governos municipal e estadual, como alvo para a implementação de obras capazes de dar visibilidade aos seus modelos administrativos. Fazendo uma comparação à antiga expressão acima referida, esse espaço também se tornou muito importante “para ser visto”.

INTERMITÊNCIAS DO BAIRRO

A falta de comunicação entre as intervenções realizadas pela Prefeitura Municipal e Governo do Estado, aliada à falta de planejamento, desencadeou um novo desenho desse espaço da cidade vista em “retalhos”, ou seja, o bairro foi fragmentado. Idealizaram complexos de lazer e cultura sem levar em conta que a Praia de Iracema e a cidade iriam se ressentir dessas intervenções. No meu entendimento, esses espaços “requalificados” se tornaram “espaços para visitação”. Originária do verbo *visitar*, esta palavra da língua portuguesa significa, “ir ver por cortesia, dever, curiosidade ou caridade”; já o substantivo *visita* é definido como o “ato de ir ver alguém em sua casa”. Assim, partindo da etimologia deste vocábulo, percebo como esses espaços “requalificados” da Praia de Iracema passaram a ser usados como a sala de visitas do bairro e da cidade, ou seja, como “compartimentos” organizados e decorados para receber visitantes. Imbuídas de curiosidade, as pessoas “usavam” tais espaços no sentido de ver, observar e sair; ou seja, os usos se tornaram efêmeros, como é próprio de uma *visita*¹⁸.

Ressalto, ainda, que as representações construídas para esses espaços “requalificados”, por parte dos gestores, foram tão importantes quanto suas edificações; pois estas podem ser entendidas como um “convite” à visita. Tomo como exemplo um “Folder Turístico Cultural” distribuído pela prefeitura

municipal de Fortaleza, que apresentava a Ponte dos Ingleses como um espaço reformado para receber visitantes devido ao seu valor histórico para a cidade, inclusive atribuindo-lhe a característica de porto da cidade, fato que nunca ocorreu: “(...) ponto de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias até meados da década de 40. Atualmente, foi **reformada para visitação**, passando a contar com uma pequena galeria de arte e um observatório marinho. Seu pôr-do-sol é considerado o mais belo da cidade¹⁹” (...) (grifos meus). Outro exemplo, também apresentado nesse *folder* é o Estoril, promovido, equivocadamente, a ícone fundador do bairro: “Construído em 1925, o Casarão Vila Morena originou o Bairro Praia de Iracema, anteriormente Praia do Peixe” (...).

Outro fenômeno que identifiquei na Praia de Iracema foi o fato de haver nos espaços “requalificados” uma “invasão do espaço pelo texto” (AUGÉ, 1994: 92); ou seja, nesses “espaços para visitação”, como o *Estoril*, a *Ponte dos Ingleses*, o *calçadão*, o *Centro Dragão do Mar*, e os diversos “espaços cênicos”, como por exemplo o *Pirata*, passou a predominar uma comunicação silenciosa através de frases como “Você está aqui”, “Bem-vindo”, “Muito obrigado por sua visita”, “Agradecemos a sua visita”; ou seja, os espaços passaram a ser apresentados por meio de textos escritos que objetivavam permitir ao visitante se encontrar em meio ao desconhecido, oferecendo uma sensação de segurança e familiaridade durante a sua permanência. Portanto, além dos “territórios lúdicos”, “que são lugares/cenários edificados de raiz para serem usados como espaços de entretenimento” (BAPTISTA, 2005: 47), na Praia de Iracema se constituíram também espaços cênicos, que podem ser definidos como lugares/cenários de lazer constituídos a partir de novos usos e apropriações.

Contudo, concordo com Michel de Certeau (1994) quando este afirma que as “astúcias milenares” da “invenção do cotidiano” e das “artes de fazer” podem abrir caminho para o desenvolvimento de estratégias de usos, ou seja, as práticas quotidianas desencadeiam transgressões nos “espaços para visitação”. No caso da Praia de Iracema, após a “requalifica o” de algumas áreas, surgiram novos usos e apropria es e perdeu-se a realidade dos “circuitos” e “trajetos” de antigos usuários, desencadeando um “estranhamento” por parte dos frequentadores habituais, que orientavam seus usos, e dos moradores, que usavam o bairro como um lugar residencial.

Na seq ncia dessa “segmenta o” da Praia de Iracema a partir das interven es arquitetônicas, os diferentes usuários do bairro constr iram novos significados para as áreas “requalificadas” por meio de diferentes usos, apropria es espaciais, classifica es e conflitos, desencadeando as diversas representa es por parte dos gestores, meios de comunica o social, comerciantes e moradores.

Nessa perspectiva, constatei que, após as interven es urbanísticas, o bairro se tornou, na opinião dos gestores, um Patrim nio Histórico Municipal, cartão-postal e símbolo da cidade; para os meios de comunica o, era um lugar de lazer noturno e patrimônio s mblico da boemia, porém apresentando apropria es “irregulares”. Os comerciantes passaram a concebê-lo como um potencial de lazer, também econômico, enquanto os moradores se ressentiam da polui o sonora e da transforma o do caráter residencial do bairro. Esta tensão demonstrou que as representa es da Praia de Iracema, constr idas de formas endógenas e exógenas, revelam-se múltiplas e conflituosas entre si.

Passados alguns anos das interven es, a pesquisa etnográfica em alguns espaços do bairro, es-

pecialmente entre janeiro e agosto do ano de 2005, me fez compreender que as representa es da Praia de Iracema como *tradicional* ou *degradada* desempenham um papel de recriar momentos idílicos vividos no passado, mitificando uma realidade social com personagens e papéis ideológicos. Ou seja, percebi que as classifica es constr idas pelos frequentadores da Ponte dos Ingleses, da casa de show Pirata, dos bares, restaurantes e boates da rua dos Tabajaras e seu entorno e pelos moradores participantes das reuniões do Fórum Permanente em Defesa da Praia de Iracema²⁰ são constru es sociais e se constituem como o início do fio da “teia de significados” (GEERTZ, 1989) para o entendimento das disputas s blicas nesse espaço, pois a descri o dos usos e apropria es nesses “lugares”   acompanhada de um discurso acusatório, associando diferentes “eventos” com a imagem da “degrada o” do bairro.

  importante salientar também que a articula o entre os usos e as apropria es espaciais e seus efeitos sobre as representa es, as imagens e as disputas s blicas nesse espaço urbano   paradigmático de processos presentes em outras cidades que viveram projetos de “requalifica o”. Como informa Barreira, “o movimento de recupera o e atribui o de dignidade a locais considerados históricos” orienta a lógica das interven es, e a perspectiva denominada ‘deteriora o’ ou ‘degrada o’ “passa a significar o outro lado da mesma moeda” (2007: 179). Neste sentido, os projetos de “requalifica o” têm o papel de identificar áreas tradicionais e transform las em “patrimônio e mercadoria cultural”. Nesse processo, a emergência dos usos e das apropria es espaciais considerados “não-legítimos” e “ilícitos” para os espaços “requalificados”, ou seja, históricos e tradicionais, geram as disputas s blicas. Assim, tais espaços passam a contemplar “praticantes” e

apropriações espaciais apontados, em diversos discursos, como “porta-vozes” da degradação.

Esse fenômeno é decorrente do fato de os utilizadores dos espaços urbanos, ou seja, os “praticantes”, recriarem os sentidos planejados pelos arquitetos e urbanistas a partir de suas práticas sociais. Para Certeau, os “praticantes da cidade” “transformam em outra coisa cada significante espacial” (1994: 178), o que pode gerar conflitos simbólicos na ocupação dos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, acredito que as imagens e representações acerca deste bairro parecem sintetizar um conjunto de elementos que diz respeito à cidade, a saber, a preservação do patrimônio material e simbólico de Fortaleza, no sentido da sua memória e manutenção de equipamentos públicos. A Praia de Iracema pode ser definida como sinalizadora do êxito ou fracasso das políticas municipais, e mesmo estaduais.

Outro fator a ser ponderado é que a representação simbólica atribuída ao bairro Praia de Iracema, expressa na fala de alguns gestores como “vocação natural para o lazer”, pode ser definida como o diferencial da cidade de Fortaleza, na tendência mundial de “reinvenções” das cidades a partir de planos estratégicos de “requalificação”. Assim, para compensar a falta de uma arquitetura monumental presente nas cidades européias, ou coloniais – de algumas cidades do nordeste brasileiro como Salvador, São Luís ou Recife –, Fortaleza despontou como uma cidade turística, firmando-se na construção simbólica do passado boêmio da Praia de Iracema. Porém, tendo em conta o caráter conflitual que por vezes assume o processo de construção

social dos símbolos urbanos, particularmente na designação de espaços “degradados” ou “requalificados”, procurei demonstrar, neste artigo, que as representações simbólicas associadas  “boemia” e  alegoria do “adeus” sinalizam valores culturais e mesmo morais dos habitantes desta cidade.

NOTAS

- 1 Robert Merton (1987) define o lugar estratégico de investigação como casos empíricos particularmente favoráveis ao estudo de determinados fenmenos complexos, difíceis de abordar; casos esses susceptíveis de proporcionar análises proveitosas e integradas dos fenmenos em causa e a descoberta de novos problemas merecedores de outras investigações.
- 2 Pierre Bourdieu, em *O Poder Simbólico* (1989), se refere  autoridade do discurso. Segundo este autor, o que atribui poder  palavras é a crença na sua legitimidade e naqueles que as pronunciam; crença cuja produção não é da competência das palavras.
- 3 Bourdieu (1989), citando Benveniste (1969), fala em *auctoritas* como a capacidade de produzir que cabe em partilha ao *auctor*.
- 4 Tomo este conceito a partir da definição de Ana Fani A. Carlos (1994). Para esta autora, na apropriação se colocam as possibilidades da *inversão* que faz parte da vida, *que institui o uso que explora o possível*, ligando-o a uma prática criadora. Observe-se que as apropriações dos usos, no caso, se referem às intervenções no tecido edificado.
- 5 Informações colhidas na dissertação de Schramm (2001).
- 6 Ponte (2000) esclarece que se a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – dizimando populações e devastando cidades –, é considerada o marco que decreta o fim da *belle poque* européia, os conflitos vividos em Fortaleza entre 1912-1914, com a destruic o, depredação e incêndios de ícones da modernidade, comandados pelos coronéis aciolistas juazeirenses contra Franco Rabelo, significaram o início do declínio da *belle poque* experimentada em Fortaleza.
- 7 Esse acrescimento populacional foi conseqncia do fluxo migratório campo-cidade e decréscimo das taxas de mortalidade, provavelmente em decorrência de medidas de saúde pública, como a vacinação (GONDIM, 2007).
- 8 O bairro Aldeota surge nos anos 1930 como uma zona nobre. Como informa Pontes (2005), a designação Al-

- deota extrapola o sentido de nomeação de área geográfica, reforçando a idéia de um *modus vivendi* e de *status* social.
- 9 Essa edificação, atualmente conhecida como Estoril, tornou-se um ícone da boemia da Praia de Iracema e foi tombada como patrimônio cultural da cidade de Fortaleza, pela Prefeitura Municipal, em 1992.
 - 10 O porto do Mucuripe foi construído no litoral Leste da cidade de Fortaleza.
 - 11 Estas matérias jornalísticas foram colhidas a partir da dissertação de Schramm (2001).
 - 12 A construção da imagem de um Ceará moderno é uma antítese da imagem do Estado como atrasado e administrado por “coronéis” (Aduino Bezerra, César Cals e Virgílio Távora). Essa imagem foi combatida por Tasso Jereissati com a implantação de um “governo das mudanças”. Para maiores informações a respeito, ver Gondim (1998) e (2007).
 - 13 Para informações detalhadas sobre planejamento estratégico, ver: Carlos Vainer. “Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano”, no livro *A cidade do pensamento único*, organizado por Otilia Arantes, Carlos Vainer & Ermínia Maricato (2002).
 - 14 O tema impacto da construção do Centro Dragão do Mar para a cidade de Fortaleza é abordado por Linda Gondim em *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna* (2007). É importante ressaltar que o Centro Dragão do Mar foi edificado nos limites oficiais do bairro Centro, porém diversos discursos, inclusive nos meios de comunicação social, se referem ao local desse equipamento como bairro Praia de Iracema.
 - 15 Em 1990, o então vice-prefeito Juraci Magalhães assume a Prefeitura de Fortaleza, substituindo o titular, Ciro Gomes, que se afastou do Executivo Municipal para se candidatar ao cargo de governador do Estado do Ceará.
 - 16 O bar e restaurante *Pirata* foi inaugurado no ano de 1986 e, nessa mesma década, se transformou em uma casa de show com muito sucesso na cidade.
 - 17 Esta “Ponte” era utilizada por seus freqüentadores para a contemplação do pôr-do-sol, sendo denominada por estes como Ponte Metálica.
 - 18 Carlos Fortuna (1999) define como formas de sociabilidades efêmeras as relações sociais que se estabelecem e perduram apenas enquanto se puder continuar a consumir o “objeto”, como no caso dos monumentos.
 - 19 É importante ressaltar que essa ponte não foi utilizada para fins de embarque e desembarque de passageiros do porto da cidade, permanecendo inacabada até a reforma de 1994.
 - 20 No dia 14 de abril de 2005, foi instituído o Fórum Permanente em Defesa da Praia de Iracema, com o objetivo de reunir moradores e comerciantes para discutir e buscar soluções para os problemas que assolavam o bairro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. (2002). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- AUGÉ, Marc. (1994). *Não-Lugares*. São Paulo: Papirus.
- BAPTISTA, Luís. Territórios Lúdicos (e o que torna um território): ensaiando um ponto de partida. In: BAPTISTA, Luís e NUNES, João Pedro S. (orgs.). (2005), *Cidade lúdica, cidade residencial*. Fórum Sociológico. Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica. Números 13/14, p. 47-58.
- BARREIRA, Irllys. (2007). Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. In: *Análise social*, vol XLII (182), Lisboa, p. 163-179.
- BOURDIEU, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. (1994). *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- CASTRO, José Liberal. (1988). *Fortaleza, tempos de guerra*. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto de Estado do Ceará.
- CERTEAU, Michel De. (1994). *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes.
- ELIADE, Mircea. (2002). *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva.
- ENTIDADES vêm ameaça à Praia de Iracema. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 28 de julho de 1985.
- FORTUNA, Carlos. (1999). *Identidades, percursos, paisagens culturais*. Oeiras: Celta Editora.

- GEERTZ, Clifford. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GONDIM, Linda. (1998). *O Dragão do lazer e da cultura invade a Praia de Iracema*. Trabalho apresentado no V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, PUCCAMP, Campinas, impresso.
- _____. (2007). *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume.
- GURGEL, Márcia. Depois do mar, a voragem da especulação imobiliária. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 26 de maio de 1980.
- Jornal O Nordeste*, Fortaleza 2 de Julho de 1925.
- MERTON, Robert K., (1987). "Three fragments from a sociologist's notebooks: establishing the phenomenon, specified ignorance, and strategic research materials", *Annual Review of Sociology*, XIII.
- PONTE, Sebastião Rogério. (2000). *A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*. In: SOUSA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.
- PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. (2005). *A cidade dos clubes: modernidade e "glamour" na Fortaleza de 1950-1970*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- PRAIA de Iracema – reduto histórico e cultural em busca de sua preservação. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 16 de novembro de 1984.
- PRAIA de Iracema contra a força da grana que ergue e destrói coisas belas. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 2 de agosto de 1984.
- PRAIA de Iracema: saudade e resistência. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 2 de agosto de 1985.
- PRAIA de Iracema perde sua identidade. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 20 novembro de 1985.
- Revista Ceará Ilustrado*, Fortaleza, n°. 13, 5 de outubro de 1924.
- Revista Ceará Ilustrado*, Fortaleza, n°. 70, 8 de novembro de 1925.
- SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. (2001). *Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do Espaço na Praia de Iracema*. Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, impresso.
- UMA NOVA investida do oceano contra a praia. *Jornal O Povo*, 27 de abril de 1946.

EL CONFLICTO ADMINISTRADO: SOBRE OCUPACIONES DE TIERRA, POSICIONES INSTITUCIONALES Y SABERES PRÁCTICOS¹

INTRODUCCION

En la zona de plantación de caña de azúcar del Nordeste de Brasil² las ocupaciones de tierras improductivas con organización de *acampamentos* pasaron a ser una estrategia central de reivindicación de la reforma agraria desde el final de la década de los ochenta, momento de crisis en la producción cañera que dio lugar al quiebre de varias *usinas* acarreado un fuerte desempleo. A partir de entonces, estas ocupaciones se convirtieron en una de las fuentes principales de desapropiación de tierras, siendo los conflictos y las iniciativas de los movimientos sociales un factor decisivo en la implementación de los *assentamentos* (LEITE, HEREDIA, *et. al.*, 2004).³ Estos *acampamentos* y las perspectivas construidas en espacios institucionales y judiciales fueron los intereses que edificaron el punto de partida de este trabajo. El papel protagónico del Estado en las

M. FERNANDA FIGURELLI*

RESUMO

El artículo se localiza en el nordeste brasileiro y recorre una de las sedes del INCRA, una institución estatal vinculada a la realización de la llamada "reforma agraria". El objeto es explorar las perspectivas que allí se elaboran sobre las ocupaciones de tierras, organizadas por diversos movimientos sociales a los fines de su inclusión en los procesos de desapropiación (llevados a cabo por la institución en cuestión). La definición que estos conflictos adquieren en la entidad revela disputas por poder, dentro y fuera de la institución, en las cuales la valorización del/os saber/es sobre las prácticas administrativas se torna un elemento central. De este modo, las miradas y tratamientos burocráticos de las luchas por la propiedad se muestran inseparables de las relaciones sociales tejidas en aquel espacio y revelan así su dinámica específica.

ABSTRACT

These paper refers to brasilian north-east and focused on one of the INCRA's office, an state institution that take charge of the named "land reform". The aim is explorer in this office the perspectives about land occupations, which are organized by differents social movements that look for their inclusion in process of "disappropriation" (carried out by that institution). The ways in which these conflicts are defined show struggles for power, inside and outside the insitution, in which the valuation of knowledge about administrative practices become a central factor. The paper shows the bureuacratc views and treatements of struggles for property are inseparable from social relations in that institutional space.

* Magíster en Antropología Social. Candidata a doctora en Antropología Social por el Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Correo electrónico: ferfigus@yahoo.com.ar.

desapropiaciones condujo mi curiosidad hacia la decodificación administrativa de los conflictos por tierra.

El artículo es un resultado de mi disertación de maestría, estudio cuyo ámbito se amplía hacia otros terrenos además de la administración, solicitando la realización de una etnografía multi-situada. La consideración de las miradas presentadas por los protagonistas de las ocupaciones, los acampados, me había parecido un recurso fundamental para entender las visiones burocráticas. De modo que el contraste entre registros diversos se convirtió en el eje que guió la investigación; utilizaría el recurso comparativo para acercarme a los diversos códigos. Para esto basé el análisis en un caso. Este sería un *acampamento sem terra* situado en la Zona da Mata que se erigía sobre un antiguo *engenho* perteneciente a una *usina* fallida.⁴ La etnografía se extendería sobre una de las Superintendencias Regionales del

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entidad que tenía a su cargo el proceso de desapropiación de la ocupación en cuestión, y sobre el *acampamento* señalado. Posteriormente, sumaría a la investigación la consideración de algunos archivos consultados en la sede regional de la *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), organización a la cual se asociaba el *acampamento*.

El interés no era realizar un análisis de cada uno de estos lugares, sino trabajar sobre las miradas que allí se elaboraban alrededor de los conflictos de tierra asociados a las ocupaciones. Como fue indicado, en el texto que sigue se colocan en discusión las perspectivas institucionales en relación con la cuestión, particularmente las construidas en el INCRA. Intentaré mostrar como alrededor de esas perspectivas se revelan relaciones sociales entre los funcionarios y entre éstos y los no funcionarios que muestran que las miradas burocráticas sobre los conflictos son inseparables de las prácticas y relaciones sociales que se tejen en la institución. Usando la terminología de Foucault (2005), detrás de las definiciones de conflicto observadas en la entidad se pone de relieve que las formas de subjetividad y los dominios de saber son inseparables de las relaciones de fuerza.

EL INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACIÓN Y REFORMA AGRARIA

Como resultado de “un largo proceso de luchas sociales y políticas” (Camargo; cit. en Palmeira, 1989: 94) aparecía en los primeros años de la década del 60 una legislación protagonizada por el *Estatuto do Trabalhador Rural* (1963) y el *Estatuto da Terra* (1964). Dicha legislación generó transformaciones en las relaciones entre el Estado, los campesinos y los propietarios. Mientras el Estatuto de 1963 “recono-

ció la existencia del trabajador rural como categoría profesional, vale decir, como parte del mundo del trabajo” (PALMEIRA, *op. cit.*: 101),⁵ el *Estatuto da Terra* reconoció la existencia de grupos en conflicto, abriendo la posibilidad “de una intervención directa del Estado sobre los grupos reconocidos como componiendo el sector agrícola o la agricultura” (*idem*).⁶ Esta intervención ya no se daría exclusivamente a través de la mediación de los jefes locales.

El *Estatuto da Terra* fue el elemento jurídico para la ejecución de la Reforma Agraria, la cual fue caracterizada como “el conjunto de medidas que visen a promover mejor distribución de la tierra, mediante modificaciones en el régimen de su pose y uso, a fin de atender a los principios de justicia social y al aumento de la productividad” (Título I, Art. 1, Parágrafo 1). Definido oficialmente como una “autarquía federal, vinculada al Ministério de Desenvolvimento Agrário (...), con sede y foro en Brasília, Distrito Federal y jurisdicción en todo el territorio nacional”, el Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária asume como una de sus finalidades la “promoción y ejecución” de la mencionada reforma.⁷ Creada en 1970, dicha entidad surgía para adquirir las funciones antes vinculadas al Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), al Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) (ambas instituciones fundadas por el Estatuto da Terra) y al Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA) (erigido posteriormente por el Decreto-Ley N° 582/69), que quedaban extintos a partir de aquel momento.

Así como se fueron creando y desapareciendo instituciones, a la vez que transformándose las disposiciones legales, también la estructura organizacional del INCRA y los modos de proceder en sus funciones fueron mudando. El régimen que comenzaba a organizar el Instituto en la segunda mitad

del año 2006, cuando realicé mi trabajo de campo, era producto de una modificación aprobada por el Decreto 5.735, del 27 de marzo de 2006. Entre los sectores que conforman la estructura de la entidad se encuentran las Superintendencias Regionales, “órganos descentralizados” hacia uno de los cuales me dirigí para emprender la etnografía del conflicto en su lectura administrativa.

Un sitio significativo del trabajo que efectué en la Superintendencia fue la *Divisão de Obtenção de Terras*. El nuevo estatuto interno del INCRA clasifica las funciones de dicha división entre las actividades de obtención, las de implantación de *assentamentos* y las relacionadas al medio ambiente y recursos naturales. Las primeras son las funciones que ocupan el sector de *Obtenção de Terras*, sector compuesto en su mayoría por ingenieros agrónomos.

También la *Procuradoria Regional* y la *Ouvidoria Agrária* fueron espacios destacados durante mi etnografía del conflicto en la institución. La *Ouvidoria Agrária* es una función vinculada al Gabinete de la Superintendencia Regional destinada a atender los “conflictos agrarios”. Por su parte, la *Procuradoria Regional* asume como función las actividades relacionadas a los asuntos jurídicos, sean estas de representación, consultoría y/o asesoramiento.⁸

En mi búsqueda por estudiar conflictos, había una manera de adquisición institucional de la tierra que destacaba (si bien, la asociación de dicha adquisición con el conflicto no era explícita en la institución). Esta era la “desapropiación por interés social”. Es posible de desapropiación la “propiedad rural” que no cumpla su “función social” (*Estatuto da Terra*, Título I, Art. 2º y Ley 8.629/93, Art. 2º). El “aprovechamiento racional y adecuado”;⁹ la “utilización adecuada de los recursos naturales disponibles y preservación del medio ambiente”; la “observan-

cia de las disposiciones que regulan las relaciones de trabajo”; y, por último, la “explotación que favorezca el bienestar de los propietarios y de los trabajadores” son los requisitos que debe poseer una propiedad para cumplir con dicha función (Ley 8.629/93, Art. 9º). La pequeña y media propiedad rural quedan excluidas de la posibilidad de desapropiación para fines de Reforma Agraria, a excepción que el propietario posea otro inmueble rural (Ley 8.629/93, Art. 4). Al respecto, se señalaba en el *Estatuto da Terra* la “gradual extinción del minifundio y del latifundio” como un objetivo a ser logrado a través de la Reforma Agraria (Título II, Capítulo I, Art. 16).

La ya referida *Divisão de Obtenção* es el espacio perteneciente a las Superintendencias Regionales que adquiere mayor protagonismo en el curso de los procesos de desapropiación, además de las *Procuradorias Regionales*, que también detentan un papel destacado a este respecto. Es por eso que dicha División fue un lugar de relieve en mi etnografía del proceso/conflicto. No me dirigí allí por cuenta propia ya que lo que procuraba en un primer momento eran los procesos archivados, fueron los funcionarios quienes me encaminaron hacia el lugar.

EN LA BÚSQUEDA ETNOGRAFICA DEL CONFLICTO: SEPARACIONES OFICIALES, MIXTURAS INFORMALES

Al llegar al INCRA por primera vez no sabía cuál sería el espacio en el cual me centraría. Cuando señalé que quería acceder a un proceso para escoger un conflicto de tierra a los fines de la investigación, un proceso todavía no cerrado ya que me interesaba estudiar un *acampamento*, los funcionarios mencionaron a los agrónomos, a la *Ouvidoria* y a la *Procuradoria Jurídica*. Las funciones institucionales

referidas a los *assentamentos* –construidos sobre la tierra desapropiada – estaban claramente delimitadas como un espacio diferente en relación con las actividades relacionadas a los *acampamentos*, funciones estas últimas identificadas principalmente con los procesos de obtención de tierras. Aquello facilitó la delimitación de mi objeto de estudio en la institución. Todo lo referido a *assentamentos* quedaba afuera. Varias áreas de trabajo y funcionarios de la Superintendencia resultaron así excluidos de mi interés etnográfico. La línea demarcatoria estaba bastante clara: lo que me interesaba era el proceso administrativo de obtención de tierras.

El primer día en el INCRA supe que el conflicto de tierras, así definido como objeto de estudio en el proyecto de investigación, un conflicto en su fase de *acampamento*, se desmembraba en dos calificativos en aquella institución: *conflictos* y *proceso de desapropiación*. La etnografía le dio estos nombres a mi interés de pesquisa en la administración. El último rótulo me condujo prioritariamente al sector de *Obtenção de Terras*, espacio de los agrónomos. Por su parte, la palabra conflicto me condujo a la *Ouvidoria*. Estos dos fueron los espacios por excelencia con los cuales mi investigación era identificada. Iba de un proceso de desapropiación a un conflicto y estos términos no se encontraban unidos en una misma área de trabajo, se fragmentaban.

La *Ouvidoria* trabaja con *personas*. Entrevistados de este y otros sectores de la Superintendencia así lo señalaron. “Oír denuncias de los trabajadores sin tierra”, “actuar como *elo* entre el INCRA y los movimientos sociales”, “encaminar las denuncias”, “es el sector del INCRA que se relaciona con los trabajadores”, estas fueron frases que hicieron referencia al trabajo que allí se realizaba. La idea de un puente entre la administración y quienes disputan la

tierra se hacía ver en estos comentarios. La idea de un puente, de un lazo, de un *elo*. También algunas situaciones hablaban de este “trabajo con personas”. Así, una vez que estaba en la *Ouvidoria* realizando una entrevista un integrante de un movimiento social entró a la oficina para conversar con los funcionarios de este lugar. La llamada que los acampados realizaron a la *ouvidora* para obtener información sobre el proceso de desapropiación, un día que me encontraba en Cachoeira¹⁰ (el *acampamento* sobre el cual se centró mi investigación), proporciona otro ejemplo. Además, era constante la presencia de gente en la sala de espera anterior a este sector de la institución (quienes no únicamente deseaban ser atendidos por la *ouvidora*, sino que en varios casos su espera se centraba en la superintendente).

La *Ouvidoria* trabaja también con *conflictos*: “intermedian los conflictos, ya sea entre movimientos, ya sea entre movimientos y propietarios”, “tratan con problemas de toda orden”, “es como un trabajo asistencialista que intenta resolver los problemas de los trabajadores encaminándolos a los diferentes sectores del INCRA”, señalaban los funcionarios de aquel sector. Los *conflictos* llegan a la institución a través de la *Ouvidoria*. Los mismos se identificaban con los ataques de los propietarios a los trabajadores: las ofensivas por vías institucionales o los pedidos de *despejo* ante la justicia luego de una ocupación de tierras por ejemplo (lo cual se ve agravado, decían varios funcionarios, por la Medida Provisoria del año 2001¹¹ y por las relaciones personales que inclinan la balanza de algunos jueces a favor de los propietarios). Los conflictos se identificaban también con los problemas que ocurren con los arrendatarios de las tierras en desapropiación en torno a la indemnización otorgada por el INCRA (la indemnización por tierras se destina al propietario

y el arrendatario detenta participación en lo correspondiente a las *benfeitorias*, es decir, a lo construido sobre la tierra, situación que suele generar dificultades). Asimismo se reconocían en las disputas entre los diferentes movimientos y entre las disidencias o “*rachas*” de estas organizaciones. Todos estos fueron señalados como asuntos de los que se ocupaba la Ouvidoria, todos estos eran *conflictos*. Cuestiones que surgen de las desapropiaciones de tierras pero que se colocan en un espacio de resolución institucional ajeno al proceso formal de desapropiación, el cual ya es un tema de los agrónomos.

En el INCRA mi interés se disputaba así entre los procesos de desapropiación y los conflictos. Separados institucionalmente, también mi trabajo fue difícil de ser localizado. El sector de *Obtenção* era identificado como el encargado por excelencia del proceso de desapropiación formal. Los agrónomos describieron su actividad como una tarea técnica, guiada por el *Manual de Obtenção de Terras*. Su labor refería a un proceso de desapropiación que no implica el contacto con personas vivas. La *vistoria* y la *avaliação* destacaban en las presentaciones que los funcionarios realizaban de su trabajo.¹² Las fórmulas que estos procedimientos envuelven, tales como el cálculo del *valor da terra nua*¹³ o de la productividad – la cual se subrayaba como un punto central en su quehacer, como el ítem por excelencia de la desapropiación –, fueron reiteradamente mencionadas en dichas presentaciones, que se empapaban de procedimientos previamente establecidos. Calcular el GEE y el GUT,¹⁴ considerar la viabilidad del asentamiento (suelo, agua, acceso, relieve, etc.), considerar los valores inmobiliarios, calcular el valor de las *benfeitorias* y aplicar fórmulas matemáticas para deducir la indemnización que se pagará al propietario de la tierra desapropiada; todas estas, entre muchas

otras, fueron tareas que permitieron a los entrevistados componer el discurso sobre su hacer laboral. *Técnico* fue una palabra que autodefinió su trabajo. Instrumentos técnicos, procedimientos técnicos, criterios técnicos.¹⁵ No entran ni *personas*, ni *conflictos* dentro del ángulo que su actividad ilumina, los mismos corresponden a otro sector.

Sin embargo, más allá de aquel énfasis en la calificación técnica de su trabajo, los comentarios sobre las inexactitudes que ocurrían en la cotidianidad también adquirirían un lugar en el discurso de los agrónomos. Aparecían en el relato de los entrevistados los conflictos en torno a las leyes y los números. Se hacían presentes señalamientos sobre disputas en relación con las proporciones utilizadas en el cálculo de la productividad. Con esto se revelaban aspectos no técnicos de las normativas que removían la neutralidad de los porcentajes y enfatizaban la dimensión de disputa *social* detrás de los números. Además, se mencionaban conflictos surgidos alrededor de las diversas interpretaciones dadas, por parte de los *técnicos* de la entidad que llevan a cabo el procedimiento de *vistoria*, a las formalidades que rigen tal procedimiento, interpretaciones variadas a las que dan lugar las ambigüedades existentes en la legislación: “instrumento dócil, adaptable, flexible, polimorfo” (BOURDIEU, 1986: 8).

La “*presión* de los movimientos sociales” se sumaba a esta lista. Actualmente los movimientos detentan un activo papel en los procesos de expropiación, tanto en lo que hace a la apertura de un proceso (a partir de la ocupación de tierras), como en los traslados ejecutados hacia la institución para mantenerlo en marcha.¹⁶ Lo anterior, señalaban algunos agrónomos y otros funcionarios, implica que su trabajo sea “sólo presión”. Los movimientos *presionan* para que se realicen desapropiaciones. La

desapropiación por presión significaba para los funcionarios que la misma no se hace a través de un planeamiento de áreas prioritarias para desapropiación,¹⁷ planeamiento realizado con criterios técnicos, sino a partir de un criterio traído por un grupo ajeno a la institución.

Aquella presión presupone así una mixtura de códigos: el de los movimientos sociales operando en el lenguaje de los procesos de desapropiación. A pesar de aquella mixtura, los agrónomos establecían una clasificación: el código de los procesos se calificaba operando con criterios técnicos, mientras que el código de los movimientos se visualizaba operando con criterios no técnicos. Los criterios técnicos involucran un saber profesional, una legislación que debe ser cumplida y procedimientos rutinizados en manuales, normativas, notas técnicas, etc.. Los parámetros no técnicos de los movimientos no quedaban claramente definidos, se decía que los mismos no prestaban atención a las características del suelo, a su productividad y otras cuestiones al respecto, además de ser indiferentes a la legislación.

Que el trabajo por presión, sometido a las pautas del movimiento, genera dificultades, fue un punto señalado a este respecto por parte de los agrónomos (y otros funcionarios). En estos señalamientos los procedimientos de desapropiación se vuelven inexactos ya que los movimientos, se decía, realizan acciones tales como ocupar tierras improductivas e inviables para el asentamiento, entrar en confrontación con la Medida Provisoria 2183-56/01, y otra serie de acciones que los agrónomos identificaron con el desdén (por desconocimiento o por un predominio de “intereses políticos”) hacia los procedimientos técnicos y legales que subyacen al cauce administrativo de la expropiación. Desdén que para una gran mayoría de los funcionarios solo consigue

obstaculizar la agilidad del procedimiento desapropiatorio.¹⁸

Si la presión no existiese la desapropiación no funcionaría, señalaban. Se presentan en los relatos de los entrevistados las inexactitudes que aluden a los problemas institucionales de falta de funcionarios y presupuesto – o la no liberación de presupuesto, o la no utilización del presupuesto –, cuestión señalada repetidas veces por los trabajadores de la institución (agrónomos y no agrónomos). En más de una entrevista con los agrónomos la escasez de recursos fue indicada como un factor que impide al INCRA alcanzar el objetivo de establecer un mapa de áreas prioritarias de desapropiación. Con ese panorama, opinaban, no resta otra solución que “someterse” a la pauta de los movimientos, entregando un trabajo técnico a la presión ejercida sobre el INCRA por los movimientos, los cuales no actúan con criterios técnicos.

Se reconoce así que el proceso de desapropiación comienza por presión. Que sin los movimientos nada funcionaría ya que dicha presión es la que genera las desapropiaciones. Se asume que la desapropiación funciona a través de criterios no técnicos introducidos por los movimientos, a la vez que se afirma que son aquellos criterios no técnicos los que obstaculizan la desapropiación, definida como un asunto técnico. Se confirma con lo último la necesidad de depositar en el INCRA la totalidad de la acción desapropiatoria, disminuyendo (o acabando) con la participación de los movimientos sociales. Se ratifica la necesidad de excluir los aspectos no técnicos que obstaculizan (y hacen funcionar) el proceso desapropiatorio.

Se reconoce que las cosas funcionan por la presión “externa”. Todo aquello muestra un cotidiano institucional imbricado de factores que superan am-

pliamente el esquema de trabajo técnico. Sin embargo, lo anterior no debilita dicho modelo de trabajo. Así como funcionan, las cosas no funcionan por esta presión. La oposición exagera la necesidad de exactitud de la tarea. En el discurso que describe la actividad cotidiana opera una combinación contradictoria en la cual se apela a una exactitud profesional, a la vez que se reconoce un funcionamiento que excede dicha exactitud.

Las trabas colocadas por los propietarios también fueron objeto de comentarios al respecto de una tarea que excedía la rigurosidad técnica, comentarios que no se restringieron al ámbito de los agrónomos. El propietario que reacciona a la desapropiación abriendo ventanas que obstaculizan el cauce del procedimiento. Un propietario que por lo general “se esconde” de la notificación previa a la *vistoria*;¹⁹ que divide el inmueble para que el mismo no pueda ser *vistoriado*;²⁰ que reacciona ante el laudo de *avaliação* (el cual determina el valor de la indemnización); un propietario que presenta defensa administrativa o que impugna el proceso en la justicia (justicia cuyos tiempos suelen aportar una demora considerable al proceso administrativo de desapropiación); un propietario que coloca “espías” en la institución. El propietario se dibuja como una figura poderosa en el contexto de los procedimientos desapropiatorios, capaz de demorar de manera importante o de detener la corriente de dichos procedimientos.

Aquellas dificultades evidencian la disputa que impregna el proceso de desapropiación, que lo constituye. Sin embargo, para algunos *técnicos* que se encargan institucionalmente del proceso, “no existen conflictos”. Es el movimiento quien introduce dicha categoría. Aquellas fueron palabras de un agrónomo. De forma menos rotunda, se señaló que los *conflictos* son una cuestión de la cual se ocupa la *Ouvi-*

doria. En el sector de obtención -mencionaban los entrevistados- se trabaja con un proceso de desapropiación, en la *Ouvidoria*, se trabaja con conflictos. Los agrónomos trabajan con procedimientos. Pasos estipulados a ser cumplidos, análisis técnicos a ser realizados. Junto a aquello las referencias a su trabajo cotidiano se encuentran marcadas de disputas entre propietarios y movimientos, disputas que se hacen sentir en los procedimientos y que no se reconocen de forma explícita como parte constituyente de los mismos. Aquello ocurre, pero en voz baja y fuera del grabador, o es un asunto del cual se encarga la *Ouvidoria*. Un conflicto por la propiedad de la tierra es la base que estructura su trabajo *técnico*, y se lo reconoce. Pero no se dice y esto me parece pertinente de destacar: los funcionarios del sector de obtención no dicen que la disputa por la tierra subyace al trabajo de desapropiación. Reconocen su existencia, a la vez que niegan su papel como parte constituyente del proceso institucional. En el marco del proceso de desapropiación el conflicto se vuelve negado. El conflicto se neutraliza, se profesionaliza.

Un énfasis en la calificación técnica de su trabajo mixturado a un discurso sobre una práctica complejamente imbuida de disputas y complicaciones que escapan a las fórmulas matemáticas. Opera una combinación contradictoria en el relato en la cual se habla de una actividad técnica a la vez que se reconoce que las cosas no funcionan técnicamente. Admitir y asumir, pero no decirlo. La negación pasa por el tono informal que adquiere el señalamiento de las dificultades, del cotidiano, de la práctica. Cuando me hablaban de su trabajo, algunos funcionarios del sector de obtención esperaban que trasladase al cuaderno las fórmulas matemáticas o los procedimientos pautados que ellos me expresaban. Aquello era explícitamente asumido y más cómodo

de ser conversado. Lo demás producía incomodidades y no pedía anotaciones.

EL PROCESO DE CACHOEIRA

La *Procuradoria* es otro de los espacios centrales en los procesos de desapropiación. Se desempeña en la etapa de “análisis técnico y jurídico”, elabora pareceres sobre el proceso, ya en el transcurso final deposita los valores de la tierra desapropiada destinados a la indemnización del propietario. La *Procuradoria* es consultiva, ofrece un apoyo jurídico, controla la legalidad de los actos en el proceso de desapropiación. Estas fueron algunas de las acciones mencionadas por los procuradores al respecto de su actividad.

La localización del proceso de Cachoeira fue el criterio principal que me condujo a aquel sector. El proceso administrativo de desapropiación del *acampamento* estaba en la *Procuradoria*, debiendo ser inmediatamente trabajado por causa de la *presión* que habían realizado los trabajadores en el Instituto, palabras estas del procurador a cargo del proceso en aquel momento. El *engenho* Cachoeira había sido “excluido” por un “Comité de Decisión Regional” del INCRA, en enero de 2001, del proceso administrativo de desapropiación del cual se encontraba formando parte, quedando en el proceso sólo uno de los dos *engenhos* que componían el inmueble en desapropiación.²¹ Algunos de los acampados describieron este evento mencionando que el proceso estaba “muerto” en la mesa de los procuradores, o que había “sumido”. Los mismos comentaron que habían tomado conocimiento del hecho recién en el año 2006, en los momentos de la *imissão de posse*²² del ingenio que no había sido *excluido*/que no había *muerto-sumido*. A partir de allí los acampados y

asentados de aquellas zonas comenzaron a dirigirse hacia el INCRA.

Que fue la presión de los trabajadores lo que colocó al proceso nuevamente en circulación fue señalado por más de un funcionario que conversó sobre el caso, entre estos los procuradores. El proceso debía ser sometido a una lectura *jurídica*, una lectura cuya realización se encontraba sujeta al momento disponible del procurador que debía analizarlo –quien comentó que tenía a su cargo gran cantidad de otros procesos y un tiempo corto para el total de trabajo que debía realizar – y a *sus* criterios profesionales que lo harían escoger entre las opciones posibles que la situación abría: ¿se realizaría o no una nueva *vistoria* luego de pasado tanto tiempo? Aquello quedaba sometido a las decisiones de los funcionarios: qué acontecería y cómo se trabajaría el proceso sería un asunto a ser discutido entre diversos sectores de la institución.

Al preguntar si podría participar de la reunión (consulta hecha a más de una persona), una de las respuestas señaló que no sería nada nuevo lo que allí encontraría: un grupo queriendo guiarse por parámetros legales, intentando seguir el cauce “correcto” del proceso, y otro siguiendo criterios “sociales”, que sólo consiguen estorbar el procedimiento. Aquella respuesta pertenecía a un procurador. Lo que los funcionarios creen, lo que los funcionarios opinan, y el encuentro de aquellas opiniones diversas se tornan parte fundamental en las decisiones a ser tomadas en los procesos de desapropiación.

En la Procuraduría se “trabaja con papeles” y con criterios legales que controlan el cauce de los procesos, los “criterios sociales” dificultan el curso del procedimiento. Los asuntos se resuelven “conforme a *normas calculadas* y «sin tomar en cuenta a las personas»” (WEBER, 1991: 51). La “adminis-

tración burocrática pura” de Weber era la imagen con la que los procuradores presentaban su actividad. Sin embargo, lo anterior era señalado junto al dato de que fueron los movimientos y trabajadores quienes comenzaron a hacer *presión* para retomar el proceso, junto a las discusiones acarreadas por las diversas opiniones institucionales que resolverían la situación, junto a las reuniones con otras *personas* en las que los procuradores debían participar, junto a la declaración de la opinión *personal* acerca de un asunto ambiguo legalmente. Nuevamente la apelación a un procedimiento formal-legal, realizado en función de un saber profesional, superpuesta a un reconocimiento de un funcionamiento institucional que excede la formalidad; nuevamente la admisión de un funcionamiento que se dice únicamente en un tono informal (un tono informal que supone una excepción, un favor brindado); nuevamente un discurso que funciona desde una combinación contradictoria.

No aconteció únicamente con los agrónomos. Los relatos de los funcionarios mostraban un discurso con dos melodías, por un lado aparecía el proceso exacto de desapropiación y los procedimientos formales, por el otro la experiencia vivida. Y los dos requerían ser explicados, los dos se encontraban codificados. Una cosa se contaba explícitamente, la otra informalmente. Y la explicación era un favor que los funcionarios me brindaban.

SECRETO, FAVOR Y SABER: LA DISPUTA POR PODER

Las personas de *Obtenção, Procuradoria* y otros sectores me hablaban de cuestiones secretas, codificadas. Tanto en lo vivido como en el trabajo institucional. Los procesos eran secretos, los procedimien-

tos eran técnicos (accesibles a la comprensión luego de la adquisición de un cierto conocimiento) y el saber sobre la institución se aprendía en la práctica. Este aprendizaje no se encontraba formalizado y no siempre podía colocarse en un grabador. La vivencia, el funcionamiento cotidiano, no se declaraba de forma explícita; su explicitación era una ayuda dada por los funcionarios. Si la desapropiación es *técnica* (y legal), y el saber sobre la misma corresponde a los *técnicos* (y a los abogados), la desapropiación pertenece también a un cierto funcionamiento institucional y el saber sobre dicho funcionamiento corresponde a los funcionarios de la institución. La coronación de un saber específico y una exclusión de quien no detenta aquel saber se perfilan. Un límite se abre. El conocimiento de los “códigos” legales, técnicos y administrativos, se vuelve un capital significativo. “Toda burocracia intenta acrecentar la superioridad de los profesionalmente informados conservando en secreto sus conocimientos y propósitos [...] La burocracia hace coincidir sus intereses de poder con la ignorancia de los demás”, señalaba Weber (*op. cit.*: 92-93) asociando el conocimiento técnico del “perito burocrático”, el secreto y el poder.

Al preguntar sobre formalidades y exactitudes de los procesos, si bien existían referencias a leyes, a archivos de Internet, entre otras documentaciones, se presentaba una tendencia a querer explicarme aquellas formalidades. Varios funcionarios consideraron que perdería el tiempo leyendo las normativas, o consultando los procesos repletos de lenguajes técnicos, codificados, *secretos*. “¿Estás entendiendo el proceso?”, “Está lleno de cuestiones técnicas, no creo que te sirva mucho”, “¿Por qué elegiste un proceso tan complicado?”. Estas eran frases repetidas que opinaban sobre mi actitud de intentar entender sobre leyes y procesos de desapropiación, o de

desear leer el proceso sin ser “parte interesada” ni abogada. Era necesario aprender un lenguaje para comprenderlos y existía una disposición de los funcionarios a querer explicármelos. En esta actitud se valorizaba un lenguaje informal para hablar de un trabajo *técnico*, formal. La imposición de la informalidad negaba el acceso a la formalidad, y la formalidad era el lenguaje decisorio, un lenguaje monopolizado desde el saber profesional, un lenguaje codificado, un lenguaje que servía para excluir a quien no lo detentaba.

El lenguaje que debía aprenderse no correspondía únicamente a la profesionalización de los procesos, al énfasis en su carácter *técnico* accesible únicamente para quienes lo entienden, sino también al saber obtenido por el trabajo en la institución, al saber institucional (no sólo profesional). La normativa se actualizaba en la experiencia, los funcionarios de la institución valorizaban un conocimiento que excedía las lecturas de las reglas institucionales. Aparecía una institución vivida, una administración local. Me fue difícil acceder a las normativas exactas y escritas porque, más que referirme su localización, los funcionarios ofrecían explicármelas. Éstos hallaban más conveniente exponerme el funcionamiento de la institución en su vivencia cotidiana, en sus problemas diarios, en los años de trabajo transcurridos, que en la referencia a las normativas accesibles por Internet. Ellos detentaban un saber que iba más allá, así como detentaban la decisión de expresarlo. Que varios funcionarios señalaron a los más antiguos para que me contasen sobre su experiencia dice bastante sobre esta cuestión.

Si, por un lado, el énfasis en la calificación técnica de los procesos de desapropiación niega el conflicto, por el otro, permite reafirmar el monopolio del conocimiento. Opera una estrategia de poder dentro de la institución que posibilita establecer un

límite entre quienes manejan el código del sector y quienes no, y más allá de la institución, entre quienes manejan el código profesional/administrativo y quienes no lo hacen. Este límite demarca jerarquías entre sectores. La institución se desarma como un bloque compacto y se vuelve una “burocracia segmentada” (PALMEIRA, 1994).²³ El saber profesional y el oficio adquirido en el cargo generan disputas y una defensa constante de los funcionarios al respecto de su actividad. El conflicto impregna, no sólo los procesos de desapropiación, sino también la dinámica interna de la institución.

La comunicación defectuosa entre las secciones de la institución, el señalamiento que, para ser realizada, la tarea de un sector no toma en cuenta la tarea de los otros, fue un punto repetido en las conversaciones con los funcionarios. “Ya fue peor”, “aborrece” fueron palabras dichas para describir la relación entre los diversos espacios. Un *procurador* comentó que los demás funcionarios no los consultan, lo cual sólo lograba obstaculizar los procedimientos: tarde o temprano se precisaba la asesoría legal. La necesidad institucional de su saber los colocaba en una posición de poder, tal vez por eso los demás funcionarios, al referirse a los *procuradores*, señalaban críticamente su papel institucional de “elite”. Algunos no procuradores indicaron la demora de la *Procuraduría* en dar respuesta a su consulta y la necesidad de obtener información por otros medios o buscar caminos alternativos de solución. La indispensabilidad del conocimiento profesional de los procuradores incomodaba. La ausencia de respuestas fue una crítica extendida también para el sector de Obtención, para su saber necesario que se escondía.

Destacaban además aquellos funcionarios que subrayaban su posición mencionando la amplitud de sus tareas, las cuales – decían – abarcaban la de

los varios sectores compartimentados. Los mismos se mostraban depositarios de un saber que les permitía realizar la tarea de cualquier funcionario, sin la necesidad de una formación profesional específica. Sin necesidad, por ejemplo, del conocimiento legal de los abogados, ya que la experiencia en el cargo los había dotado de las herramientas necesarias para cumplir su trabajo.

En el caso de la *Ouvidoria*, éste era el espacio que por excelencia se indicaba al preguntar sobre acampados, conflictos, personas, situaciones “externas” a la institución, como ya fue señalado. Son las personas de la *Ouvidoria* las que se encargan de “conflictos”, las que conocen a los acampados, las que entran en relación con “lo social”. Sin embargo, en referencia a los procesos desapropiatorios, la misma no es visualizada por los agrónomos y *procuradores* como una pieza importante, los cuales hicieron notar su desconocimiento acerca de las funciones realizadas en este sector. Un desconocimiento que marcaba una jerarquía. La *Ouvidoria* fue considerada como un espacio “aparte”, no importaba lo que allí se realizaba.

Una *Procuradoria* trabajando con *papeles* y un sector de obtención trabajando con *procedimientos técnicos*. Además, funcionarios poseyendo un saber administrativo altamente valorizado. Trabajos codificados, saberes profesionales. Y la *Ouvidoria* proponiendo una idea de puente entre la institución y los trabajadores. El conflicto de tierras es negado en el proceso de desapropiación y asumido en la *Ouvidoria*. Esta asunción implica el encuentro de la institución con *el conflicto*, un conflicto que se encuentra por fuera de la entidad, espacio donde se trabaja con un proceso de desapropiación sujeto a saberes profesionales y administrativos. La asunción del con-

flicto que la *Ouvidoria* supone genera un encuentro entre lógicas diferentes de pensarlo, de demarcarlo, de tratarlo. Encuentro que se vuelve parte del mismo conflicto de tierras.

A pesar de aquella división ideal, en la etnografía se revelaron contactos de los funcionarios asociados a la División de Obtención o de los procuradores – cuyo trabajo formal no contempla dichos contactos – con los acampados, asentados e integrantes de los movimientos que se trasladaban a la entidad.²⁴ Lo anterior se acompañaba, en ocasiones, de quejas de estos funcionarios, quienes señalaban que “no hay tiempo” para tales situaciones ya que no es aquello lo que su trabajo contempla. Esto muestra una indiferencia de los “externos” para con las reglas de la institución. Los acampados y demás integrantes de los movimientos se dirigían al INCRA para hablar con quien *sabía*, con los sectores responsables del proceso en el que se estaban interesados, con los sectores donde encontrarían alguna respuesta. Intentaban la exposición, la socialización del proceso administrativo que en la institución se pretendía restringir a lenguajes propios. Desafiaban así la apropiación institucional-profesional del proceso y lo expandían, lo colocaban como la expresión administrativa de un conflicto de tierra que excedía los marcos institucionales.

Los conflictos se disputan. Unos los desvalorizan, otros los reafirman. Lógicas diversas contienen en el proceso de desapropiación. La necesidad de “homologar”²⁵ *habitus* diferentes (BOURDIEU, 2000), de acomodar las perspectivas a los fines de obtención de las propiedades abre un enfrentamiento por la definición del conflicto de tierras que se vuelve parte de este último. Los límites que el significado de conflicto adquiere en la institución no son respetados por los movimientos, acampados y asen-

tados que critican el monopolio del conocimiento. Cuando los intereses en juego son importantes, la “codificación” no se impone fácilmente; no todo está homologado o no siempre la homologación pone fin a la discusión (*idem*). El conflicto de tierras incorpora así la lucha por la imposición de prácticas, visiones y lenguajes.

CONCLUSIONES

Cuando llegué al INCRA pretendí, en primera instancia, acceder a los procesos que materializaban administrativamente los conflictos que iría a estudiar. Imaginaba encontrarme con un archivo cuyo acceso se abriría con la presentación de la credencial que me había otorgado la institución universitaria a la que pertenecía.

Sin embargo, me encontré con otra realidad. La búsqueda se personalizaba y no existían archivos abiertos. No existía un archivo. En su lugar aparecían las mesas de los funcionarios, el flujo del proceso. Resonaban los comentarios ofreciéndome explicación sobre el mundo técnico que me depararían los papeles, el estudio de una desapropiación, mundo al cual quería acceder sin ser ni abogada, ni “parte interesada”. En ese estado, más que el acceso directo a un proceso, sonaba más atinado para algunos funcionarios que converse con ellos sobre aquellas cuestiones.

También las documentaciones exactas que revelasen la estructura formal de la institución y el recorrido de los procesos de desapropiación, documentaciones que fueron parte de mi búsqueda primaria en aquel espacio, se abrían generalmente en las palabras de los funcionarios. Fue difícil en la institución encontrar documentaciones materializando su organización, en varias ocasiones las per-

sonas preferían enseñármela verbalmente. Etnografiar en el lugar me acercaba a un *saber práctico*, vivido, experimentado.

Mi búsqueda weberiana de *tipos ideales* se revelaba insuficiente. Aparecía ante mí una normativa actualizada en la experiencia, una administración local. Experiencias concretas, problemas, desórdenes, suspicacias y aspectos cotidianos, fueron emitidos más insistentemente que el ordenamiento abstracto-legal. Emisión que se realizaba en un tono bajo, por la corriente de la informalidad de una conversación hablada, sin grabadores. Junto a las explicaciones legales y técnicas que los funcionarios me brindaban eran recurrentes los señalamientos de las realidades vividas en la institución. Con aquello se dibujaba una asunción implícita de la importancia de las prácticas cotidianas y del saber sobre esas prácticas institucionales al lado de los datos exactos que la administración podría proporcionarme. Las reglas formales constituyen la fuente de legitimidad del trabajo de los administrativos profesionales, señalaba Bailey (1983) al respecto del ámbito universitario; son ellos quienes poseen la “sabiduría” para aplicarlas pero también, y de manera contradictoria, para colocarse sobre ellas cuando se trata de resolver contingencias cotidianas, lo cual permite que dichos administrativos giren desde una posición de “servidor” hacia una posición de “amo” de las reglas (*idem*).

Comprender el funcionamiento del INCRA dependía de un saber que sólo podía obtenerse mediante el *favor* de los funcionarios de comentar sobre su experiencia laboral. El conocimiento práctico de los códigos administrativos se tornaba altamente valorizado y se revelaba como un elemento de poder.

Esta valorización del saber nos ayuda a entender el énfasis colocado por los funcionarios en lo

técnico-judicial del proceso de desapropiación – y la negación del conflicto que esto trae aparejado –, al mismo tiempo que se realizan señalamientos informales de factores constitutivos del proceso que exceden el trabajo estrictamente técnico. En este énfasis el conflicto se construye como asunto separado y ajeno a los procesos administrativos, un asunto que se remite a la *Ouvidoria*, sector “puente” de la institución. Cada sección asume aquí tareas precisas, claramente delimitadas: los funcionarios confirman su lugar institucional, reafirman el saber que hace a su función y minimizan los factores que exceden dicho saber. Instalando el secreto, el monopolio del conocimiento, consagran su posición. Los lenguajes y procedimientos que se valorizan colocan límites entre quienes los comparten y quienes no, tanto entre los funcionarios y no funcionarios, como entre los diferentes funcionarios entre sí. El delineamiento que la idea de conflicto adquiere en el INCRA se vuelve así inseparable de las prácticas y relaciones que conforman la institución, revelando su dinámica.

El recorrido por algunos espacios de la Superintendencia me mostró un conflicto de tierras que se profesionaliza y se institucionaliza. Dicha institucionalización lo niega y lo torna dependiente de la administración, del saber hacer de sus funcionarios, disminuyendo la importancia de lo que queda “fuera”. A partir de aquí se opera una estrategia de apropiación del conflicto. Para algunos funcionarios se trata de llevar adelante procesos de desapropiación no accesibles al público, sólo para entendidos, un proceso monopolizado a través del saber administrativo/profesional, dependiente más de dicho saber que de los conflictos sociales que lo exceden. Sin embargo, a pesar de los intentos de reforzar el saber profesional-institucional – y con esto la posición de los funcionarios – y negar los conflictos como

parte del proceso de desapropiación, el relato de los entrevistados revelaba dicho proceso actuando, no sólo a través de parámetros profesionales y administrativos, sino también a través de los parámetros incorporados por los movimientos y acampados. La nativamente llamada “presión de los movimientos” mostraba esta mixtura, mostraba el código de los movimientos y acampados constituyéndose como parte del lenguaje de los procesos de desapropiación, era la acción de dichos agentes la que lograba esta incorporación.

Las perspectivas institucionales mostraron de esta forma su dinamismo, revelaron relaciones sociales dentro y fuera de la institución impregnadas de la disputa por poder.

NOTAS

- 1 Agradezco a Moacir Palmeira la lectura y sugerencias dadas a una versión anterior.
- 2 A grandes rasgos, el *Nordeste* brasileiro se encuentra conformado por los Estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe y Bahia. Como subregión que divide el Nordeste, la Zona da Mata se extiende sobre las márgenes del Atlántico, desde Rio Grande do Norte hasta el Sur de Bahia. La producción de caña de azúcar es la actividad económica principal de la zona, caracterizada por el monocultivo y el latifundio. Ver Andrade (1998), Furtado (1964) y Freyre (1961).
- 3 Al final de la década de los ochenta, y con la aparición del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) en la zona de plantación de caña de Pernambuco, la lucha por la tierra “dejó de ser una resistencia contra la expulsión, y la organización de *acampamentos* y la realización de ocupaciones en propiedades no productivas pasó también a ser apoyada por el movimiento sindical y por la Iglesia en la región” (LEITE, HEREDIA, *et al.*, 2004: 53). Al respecto de las características particulares de esta nueva forma de ocupación en relación a las anteriores, ver Sigaud, 2000.
- 4 Si en el pasado el término *engenho* refería al “conjunto fábrica-plantación” de azúcar, actualmente se utiliza en Pernambuco para indicar las propiedades en don-

- de se planta caña, sean estas de *Usinas* o de propietarios independientes (PALMEIRA, 1977). La Usina refiere a la “moderna fábrica de azúcar” que se instaló en las tierras de los antiguos *engenhos*, proceso que se inicia en Pernambuco en las dos últimas décadas del siglo XIX (ANDRADE, 1998).
- 5 Con dicho reconocimiento se extendían “al asalariado del campo una serie de derechos que habían sido concedidos al asalariado urbano, desde el Estado Novo” (ANDRADE, 1982:13). Salario mínimo, vacaciones, reposo semanal remunerado y aguinaldo fueron los derechos garantizados por el Estatuto. En 1971, la ley Complementar N° 11 añade el derecho del trabajador a la jubilación por vejez e invalidez, y el derecho de la familia de recibir pensión y auxilio funeral (ANDRADE, 1998).
 - 6 Los textos citados a lo largo del artículo son traducciones de la autora.
 - 7 *Regimento Interno do INCRA*. Capítulo I, art. 1°. DOU 20/10/06.
 - 8 *Regimento Interno do INCRA*. Capítulo III, seção V, art. 103 y 104. DOU 20/10/06.
 - 9 Este punto refiere a la *productividad* de la tierra, criterio que tiene un lugar fundamental en los procesos de desapropiación. Ver Ley 8.629/93, artículo 6°.
 - 10 El nombre del *engenho* ocupado es ficticio.
 - 11 Dicha medida introduce la categoría de “invasor” y penaliza las ocupaciones de propiedades. Ver Medida Provisoria N° 2183-56 – 24/08/2001 (art. 4, inciso 6).
 - 12 La *vistoria* es un “levantamiento preliminar de datos e informaciones”, cuyo objetivo, entre otros, se dirige a verificar la productividad del inmueble y el cumplimiento de la *função social* de la propiedad rural en cuestión. Este levantamiento debe fundamentar el parecer sobre la viabilidad del asentamiento, es decir, debe emitirse al respecto de la inclusión de la propiedad en el programa de reforma agraria. Por su parte, necesaria a los fines de la indemnización del desapropiado “*a avaliação de imóveis rurais* consiste en la determinación técnica del precio actual de mercado del inmueble como un todo” (*Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial*. MDA-INCRA, 2002. Módulos II y III).
 - 13 Ver *Estatuto da Terra*. Título IV. Art. 105 y Ley N° 8.629/93. Art. 5.
 - 14 *Grau de Utilização da Terra y Grau de Eficiência na Exploração*. Ver Ley 8.629/93, Art. 6°.
 - 15 En este punto es interesante tener en cuenta lo señalado al respecto de la *demarcación* por Almeida, A. W. B. y Pacheco de Oliveira, J. (1998), en una etnografía de la FUNAI. Los autores colocan en análisis la representación de la demarcación como un acto *técnico y objetivo*, lo cual actúa en detrimento de la participación de los indios.
 - 16 “Como más del 90% de las desapropiaciones hechas por el INCRA contemplan las dichas áreas de conflicto, ocupar *engenhos* y en ellos montar *acampamentos* (...) se tornó un recurso incontornable” (SIGAUD, 2005: 268).
 - 17 La formulación de planes de Reforma Agraria que delimiten áreas prioritarias de desapropiación es un objetivo establecido en el *Estatuto da Terra* (Título II. Cap. IV. Sección 1).
 - 18 El trabajo bajo “presión” en el Congreso Nacional es una cuestión analizada por Bezerra. La “presión” ejercida por los líderes locales sobre los parlamentares, y por estos últimos sobre los *relatores* de la Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a los fines de aprobación de *emendas*, son algunas de sus formas. Que un trabajo con criterios es incompatible con un trabajo realizado por “presión” es un argumento que también se observa entre los *relatores* al respecto de la “presión” ejercida por los parlamentares (BEZERRA, 1999).
 - 19 La *vistoria* preliminar supone la previa notificación del propietario. Sin la misma el equipo técnico del INCRA no se encuentra autorizado legalmente a entrar en la propiedad. Se estipula que la notificación debe ser personal. En su defecto, la misma será *por edital* (a través de un aviso en el diario). Ver Ley 8.629/93, Art. 2°. Según los entrevistados, los costos y las demoras que la notificación *por edital* acarrea hacen que la ausencia del propietario en la notificación personal se constituya en un importante obstáculo.
 - 20 Como se señaló más arriba, la pequeña y media propiedad rural quedan excluidas de la desapropiación (a excepción que el propietario posea otro inmueble).
 - 21 La Usina (cuyo quiebre ocurrió en el año 96) intentó resolver las deudas que contrajo con los trabajadores a través de procedimientos ilegales. Esto trajo problemas a la desapropiación de las tierras del *engenho* Cachoeira, que fue luego excluido del proceso por parte del Comité del INCRA.
 - 22 Cuando el INCRA adquirió el inmueble desapropiado.
 - 23 Si tenemos en cuenta lo que señala este autor al respecto observamos, sin embargo, que lo compacto de la institución se desarma de maneras complejas y no siempre predomina la división por sectores. La “burocracia segmentada” de la que nos habla Palmeira, refiriéndose al INCRA en un momento histórico específico, nos dice de redes de relaciones personales,

de “facciones cuyos recortes no se confundían con divisiones funcionales, ni tampoco con líneas político-partidarias, o con eventuales diferencias de concepción de lo que fuese reforma agraria” (PALMEIRA, 1994: 54). Segmentación a la cual se sumaban los “choques” entre quienes se colocaban en contra de la reforma agraria y quienes se aliaban con las fuerzas sociales que la defendían, disputas que excedían los límites de la institución.

- 24 Bezerra llama la atención sobre el hecho de que las atribuciones formales no son las únicas que competen a los parlamentares y sus asesores en el Congreso Nacional de Brasil, quienes destinan gran parte de sus energías a atender los pedidos de lo que ellos designan como sus “bases electorales”, ocurriendo así una “tensión entre la actividad concebida como ideal y aquella efectivamente desempeñada” (BEZERRA, 1999: 42).
- 25 “Homologar, etimológicamente, es asegurar que se dice la misma cosa cuando se dicen las mismas palabras” (BOURDIEU, 2000: 88).

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. 1998. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE.

_____. 1982. “Prefacio”. En: Azevedo, Fernando Antonio, *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 11-15.

BAILEY, F. G. 1983. “The ordered World of the University Administrator”. En: Marcus, George (ed.). *Elites: ethnographic issues*. School of American Research/University of New Mexico Press, Albuquerque, p. 93-112.

BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em nome das bases*. Política, favor e dependencia pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BOURDIEU, Pierre. 1986. “La force du droit. Éléments pour une sociologie du champ juridique”. En: Actes de la recherche en sciences sociales, n° 64, septembre, 3-19.

_____. 2000. “La codificación”. En: Bourdieu, Pierre. *Cosas Dichas*. Barcelona: Gedisa, p. 83-92.

FOUCAULT, Michel. 2005. *La verdad y las formas jurídicas*. Barcelona: Gedisa.

FREYRE, Gilberto. 1961. *Nordeste*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

FURTADO, Celso. 1964. *Dialética do desenvolvi-*

mento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; *et. al.* 2004. *Impactos dos assentamentos*: um estudo sobre o meio rural brasileiro. NEAD, Brasília. Editora Unesp (coeditora y distribuidora), São Paulo.

PACHECO DE OLIVEIRA, João & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1998. “Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI”. En: Pacheco de Oliveira, João (org). *Indigenismo e territorialização*: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 69-123.

PALMEIRA, Moacir. 1977. “Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”. En: Contraponto, Vol. II, N° 2, Centro de Estudos Noel Nutels, Rio de Janeiro, p. 103-114.

_____. 1989. “Modernização, estado e questão agrária”. En: Revista Estudos Avançados, Vol. 3, N° 7, Universidade de São Paulo, p. 87-108.

_____. 1994. “Burocracia, política e reforma agrária”. En Medeiros, Leonilde; Barbosa, Maria Valéria, *et. al.* (orgs.), *Assentamentos rurais*. Uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, p. 49-65.

SIGAUD, Lygia. 2000. “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”. En: Novos Estudos CEBRAP, 58, São Paulo, p. 73-92.

_____. 2005. “As condições de possibilidade das ocupações de terra”. En: Tempo social, vol. 17, n° 1, São Paulo, p. 255-280.

WEBER, Max. 1991. *¿Qué es la burocracia?* Buenos Aires: Leviatán.

FUENTES CONSULTADAS:

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei n°. 4.504, de 30 de novembro de 1964.

BRASIL. Lei n°. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993.

BRASIL. Decreto n°. 5.735, de 27 de março de 2006.

BRASIL. Decreto-lei n°. 1110, de 9 de julho de 1970.

BRASIL. Portaria n°. 69, de 19 de outubro de 2006.

Diário Oficial da União. 20 de outubro de 2006. Seção 1, p. 164. n°. 202. Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (anexo).

BRASIL. Instrução Normativa/INCRA/nº. 33, de 23 de Maio de 2006. D.O. 109, de 08/06/2006. Seção 1, p. 53.
BRASIL. Decreto-lei nº. 582, de 15 de Maio de 1.969.
BRASIL. Medida Provisória nº. 2183-56 – 24/08/2001.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária. Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial. Manual de Procedimentos Técnicos para Elaboração de Diagnósticos de Quadro Fundiário Regional, de Levantamento de Dados e Informações de Imóveis Rurais sua Avaliação e Perícia Judicial. Brasília 2002.

INFLUÊNCIAS TROTSKISTAS SOBRE A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

PRÓLOGO

Enquanto louvamos a James Petras e sua vida de militância e realizações acadêmicas, retorno a um tema que tem sido de profundo interesse para mim desde nossos anos de estudantes da graduação durante o começo da década de 1960. Nosso interesse evoluiu através da leitura e compreensão das revoluções e do contato com os progressistas da América Latina. A Revolução Cubana particularmente nos influenciou. Diferente de muitos dos nossos professores, nós viajávamos com frequência, partilhávamos preocupações e nos tornamos sensíveis às questões e aos problemas da América Latina. As causas da região tornaram-se as nossas próprias, enquanto frequentemente nos manifestávamos contra a política norte americana. Ao longo dos anos,

RONALD H. CHILCOTE*

RESUMO

Elaboração de quatro conceitos no pensamento de Trotsky (atraso; desenvolvimento desigual e combinado, revolução permanente e transição e revolução socialistas) que são úteis para a compreensão da teoria do desenvolvimento e sua relevância para as teorias do desenvolvimento capitalista, subdesenvolvimento e dependência, como destacadamente manifestada na América Latina durante a última metade do século XX. Identificação de movimentos Trotskistas e suas tendências fragmentadoras. Exame dos principais teóricos e suas idéias, com ênfase no pensamento argentino e brasileiro e sua relevância para a teoria do desenvolvimento.

ABSTRACT

Elaboration of four concepts in the thought of Trotsky (backwardness; combined and uneven development, permanent revolution, and socialist transition and revolution) that are useful in understanding developmental theory and their relevance to theories of capitalist development, underdevelopment, and dependency, as prominently manifested in Latin America during the last half of the twentieth century. Identification of Trotskyist movements and their splinter tendencies. Examination of principal theorists and their ideas, with emphasis on Argentine and Brazilian thought and their relevance to developmental theory.

* Ronald H. Chilcote é professor de ciências econômicas e políticas na Universidade da Califórnia, Riverside e fundador e editor chefe da *Latin American Perspectives*.

Agradecimentos a Timothy Harding, Michael Löwy e Adam Morton pelos comentários e sugestões ao meu manuscrito e a Jennifer Dugan Abbassi, Stan Mallison, e Jerry Riposa pela assistência na pesquisa.

Jim escreveu muitas dúzias de livros e centenas de artigos, e estabeleceu uma base para a compreensão da América Latina e suas relações com o mundo exterior. Apesar de nossos pontos de vista terem ocasionalmente divergido, fundamentalmente temos em comum nossas críticas à política norte americana e nosso desejo por uma mudança radical na América Latina. Nossa colaboração é evidente na revista bimestral *Latin American Perspectives* com nosso empenho editorial desde seu início, em 1974; no livro *Latin America: the struggle with dependency and beyond* (1974) que vendeu dezenas de milhares de cópias e foi amplamente utilizado em salas de aula universitárias; e em um volume sobre as transições no sul europeu (1992).

Em minhas viagens, encontrei muitos intelectuais de esquerda que representavam um leque de perspectivas progressistas. Alguns de seus pensamentos foram influenciados por Cuba quando se voltaram contra as idéias que haviam emanado da União Soviética e da Terceira Internacional e foram proeminentes entre partidos comunistas por toda a América Latina. Regimes autoritários prevaleceram na maior parte das regiões onde a repressão e a censura tornaram difícil aos intelectuais falarem e escreverem, e muitos deles procuraram expressão através de partidos comunistas. Em 1953, a morte de Stalin e a ascensão de um movimento revolucionário em Cuba liderado por Fidel Castro e Ernesto ‘Che’ Guevara abriu a vida intelectual para novas idéias, formação de novos partidos e movimentos sociais, diversas tendências radicais organizadas no âmbito trabalhista e um desafio para os tradicionais partidos comunistas. Uma nova geração de intelectuais se direcionou rumo a outros grupos políticos de esquerda, enquanto muitos intelectuais mais antigos confrontaram uma ortodoxia de idéias dentro de seus partidos e alguns aderiram ao diálogo sobre a nova esquerda.

Visitei Havana em setembro de 1958, poucos meses antes de a Revolução consolidar seu poder, e retornei dez anos depois, quando Fidel condenou a invasão soviética da Tchecoslováquia e estudantes e intelectuais questionavam a agressão. Por toda a América Latina, a atenção desviou-se de Moscou e voltou-se para Havana, e novas idéias e modos de pensar começaram a

desafiar a intransigência soviética de que o atraso era devido ao semifeudalismo e que a ascensão de uma burguesia nacional iria assegurar o desenvolvimento dos meios de produção sob o capitalismo e eventualmente uma transição para o socialismo. Em minhas viagens durante os anos de 1960, ficou claro que as novas idéias haviam aberto debates e um intenso interesse em como o imperialismo havia impactado o desenvolvimento ou subdesenvolvimento latino americano, e esta noção de dependência do mundo capitalista avançado e especialmente dos Estados Unidos foi essencial nas formulações teóricas. Alguns dos novos pensamentos eram atribuídos às idéias de Leon Trotsky, o qual passou os últimos anos de sua vida no México e incorporou a América Latina em seu pensamento sobre o mundo. Conheci alguns intelectuais que foram influenciados por Trotsky. Fui influenciado pelos primeiros escritos de Silvio Frondizi (1947, 1957, e 1960) na Argentina, Guillermo Lora (1977) na Bolívia e Luis Vitale (1968) no Chile. Por mais de vinte anos, correspondi-me com Lora, que compartilhou seus escritos comigo, e ocasionalmente Luis Vitale e eu estivemos em contato [enviei-lhe a trilogia de Isaac Deutscher (1954-1963) sobre Trotsky, após ele ter me enviado seu livro denunciando a administração de Frei que levou a sua prisão].

Este breve panorama ajuda a compreender minha motivação para explorar mais profundamente as influências de Trotsky no pensamento latino americano sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência.

TROTSKY E A TEORIA SOBRE SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

O pensamento de Leon Trotsky (1879-1940) inspira-se na sua militância política na Rússia e na revolução bolshevique¹, além do exílio no México (de 1937 até sua morte), após sua expulsão em 1929. Essa experiência o levou a refletir teoricamente acerca de quatro conceitos centrais para compreender o desenvolvimento capitalista, subdesenvolvimento e dependência, destacando América Latina durante a última metade do século vinte (1961).^{2,3}

Desenvolvimento capitalista atrasado e tardio

Países menos desenvolvidos não seguem necessariamente o caminho de nações desenvolvidas, e suas condições podem resultar da pressão ou influência do capitalismo avançado. ‘Atraso’ pode ser descrito como desenvolvimento capitalista retardado, um conceito frequentemente encontrado na literatura sobre subdesenvolvimento, oriundo de diversas influências do capitalismo avançado. Trotsky frequentemente usava esse termo para descrever a Rússia, e a revolução que ele previa, como uma revolução do atraso. Ele descreveu essa condição no seu *A Revolução Russa*: ‘A característica fundamental e mais estável da história russa é o ritmo lento do seu desenvolvimento, o atraso econômico, o primitivismo das formas sociais e baixo nível de cultura resultante daí’ (1959: 1).

Embora o país atrasado ‘assimile as conquistas materiais e intelectuais dos países desenvol-

vidos’, ele ‘não se apropria das coisas na mesma ordem... O privilégio do atraso histórico... permite... saltar uma série de etapas intermediárias... Naturalmente, a possibilidade de saltar etapas intermediárias, jamais é absoluta. Seu grau é determinado, em longo prazo, pela capacidade econômica e cultural do país. Ademais, a nação atrasada não raramente desvaloriza as realizações emprestadas no processo de adaptá-las à sua própria cultura mais primitiva’ (2-3).

A constante referência de Trotsky ao atraso é semelhante à concepção de Paul Baran, no seu *best-seller* na América Latina, *Economia Política do Crescimento*. Ele escreveu: ‘O mundo atrasado sempre tem representado o imprescindível interior do capitalismo ocidental altamente desenvolvido’ (1960: 12). Argumentou que a região não disporia de condições para alcançar uma acumulação de capital semelhante à dos países desenvolvidos, resistindo ao cerco do capitalismo monopolista e do imperialismo.

André Gunder Frank estudou com economistas conservadores na Universidade de Chicago, porém recebeu a influência de Paul Baran, um renomado economista marxista da Universidade de Stanford. O economista brasileiro Guido Mantega acredita que tanto Trotsky quanto Rosa Luxemburgo podem ter influenciado Frank. Ele ressalta que a posição de Luxemburgo sobre relações entre o capitalismo avançado e os países pré-capitalistas coloniais assemelhava-se à hipótese de Trotsky sobre a tendência de estagnação do capitalismo durante as primeiras décadas do século XX. Luxemburgo e Trotsky notaram

que a acumulação levaria a uma polarização de classes numa escala mundial.⁴ Trotsky acreditava que o imperialismo impediria o avanço das forças produtivas nos países menos desenvolvidos. Essas idéias evoluíram, nas obras de Frank (1966) entre outros autores, para o conceito de desenvolvimento de subdesenvolvimento capitalista (MANTEGA, 1982: 229-230).

Desenvolvimento combinado e desigual

Trotsky fala de duas leis relacionadas ao desenvolvimento capitalista lento e atrasado. ‘Desigualdade, a lei mais geral do processo histórico, revela-se mais acentuada e complexa no destino dos países atrasados. Sob a pressão da necessidade externa, sua cultura atrasada é impelida a fazer saltos. Dessa forma, a partir da lei universal da desigualdade deriva outra lei, que, pela falta de melhor nome, podemos chamar de lei do *desenvolvimento combinado* – a qual significa uma aproximação entre os diferentes estágios da jornada, uma combinação de etapas separadas, um amálgama entre formas arcaicas e outras mais contemporâneas’ (1959: 4). Ele observa que o desenvolvimento combinado era evidente no caso da Rússia: enquanto o cultivo camponês da terra permanecia arcaico, a indústria refletia tecnologia do mesmo nível ou até superior ao dos países avançados. A ascensão do Estado soviético foi o resultado do desenvolvimento combinado na forma de uma conjunção de elementos retrógrados e modernos: ‘uma guerra camponesa – isto é, um movimen-

to característico do despontar do desenvolvimento burguês – e uma insurreição proletária, o movimento sinalizando seu declínio. Esta é a essência de 1917’ (48).

A tradição trotskista posterior se origina desta citação que designava essas leis como desenvolvimento combinado e desigual. Murray Smith considera as leis de Trotsky como ‘talvez sua maior contribuição teórica’ (1981:46-47), e embora não completamente trabalhada nos escritos de Marx sobre a comuna camponesa russa, ele sente que Marx teria abraçado a lei do desenvolvimento combinado e desigual como essencial para a teoria do materialismo histórico. Michael Löwy, que viveu sua infância no Brasil e tem se dedicado à América Latina, referiu-se a essa concepção no seu conhecido livro, *As Políticas do Desenvolvimento Combinado e Desigual* (1981).

Outros escritores, menos simpáticos a Trotsky, escolheram o desenvolvimento desigual e combinado como instrumental analítico. Howard e King argumentam que essa idéia não foi introduzida apenas por Trotsky. Eles acreditam que ela se encontra n’*O Capital* de Marx, onde o materialismo histórico é implicitamente compreendido como envolvendo um processo de desenvolvimento desigual e combinado: ‘Épocas de transição são aquelas em que dois modos de produção estão combinados em uma única formação social. O seu desenvolvimento desigual, com o qual o modo progressivo avança e os outros entram em estagnação, traz por fim uma crise que pode ser resolvida somente

através da revolução social (HOWARD e KING 1989: 230). Eles identificam aspectos dessas idéias tanto em Plekhanov quanto em Lênin, cujas perspectivas diferiam das de Trotsky. Enquanto Lênin, por exemplo, em seu *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899), procurou mostrar a extensão e a natureza subdesenvolvida do capitalismo Russo, Trotsky por outro lado, enfatizou sua forma concentrada e avançada em um contexto de agricultura pré-capitalista. Enquanto Lênin baseou a aliança do proletariado e do campesinato numa mútua condição de atraso, Trotsky compreendeu o oposto como verdadeiro. Howard e King sugerem que Tugan-Baranovsky parece ter influenciado Trotsky, argumentando ser inconcebível que o autor não tenha lido *A Fábrica Russa*, onde estas idéias aparecem (228) – embora não haja nenhuma citação em sua obra.⁵

O alcance dessas idéias de Trotsky vai, portanto, além da visão determinista de Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (1848), de fases sucessivas a partir de formas primitivas percorrendo capitalismo, socialismo e eventualmente comunismo. ‘Para ele, a modernização russa foi um processo desequilibrado. Alguns setores não apenas saltaram à frente de outros, mas o fizeram absorvendo os atributos mais avançados... O núcleo de seu argumento é que a Rússia desenvolve tardiamente a modernização das estruturas econômicas, as quais são simultaneamente as mais modernas e as mais retardadas da Europa. E é desta forma desequilibrada que fornece a indicação para sua história e futuro’ (228).

O economista James O’Connor, que escreveu um importante livro sobre o impacto do capital monopolista sobre Cuba antes de sua revolução em 1959 (1970), também aplicou o desenvolvimento desigual e combinado para a crise ecológica contemporânea. Ele define o desenvolvimento desigual ‘como a distribuição espacial desigual, historicamente produzida, de indústrias, bancos, comércio, riqueza, consumo, relações de trabalho, configurações políticas e assim por diante’ (1989: 1). Ele se refere a alguns escritores que fazem distinção entre categorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento ou países ricos e pobres, e chega a sugerir que, de um ponto de vista mais teórico, o desenvolvimento desigual é a relação de exploração entre dicotomias – cidade e campo, centro e periferia, nações desenvolvidas e subdesenvolvidas – que servem como base para a reprodução do capitalismo global. O’Connor define desenvolvimento combinado como combinações das formas econômicas, sociais e políticas encontradas em regiões desenvolvidas em contraste com aquelas encontradas em regiões subdesenvolvidas, o que permite ao capital maximizar os lucros, avançar tecnologias, organizar indústrias e garantir uma divisão do trabalho. Ele faz alusão a Marx como o primeiro a estabelecer a idéia de desenvolvimento desigual, mas não há referência a Marx ou Trotsky em sua discussão sobre desenvolvimento combinado.

Baseando-se em Marx e Trotsky, Adam Morton (2009) analisa o desenvolvimento desigual no México. Ele leva em conta a declaração

de Novack de que o desenvolvimento desigual e combinado ‘é indispensável para compreender o desenvolvimento da América Latina ao longo dos últimos quatro séculos’ (1976: 103).⁶ Tanto Novak quanto Löwy (1975) refutaram a caracterização de Romagnolo de ‘desenvolvimento desigual e combinado’ como ‘fragmentário e subdesenvolvido’ (1975: 8). Embora preocupado com as relações pré-capitalistas e capitalistas no México, Morton também percebe a relevância do termo no mundo capitalista global: ‘As tendências desiguais do desenvolvimento capitalista têm desta maneira se desenrolado no quadro de um mercado mundial já existente e um sistema organizado de relações entre estados’, e identifica recente literatura para sustentar sua afirmação. Em particular, ele percebe que a atenção de Trotsky para os desníveis de desenvolvimento histórico foi adotada por Adolfo Gilly ‘para inserir a combinação do desenvolvimento específico em âmbito nacional do capitalismo no México dentro de seu desigual modo de inserção no mercado mundial’ (5-7).

A revolução permanente

Trotsky, em sua *Revolução Permanente* (1932), argumentou que a revolução socialista começa a nível nacional, mas inevitavelmente se estende para outros países, especialmente no mundo industrial avançado: ‘Uma revolução nacional não é um todo auto suficiente; é apenas um elo da cadeia internacional’ (TROTSKY, 1964a: 65). Trotsky opôs esforços para estabele-

cer e sustentar a etapa reformista democrática, argumentando que o estágio democrático é simplesmente transitório e apenas a transformação socialista da sociedade leva a ‘um estágio permanente de desenvolvimento revolucionário’ (TROTSKY, 1964a: 63-64; 1964b), e também estabeleceu uma concepção de desenvolvimento e subdesenvolvimento na sua lei de desenvolvimento desigual e combinado. Na *História da Revolução Russa*, ele argumentou que países atrasados não necessariamente seguem o caminho dos países capitalistas avançados. Seu caminho não é predeterminado, ele acreditava, e eles poderiam saltar estágios na rota para o socialismo: ‘Seu desenvolvimento como um todo adquire um caráter anárquico, complexo, combinado’ (TROTSKY, 1959: 3). A desigualdade é evidente principalmente nos países ‘atrasados’. O desenvolvimento combinado implica diferentes estágios combinando-se para que um amálgama de formas arcaicas com outras mais contemporâneas possa seguir-se. Trotsky argumentou que o socialismo depende largamente do resultado da revolução mundial. A revolução proletária deve se espalhar para áreas atrasadas. Embora os países atrasados possam ser os primeiros a estabelecer uma revolução proletária, eles podem ser os últimos a alcançar o socialismo. Os países atrasados, entretanto, precisam desenvolver as forças produtivas na luta para chegar ao socialismo. Estas noções de desenvolvimento foram contrapostas à teoria de Stalin de revolução por etapas e seu pressuposto de uma revolução democrática em países

atrasados independente da revolução proletária (CHILCOTE, 1984: 20).⁷

Ernest Mandel tenta esclarecer a questão central acerca da teoria da revolução permanente pela distinção entre diversas posições. Os mencheviques alegavam que, por serem democráticas e burguesas as tarefas da revolução, apenas um governo burguês e um estado burguês poderiam realizá-las; esforços da classe proletária para tomar o poder resultariam em um contratempo revolucionário. Trotsky respondeu que a burguesia apoiaria a contra-revolução e, ainda, que se a burguesia mantivesse sua hegemonia dentro da revolução, a revolução entraria em colapso. Apenas o proletariado poderia conduzir o processo revolucionário, aliado ao campesinato pobre, pela destruição do estado burguês e a tomada do governo. Antes de 1917 Lênin manteve uma posição intermediária, rejeitando a proposição de que a burguesia poderia realizar as tarefas da revolução nacional democrática na Rússia, mas ele não discutiu que uma destruição imediata do estado burguês era fundamental no processo revolucionário. Mandel afirma que Lênin seguiu uma linha de ‘república democrático-burguesa; desenvolvimento do capitalismo na Rússia; mudança do partido dos trabalhadores para a oposição tão logo triunfasse a revolução democrática’ (1983: 451). Até 1916, Lênin admitiu a possibilidade de partidos políticos camponeses independentes da burguesia e do proletariado, uma tese rejeitada por Trotsky.⁸

Transição socialista e revolução

Teorias do desenvolvimento geralmente enfatizam o desenvolvimento capitalista, enquanto as teorias do subdesenvolvimento e dependência dão ênfase à exploração capitalista dos países atrasados. Marx e Engels preconizaram o desenvolvimento das forças e meios de produção do feudalismo para o capitalismo e daí para o socialismo. Geralmente se assumia que uma burguesia nacional ou doméstica deveria evoluir para alcançar o desenvolvimento capitalista, como no caso da Inglaterra e dos Estados Unidos. Sem a fase democrático-burguesa, as forças de produção devem ser desenvolvidas em países atrasados a fim de alcançar o socialismo. Trotsky acreditava que a tarefa caberia ao proletariado em conjunto com os camponeses pobres. Ele examinou os caminhos para a revolução. Primeiramente, conspiração ‘enquanto comprometimento intencional de uma minoria para uma mudança espontânea da maioria’, e cujo resultado, em geral, é a substituição de um grupo fechado e da mesma classe dominante por outro grupo fechado. Em toda sociedade, ele argumentou, há ‘contrações suficientes para que uma conspiração possa enraizar-se em suas fendas’, e a experiência histórica é ilustrada na Espanha, Portugal e América do Sul. Depois, a insurreição em massa que resulta na vitória de um regime social sobre outro; todavia, insurreição popular e conspiração não são em todas as circunstâncias mutuamente exclusivas: ‘Um elemento de conspiração quase sempre faz parte, em algum grau, de qualquer insurreição. Sendo historicamente condicionado por um certo está-

gio no crescimento da revolução, a insurreição em massa nunca é puramente espontânea... Mas uma insurreição em massa pode ser prevista e planejada. Ela pode ser organizada com antecedência. Neste caso, a conspiração é subordinada à insurreição, está a seu serviço, suaviza seu caminho, acelera sua vitória. Quanto mais alto o nível político de um movimento revolucionário e mais séria a sua liderança, maior será o lugar ocupado pela conspiração em uma insurreição popular. É necessário compreender as relações entre insurreição e conspiração, tanto no que se opõem como no que se complementam.’ Historicamente, ele sugere, em certas condições uma insurreição popular pode ser vitoriosa mesmo sem uma conspiração: ‘Surgindo *espontaneamente* da indignação universal os protestos dispersos, as manifestações, as greves, as brigas de rua, uma insurreição pode atrair uma parte do exército, paralisar as forças inimigas e derrubar o velho poder. Em certa medida, foi o que aconteceu em fevereiro de 1917 na Rússia’ (1959: 304-305). Ele passa a diferenciar o papel da burguesia e do proletariado na revolução: ‘A burguesia pode ganhar poder em uma revolução não porque ela é revolucionária, mas porque é burguesa. Ela tem em sua posse a propriedade, a educação, a imprensa, uma rede de posições estratégicas, uma hierarquia de instituições. Bem diferente do proletariado. Privado por natureza dos benefícios sociais, um proletariado insurreto pode contar apenas com seu número, sua solidariedade, seus quadros, seus agentes oficiais’ (306)º.

Em seu congresso de fundação, em 1938, a Quarta Internacional estabeleceu um programa

revolucionário para a transição para o socialismo, que enfatizava o socialismo ao invés de um programa burguês-democrático (FRANK, 1979). Trotsky observou que o mundo capitalista enfrentou o fascismo ou o socialismo, o que deixou o proletariado sem alternativa além de voltar-se para o socialismo e para a revolução socialista. No programa revolucionário, Trotsky desenvolveu a idéia de desenvolvimento combinado e desigual nos países atrasados, argumentando que o proletariado elaboraria políticas que combinassem as lutas elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial, a idéia de desenvolvimento combinado e desigual em países atrasados. Assim, a revolução democrática evoluiria através da regra do proletariado. Ele argumentou que o liberalismo burguês foi possível em países capitalistas avançados. Ele reconheceu, mas não teorizou sobre a proposição de que a sobrevivência do capitalismo nas metrópoles dominantes dependia não apenas do lucro doméstico, mas também da possibilidade de altas taxas de mais-valia através da exploração das colônias.

A INFLUÊNCIA TROTSKISTA NA AMÉRICA LATINA

Trotsky desafiou idéias ortodoxas sobre o desenvolvimento na Rússia e na Europa, mas também se preocupou com a América Latina – sobretudo depois de sua chegada ao México em 1937. Em uma coletânea de ensaios intitulada *Pelos Estados Unidos Socialistas da América*

Latina (1961), Trotsky esboça sua estratégia para o socialismo na América Latina, dirigindo sua atenção para determinados países. Ele argumenta que na América Latina a melhor maneira de combater o fascismo é através da luta contra o imperialismo e da implementação de uma revolução agrária, e aponta para o México como um exemplo de país ‘semi-colonial’ capaz de ‘quebrar a dependência servil, dar terras aos camponeses, e elevar os índios ao ‘nível mais alto da civilização’ (1961: 13). A principal tarefa dos países atrasados, diz ele, é lutar contra o capital estrangeiro e reconhecer que a industrialização depende menos da burguesia do que do proletariado. O papel do Estado é trabalhar com a classe operária para resistir ao imperialismo (15). Segundo ele, nas áreas atrasadas, o proletariado deve ter a colaboração do proletariado dos centros metropolitanos e da classe trabalhadora de todo o mundo (31).

Os problemas da revolução agrária estão relacionados à luta anti-imperialista contra a Inglaterra e os Estados Unidos. Ele mergulha em uma breve análise do regime ‘semi-fascista’ de Getúlio Vargas no Brasil, sugerindo que o seu sentimento nacionalista pode servir à luta anti-imperialista. Ele observa o papel dos camponeses na Bolívia e defende a manutenção de suas parcelas pequenas e individuais, ao mesmo tempo em que também se organizam em fazendas coletivas cravadas fora do domínio dos grandes latifúndios (39).

Podemos nos perguntar até que ponto as idéias de Trotsky influenciaram o pensamento

latino americano que desafiou idéias ortodoxas sobre o desenvolvimento capitalista. Munck (1984: II) acredita que o marxista independente, o peruano José Carlos Mariátegui, era ‘próximo da concepção de Trotsky sobre revolução permanente’ no sentido de que sua análise enfatizou a autonomia em relação à concepção Stalinista de uma burguesia-nacional e partido democrático. Ele argumenta que existe um consenso generalizado na América Latina acerca da questão da natureza combinada e desigual do desenvolvimento latino-americano, devido principalmente à popularidade da teoria da dependência que ‘deve muito à análise trotskista’ (II4).

Escritores latino-americanos têm procurado autonomia e um meio de se desenvolver sem depender das nações capitalistas avançadas, especialmente dos Estados Unidos. Os impulsos para sua compreensão frequentemente apareceram em conjunto com algumas perspectivas de Trotsky, mas na realidade a maioria deles provavelmente não estava familiarizada com suas idéias. As referências a Trotsky não aparecem em seus escritos, e Marx é raramente citado. Um exemplo disso era Raúl Prebisch, o economista argentino que, em resposta à frustração com a incapacidade do capitalismo em modernizar a América Latina, propôs uma abordagem estruturalista, distinguindo os centros capitalistas avançados da periferia atrasada. Ele estava preocupado com a substituição de importações e a imposição de tarifas na América Latina para que uma infra-estrutura capitalista pudesse evoluir de forma autônoma e uma burguesia

nacional pudesse conduzir o desenvolvimento nacional. Sem dúvidas esta formulação era de interesse para André Gunder Frank, que durante o início dos anos 60 viajou para a América Latina, para o Brasil em particular, e logo depois trabalhou sua noção de desenvolvimento capitalista e subdesenvolvimento (1966). Sua dicotomia envolvia centros capitalistas chamados metrópoles e periferias atrasadas chamadas satélites. Sem dúvidas, as idéias de atraso e mais-valia no trabalho de Baran influenciaram sua formulação, e embora ele não tenha atribuído nenhuma influência de Trotsky a suas idéias, tem sido sugerido por Guido Mantega (1982: 157) que as proposições definidas por Trotsky (acima) foram explicadas com mais detalhes por Frank e pelo economista político brasileiro Ruy Mauro Marini. Marini (1973 e 1978) ofereceu uma variante do desenvolvimento combinado e desigual com a elaboração da teoria da superexploração dos trabalhadores periféricos, onde ele também apresentou sua tese sobre sub-imperialismo, segundo a qual o desenvolvimento das forças de produção brasileiras está vinculado à extração do excedente dos países vizinhos. Essas idéias eram semelhantes às concepções de Leon Trotsky, reproduzidas nas teses da Quarta Internacional.

Mantega também mostra a semelhança das idéias entre Theotônio dos Santos e outros que defendem a teoria da dependência de suposições trotskistas fundamentais. Dos Santos (1970) identificou formas históricas de dependência, enfatizando a nova dependência, como uma

explicação para o atraso latino-americano.¹⁰ O antropólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen (1968) desafiou prevalecentes noções de atraso, enquanto o sociólogo Pablo González Casanova (1970) adotou o conceito de colonialismo interno para explicar a dicotomia entre metrópoles e satélites. Esses pensadores não citam explicitamente Marx, Lênin ou Trotsky em seus escritos, mas em uma busca comum de uma explicação para o atraso de seus países eles mostram que o desenvolvimento de nações atrasadas não é predeterminado, que fases podem ser ignoradas na rota para o socialismo; que o desenvolvimento pode ser desigual, mesmo sem um planejamento; que pode ser complexo e de caráter combinado, e que, pelo menos implicitamente, uma revolução socialista é atingível.

Movimentos trotskistas na América Latina têm sido evidentes desde 1929, quando Trotsky foi para o exílio e a oposição aos partidos comunistas emergentes apareceu. Em 1931, uma cisão no Partido Comunista Chileno resultou na formação da *Izquierda Comunista*, que se organizou como um partido de trabalhadores e avançou na causa dos camponeses e índios, mas se dissolveu poucos anos depois quando seus líderes trotskistas se uniram ao Partido Socialista Chileno. As principais linhas do trotskismo inicial giravam em torno de Juan Posadas, Jorge Abelardo Ramos, e Nahuel Moreno na Argentina, Mário Pedrosa no Brasil, Luis Vitale no Chile, Sandino Junco em Cuba e Guillermo Lora na Bolívia. Uma questão central do trotskismo relacionada com a libertação nacional, uma li-

nha sustentada por Ramos, cujo movimento constituiu uma ala esquerda do peronismo, é considerada como uma frente anti-imperialista. Uma tendência proletária, no entanto, opôs-se a qualquer aliança com movimentos nacionalistas, a menos que a hegemonia do proletariado estivesse assegurada.

Essas e outras posições políticas dividiram trotskistas não somente na Argentina, mas em outros lugares nos anos 50. Em 1953, o *Partido Obrero Revolucionario* (POR) da Bolívia, por exemplo, dividiu-se em duas facções: uma (libertária nacional) liderada por Hugo González Moscoso, tornou-se a linha oficial e apoiou Michel Raptis (1974) ou Pablo; e a outra (proletária), liderada por Lora, enfatizou a necessidade de organizar um partido proletário antes de fomentar uma insurreição e tomar o poder. Em 1963, trotskistas se uniram ao MR-13 na Guatemala para proclamar o caráter socialista da revolução e construir um partido dos trabalhadores do movimento guerrilheiro. No Peru, duas tendências trotskistas apareceram em 1960: uma liderada por Ismael Frias, que buscava associação com a reformista APRA, e uma outra envolvendo Hugo Blanco (1972) e a organização dos sindicatos camponeses militantes na área *La Convención* dos Andes. Embora ambos os movimentos tenham sido por fim reprimidos, trotskistas peruanos demonstraram que milícias camponesas poderiam estar intimamente ligadas às necessidades das massas, em contraste com a estratégia de confronto de guerrilha modelada segundo a experiência da Revolução

Cubana (ver Munck, 1984: 79-117, para uma discussão mais ampla dessas correntes e também Chilcote, 1993: 173-174 que abrange o tema acima abordado).

Influenciada pela resolução da Tricontinental ou *Organización Latinoamericana de Solidaridad* (OLAS) e da corrente revolucionária Castrista, em 1969, a Quarta Internacional acriticamente aprovou uma linha de guerra civil prolongada através da guerrilha. Isto levou a uma aliança entre o *Partido Revolucionario de Trabajadores* (PRT) e o ERP na Argentina, apesar desse movimento ter saído da Quarta Nacional em 1973. Um partido rival, o *Partido Socialista de Trabajadores* (PST), liderado por Moreno (1974), participou das eleições em 1973, obtendo 150.000 votos. Apesar destas perspectivas contrastantes (luta armada contra participação eleitoral) terem dividido o movimento trotskista, ambas as organizações entraram em colapso diante da repressão brutal gerada pelo golpe de 1976. No Chile, Vitale pediu aos trotskistas para trabalharem com o Partido Socialista, no âmbito da UP, em vez de formar um partido revolucionário independente. Alguns trotskistas unidos ao MIR, no entanto, formaram a *Liga Comunista de Chile* (LCC), que esteve ativa na resistência após o golpe de setembro de 1973. Em 1975, uma coalizão de grupos trotskistas, incluindo o *Partido Obrero Revolucionario* ou Partido Revolucionário dos Trabalhadores (POR) de Lora, reafirmou sua posição ortodoxa sobre a natureza da luta anti-imperialista e atacou o objetivo principal

das correntes trotskistas na América Latina que defendiam ‘alternativas aventureiras’. No México, o PRT evoluiu a partir de lutas estudantis em 1968 e destacou-se como um grupo revolucionário de alguns milhares de membros para a esquerda do partido comunista. Munck caracterizou o PRT como ‘seguidor de uma orientação marxista, de fortes princípios e ainda inflexível, ortodoxo, mas criativo... sem cair no falso ativismo do ultra-esquerdismo’ (1984: 110).

É evidente que um dos mais importantes avanços do trotskismo na América Latina foi a sua ruptura com o stalinismo e com a ênfase ortodoxa na teoria dos estágios, como representado no programa revolucionário chamado As Teses de Pulacayo, que combinava um programa revolucionário marxista com ênfase em um proletariado boliviano em desenvolvimento e que foi aprovado pelo POR em 1964. Munck (1984: 86-87) chamou de ‘um dos mais notáveis documentos na história dos movimentos de classe trabalhadora na América Latina’, e cita de Lora (1977: 246-247) uma passagem de seu documento de fundação: ‘A Bolívia é um país de capitalismo atrasado... a Bolívia é apenas um elo na cadeia do mundo capitalista’ e o proletariado ‘constitui a classe revolucionária’. Hoje na Bolívia com a ascensão de um presidente de esquerda, Evo Morales, o POR permanece ativo com declarações de posição freqüente, críticas e análises de César Uscamayta e sua *Prensa Obrera* em La Paz (Em: <http://amr-bolivia.blogspot.com>).

Os Argentinos

As principais linhas de reflexões dos Trotskistas têm prevalecido na Argentina, manifestadas através de intelectuais, acadêmicos e estudantes, normalmente em pequenos partidos e movimentos sindicais, e muitas vezes obscuras pelas políticas nacionais, mas conspícuas em tempos de crise, para idéias e análises (CAGGIOLA, 1983; PEÑALOSA, 1983; e VALLE, 1981). A discussão gira em torno de várias personalidades importantes. Silvio Frondizi, um marxista argentino contrário à política intransigente dos comunistas argentinos, inspirou-se nos escritos de Trotsky e concentrou-se em questões sobre subdesenvolvimento e dependência. Seu pensamento inicial apareceu em um ensaio sobre integração mundial e capitalismo (FRONDIZI, 1947), no qual enfatizou as contradições do imperialismo comercial britânico e do imperialismo industrial americano. Ele também examinou os vínculos entre imperialismo e burguesia nacional em países coloniais e semi-coloniais, o que levou à sua crítica da burguesia nacional e à tese sobre a sociedade dual defendida pelos partidos comunistas na América Latina. Donald Hodges (1974: 98-99) sugeriu que Frondizi foi o primeiro a defender a idéia de uma nova dependência, que mais tarde apareceu nos escritos do cientista social brasileiro Theotônio dos Santos. Frondizi era líder de uma pequena corrente intelectual, Praxis, junto com os trotskistas Milcíades Peña e Nahuel Moreno (Hugo Bressano). Peña e Moreno também têm enfatizado a importância

do imperialismo comercial britânico e do imperialismo industrial americano na Argentina. Na *Praxis* eles contestaram a linha stalinista do Partido Comunista Argentino, e suas idéias têm muito em comum com o trotskismo, embora um dos colaboradores mais próximos de Frondizi, Marcos Kaplan, insista que Frondizi nunca foi formalmente associado à Quarta Internacional (Entrevista com Chilcote, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1982).

O ensaio de Frondizi sobre a integração mundial foi uma reação ao líder comunista argentino Rodolfo Ghioldi, que havia respondido a uma versão anterior no jornal comunista *La Hora* (16 de março de 1947). Frondizi argumentou que o capitalismo primitivo, baseado na competição livre, apenas poderia sobreviver em países atrasados com expansão ilimitada da produção. Essa forma de capitalismo era limitada não apenas pelo baixo nível das forças produtivas e tecnologia, mas também pela sua própria forma capitalista. Ele também descreveu um período mais avançado do capitalismo, representado pela formação de sistemas imperialistas nacionais e pela substituição de monopólios por produtores individuais. Finalmente, um terceiro período era evidente depois da Segunda Guerra Mundial no qual o capitalismo mundial tornou-se dominante e os Estados Unidos assumiram a liderança do mundo capitalista e o domínio sobre nações subjugadas.

Na elaboração do seu pensamento, em *La realidad argentina*, Frondizi demonstrou a inadequação da burguesia argentina na tarefa de

realizar a revolução democrático-burguesa por conta da sua dependência direta do capitalismo monopolista internacional (FRONDIZI, 1957, 1: 333). Ele acreditava que as nações semi-coloniais e coloniais da periferia não se beneficiaram da revolução democrático-burguesa devido à sua dependência econômica e política. Esses países sofreram ‘um tremendo impacto deformador, econômica e politicamente’ (FRONDIZI, 1957, 1: 27).

Frondizi elaborou uma teoria sobre a relação entre nações dependentes, periféricas e subdesenvolvidas e nações dominantes, centrais e avançadas, mostrando como o monopólio capitalista e o imperialismo causam a desintegração do capital nacional. Ele acreditava que a intervenção do Estado, políticas reformistas e subsidiárias eram inúteis, de modo que a única solução estava no caminho para o socialismo. Ele estabeleceu os requerimentos para uma transição para o socialismo, incluindo a identificação das condições para a revolução e a tomada do poder pelo proletariado (FRONDIZI, 1957: vol. 2).

Luis Vitale, nascido na Argentina em 1927, esteve envolvido em diversos movimentos afiliados à Quarta Internacional e mais tarde tornou-se cidadão naturalizado do Chile, onde escreveu um impressionante seis-volumes da história do país (1967). Foi particularmente influente em um ensaio (1968) que analisou várias premissas acerca do atraso na América Latina. Vitale dissertou contra a premissa dominante de que o feudalismo foi transplantado da Espanha medieval para o Novo Mundo

e que uma aristocracia feudal havia governado a América Latina e continuou a governar até o século XX, frustrando o capitalismo e uma burguesia nacional em ascensão. Ele acreditava que um capitalismo primitivo já existia desde o século XV, que a conquista das Américas estava associada com a exploração e comercialização de metais preciosos e que a América Espanhola era governada não por senhores feudais, mas por uma burguesia comercial, cuja fonte de riqueza eram as exportações. Desde a independência essa burguesia dominante havia permanecido dependente do mercado mundial que, por sua vez, contribuiu para o atraso do continente. Uma luta contra a burguesia levaria a uma ruptura com o imperialismo: ‘A reforma agrária e a expulsão do imperialismo são, e sempre serão, mais contra a burguesia do que a seu favor...’ (1968: 42).

O renomado revolucionário argentino Ernesto ‘Che’ Guevara escreveu sobre o homem socialista um manual de guerrilha, mas incorporado na prática a luta contra o imperialismo e a possibilidade da insurreição como um meio de construir o socialismo em vários lugares. Seu sucesso ao lado de Fidel Castro levou a revolução ao poder em Cuba em 1959, embora em 1967 ele tenha morrido lutando para trazer a revolução para a Bolívia. Michael Löwy (que passou seus primeiros anos no Brasil) mostra paralelos nos pensamentos de Trotsky e Guevara. Crítico da burguesia nacional, Che acreditava numa revolução socialista que Löwy descreve como ‘em consonância com... a teoria

de Trotsky sobre revolução permanente’ (1984: 83). Em consonância com a idéia de que a revolução socialista pode começar em âmbito nacional, mas por fim se difundir para outros países, a estratégia global de Che na guerra contra o imperialismo envolveu a criação de ‘dois, três, muitos Vietnãs, a fim de obrigar o imperialismo a dispersar suas forças’ (110). Um dos biógrafos de Che, Jon Lee Anderson, lembra-nos de que nas profundezas da floresta tropical boliviana, em um confronto com os perseguidores, Che perdeu um volume de Trotsky que ele estava lendo (1997: 721). Embora Che nunca se referisse a si mesmo como um trotskista, outro biógrafo seu, Carlos Castañeda, menciona seu contato com trotskistas na Argentina em janeiro de 1964 (1997: 248) e se refere a uma entrevista com o assessor de Che, Benigno, que recorda que em 1965 Che foi acusado de ser um trotskista: ‘Aquele que eles chamam de Trotsky, e eles diziam para Che que ele era um trotskista... foi Raúl quem disse que era um trotskista, que suas idéias deixavam claro que ele era um trotskista’ (296)¹¹.

Com a queda do muro de Berlin, da União Soviética e do Leste Europeu, a cubana marxista Célia Hart Santamaría descobriu Trotsky. Até sua trágica morte no final de 2008, Célia abriu um diálogo sobre o papel de Trotsky na revolução da América Latina, e relacionou Trotsky ao Che: ‘Não penso que haja uma aplicação prática mais convincente da revolução permanente que a efetuada por este grande revolucionário e herói da juventude do século XX... Ficou cla-

ro para Che que uma verdadeira revolução e o verdadeiro socialismo não foram exclusivos nas fronteiras do meu país ou do meu continente. A bandeira desta lenda acusada de romantismo e pureza foi interpretada por todos os ângulos. Promoveu o latino-americanismo e o anti-imperialismo' (2004). Hart considerou a Revolução Bolivariana de Hugo Chávez na Venezuela como uma base para a unidade latino-americana, desde que não se comprometesse com o imperialismo. Ela nos lembra que Trotsky também sonhava com esta unidade enquanto estava no México e que, embora o stalinismo o tenha silenciado, suas idéias estariam em revoluções que se levantariam mais cedo ou mais tarde: 'Vamos tirá-lo desse silêncio e fazê-lo ser visto, sem ser considerado um terrorista. Fato estranho os imperialistas e os stalinistas estarem de acordo em chamá-lo de terrorista. Um ponto a nosso favor'. Em sua leitura, ela encontrou na obra de Trotsky similitudes com os escritos de Che Guevara, e sentiu que suas idéias foram distorcidas e que era essencial discernir conceitos que ela tinha percebido de Che Guevara sobre a revolução permanente, o desenvolvimento combinado e desigual dos países capitalistas atrasados, o internacionalismo, ou seus ataques à burocracia soviética. Deve-se reconhecer 'seu senso de internacionalismo como uma necessidade premente de continuar a luta revolucionária, um internacionalismo militante comprometido em todos os aspectos'. Hart (2007) também criticou a esquerda trotskista, principalmente na Argentina,¹² por ver Che apenas como um már-

tir ou herói sem reconhecer suas contribuições para a teoria revolucionária. Ela sustentou que tanto Che como Trotsky defenderam os direitos dos explorados à violência contra seus exploradores: 'Eu venho da revolução cubana e ressalto Trotsky sem ser membro de nenhum partido trotskista. Estou apenas apontando que meus camaradas trotskistas deveriam ver no Che Guevara um camarada-de-armas, ler seus trabalhos e perceber que não há duas maneiras de pensar mais semelhante que as deles. Mesmo suas contradições revelam que eles seguem um mesmo caminho e oferecem soluções semelhantes para os mesmos problemas, cada qual a seu modo. E o mesmo vale para os seguidores de Che Guevara: conhecer Leon Trotsky um pouco além de seus partidos ao invés de rejeitá-lo *per se*... Nós deveríamos inventar um termo para nos referir a todos os marxistas que se afastaram da linha oficial de Moscou e continuaram nadando contra a maré apesar de sua ortodoxia comunista. De fato, os promotores da linha oficial acusaram Che, Mella e muitos outros de serem trotskistas? Será que eles estavam certos?'

Os Brasileiros

Trotsky não mantém uma presença forte entre os intelectuais e trabalhadores brasileiros, mas seus seguidores estavam ativos desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Cândido Filho (1982) identifica os intelectuais brasileiros como grandes figuras do movimento trotskista. A maioria deles

rompeu com o PCB em 1928 (1982: 163-165): Aristides Lobo, Lívio Xavier, Patrícia Galvão, Geraldo Ferraz, Plínio Melo, Mário Pedrosa, Edmundo Moniz (1980), Febus Gikovate; e líderes sindicais como João da Costa Pimenta, Joaquim Barbosa e Hilcar Leite. Em 1937-1938, outra divergência de opiniões envolveu Hermínio Sacchetta, que havia liderado o PCB em São Paulo, mas deixou o partido para organizar o Partido Socialista Revolucionário que Mário Pedrosa considerou como um grupo dissidente do movimento trotskista brasileiro.¹³ Sachetta aceitou a posição de que apoio incondicional deveria ser dado para a defesa da União Soviética, enquanto Pedrosa e Moniz diferiam em suas crenças de que a burocracia estatal ali tornar-se-ia uma classe de governo que interferiria na realização de um Estado socialista ou de trabalhadores (DULLES, 1983: 167-168).

Detalhes das atividades dos trotskistas no Brasil são elaborados em Gorender (1987), que identifica uma corrente ortodoxa, o Partido Socialista Revolucionário (Trotskista) ou PSR(T), que agregava estudantes e intelectuais associados com a Quarta Internacional e era orientado por Juan Posadas, que estabeleceu uma perspectiva do terceiro mundo da revolução mundial, inspirada pela Revolução Cubana. Em 1962, a linha Posadas foi manifestada através de seu órgão teórico *Frente Operária*. Ao mesmo tempo, uma corrente independente também apareceu, inspirada por Rosa Luxemburgo, Bukharin e outros e liderada por intelectuais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais que, em reação

às teses reformistas do Partido Comunista do Brasil, fundaram a Organização Revolucionária Marxista (ORM) e um periódico (inicialmente um jornal e depois uma revista) chamado *Política Operária*. O nome completo deste grupo era Organização Revolucionária Marxista Política Operária, mas era conhecido comumente pelo nome Política Operária (POLOP), e incluía jovens intelectuais como Vânia Bambira, Moniz Bandeira (1978), Juarez Guimarães de Brito, Michael Löwy, Ruy Mauro Marini, Eder Sader, Emir Sader e Theotônio dos Santos. Eric Sachs, um dissidente comunista de origem alemã e radicado no Brasil com o pseudônimo de Ernesto Martins, foi influente. O ORM-POLOP realizou três conferências (1961, 1963, e 1964) e concentrou-se em uma crítica ao reformismo e ao nacionalismo – embora, segundo Gorender (1987: 36), tenha sido incapaz de elaborar uma alternativa viável e tendido ao isolamento.

Ao narrar esses momentos passados, Emir Sader atentou para além da influência trotskista no movimento POLOP. Moniz Bandeira foi a principal figura trotskista na época. Sader foi ativo como leninista e trotskista e explica a incorporação de Trotsky, Gramsci e outros, por seus pensamentos tenderem a reforçar críticas à União Soviética e aos partidos comunistas ortodoxos. Os Posadistas não fizeram parte desse movimento, mas havia uma corrente no Brasil. Ruy Mauro trabalhou para organizar um braço da propaganda (*foco militarista*) para mobilizar os militares, principalmente no Rio. Ele foi preso em 1964, e um ano depois deixou o país.

Theotônio já havia partido (Entrevista com Emir Sader, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1991).

Mesmo confirmando que a influência trotskista era evidente no POLOP, Marini sustentou que não era uma influência dominante. Ele próprio foi mais leninista na época, e havia uma grande influência de Erich Sachs. As críticas de Trotsky eram usadas para atacar o PCB. A revolução permanente não era tão importante, mas a idéia do desenvolvimento combinado e desigual era – e isso veio de Trotsky, embora Lênin também tenha usado essa idéia em seus trabalhos depois de Luxemburgo (Moniz, 1980), e posteriormente Trotsky tenha empregado o conceito. Marini traduziu alguns dos textos de Trotsky e Lênin sobre o imperialismo. Ele acredita que o POLOP era importante na formação da idéia de dependência. O interesse teórico na época concentrava-se mais nas idéias de Baran e Paul Sweezy, por conta de suas análises contemporâneas sobre o sistema capitalista, do que nas de Trotsky. Quando Frank chegou, em 1963, ele estava muito influenciado por Baran, e foi então profundamente influenciado pelos intelectuais do Rio e com eles aprendeu. Muito de seu pensamento foi tirado das idéias do POLOP, de Lênin e de outros autores. Seus primeiros escritos surgiram na *Revista Brasileira*, editada pelo renomado historiador Caio Prado Júnior, um comunista cujas influentes idéias (1966) colidiram com a linha do seu partido – assim como Nelson Werneck Sodré, outro comunista, que foi a maior figura dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros

(ISEB), um reservatório de idéias do Rio, notável por sua missão de formular uma ideologia de nacionalismo desenvolvimentista no Brasil. Marini achou ser necessário reformular a análise do que é o capitalismo no Brasil, delinear uma estratégia e um programa; ele acreditava que isto era o que o POLOP deu à esquerda e à possibilidade do socialismo no Brasil. Marini menciona que a revista argentina *Praxis* foi importante antes da formação do POLOP e que um de seus integrantes, Marcos Kaplan, havia participado do primeiro congresso do POLOP em janeiro de 1961: ‘Este foi o início do nosso alcance internacional. O trabalho de Sívio Frondizi foi importante também para nós e para a teoria da dependência, juntamente com as idéias da ECLA e ISEB’ (Entrevista, Ruy Mauro Marini, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1991). Marini elaborou suas idéias sobre subimperialismo antes de buscar exílio no México em 1965. Theotônio começou a escrever em 1966 sobre a nova dependência: ‘Nós adotamos essas idéias do exterior na procura por uma nova teoria da dependência. A teoria da dependência nunca foi uma teoria acadêmica. Foi um esforço político. Uma tentativa de desenvolver uma teoria revolucionária não-comunista’. Ele permaneceu no México até 1969 e depois transferido para o Chile para trabalhar com Dos Santos, até Salvador Allende ser deposto no final de 1973.

O decano da sociologia brasileira, Florestan Fernandes, fez referência a sua filiação antecipada ao trotskismo, em uma entrevista com vários intelectuais brasileiros (1981a: 18-23),

bem como em sua entrevista comigo (São Paulo, 26 de setembro de 1983), e há uma referência a Trotsky em seu *A revolução burguesa no Brasil* (1981b). Em uma discussão sobre seus anos iniciais, ele explica o interesse no PCB e seu renomado líder Luiz Carlos Prestes. O PCB não atraiu a juventude radical desse período. Após o Estado Novo, o PCB mudou para grupos de apoio a Getúlio Vargas: ‘Me juntei a um grupo trotskista de extrema esquerda nesta época, chamado Coligação Democrática Radical, e permaneci com eles até 1940. Eu sempre mantive contato com outros grupos, por exemplo, os anarquistas, os socialistas e os antigos militantes que não foram da minha geração. Eu circulava com pessoas de esquerda, com exceção do PC... mas eu era conhecido pela minha orientação trotskista’ (1981a: 18). Ele explicou que poucos de seus colegas ativistas estudantes nada conheciam algo sobre marxismo durante sua atividade intelectual nos anos 50. Depois de abandonar o trotskismo, ele ficou marginalizado das atividades políticas. Quis participar do PCB, mas sentia que suas posições eram frequentemente negativas, e permaneceu fora do partido: ‘Com frequência discutia esse dilema com Antonio Candido, inicialmente quando me juntei ao grupo trotskista. Sua preferência era pelo socialismo revolucionário. Depois que abandonei o trotskismo, nos falamos novamente, e ele me encorajou a continuar com o meu trabalho intelectual e me dedicar à carreira acadêmica.’ (19). Em resposta a uma pergunta que resumia sua posição de que os partidos políticos

não oferecem soluções, ele foi perguntado por que o intelectual era incapaz de preencher esse espaço, e respondeu que o intelectual não poderia fazê-lo, nem poderia formar seu próprio movimento em uma sociedade de classes na qual o trabalhador não poderia amadurecer politicamente e desenvolver-se como uma classe independente (23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, parece haver uma relação entre a teoria da revolução permanente e o modelo de desenvolvimento capitalista de subdesenvolvimento, o que reflete uma versão importante da teoria da dependência, particularmente evidente no pensamento de Frank e Marini. Trotsky partiu da idéia de um sistema capitalista mundial constituindo uma totalidade subordinada ao desenvolvimento desigual e combinado, onde os países avançados continuariam a se desenvolver às custas da exploração da colônia e áreas atrasadas semi-coloniais. Essa idéia é semelhante à concepção de metrópole-satélite da tese de Frank sobre o desenvolvimento capitalista de subdesenvolvimento (1967), onde a metrópole explora a mais-valia dos satélites, que por sua vez tornam-se subdesenvolvidos.

Em segundo lugar, inerente à teoria da revolução permanente, está a crença de que a burguesia colonial e semi-colonial é incapaz de conduzir o processo revolucionário no sentido da burguesia cumprir sua principal tarefa histórica, a de realizar uma revolução democrático-

burguesa. Dada esta circunstância, Mantega sustenta que Trotsky, Frank e Marini, todos ressaltam o papel do proletariado em provocar a transformação necessária através de uma revolução socialista, dessa forma libertando do capitalismo as forças produtivas. Ainda assim, Marco Aurélio Garcia insiste que Marini procurou distinguir-se do trotskismo fazendo uma crítica desfavorável à teoria da revolução permanente, como sendo ela economicista, embora ele observe que Marini usou a idéia de uma cooperação antagônica paralelamente à teoria do desenvolvimento combinado e desigual para caracterizar as relações entre a burguesia brasileira e o capitalismo. Garcia também afirmou que a influência trotskista sobre a teoria da dependência foi maior que a de Lênin, porque ‘Lênin tratou da dependência em termos muito gerais, enquanto Trotsky tentou estudar a dependência de forma mais concreta, descrevendo seus mecanismos internos’ (Entrevista com Chilcote, Campinas, Brasil, 12 de setembro de 1984).¹⁴

Em terceiro lugar, já próximo ao fim de sua vida e pouco antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, Trotsky observou uma profunda crise em que os regimes democráticos do centro tiveram que continuar a explorar a periferia, onde o excedente permitiria a atenuação da luta de classes. A esquerda precisou lutar contra o fascismo assim como contra o imperialismo (TROTSKY, 1961: 13), porque a burguesia, em alguns países adiantados, tais como Alemanha e Itália (que haviam perdido suas colônias),

precisou se voltar da democracia para o fascismo, a fim de continuar com a exploração da periferia. Da mesma forma, em países periféricos como Argentina e Brasil, a burguesia voltou-se para o fascismo, uma tese desenvolvida por Dos Santos (1973). Assim, o fascismo permitiu o desenvolvimento das condições de superexploração, como elaborado por Trotsky, Dos Santos e Marini, que notaram similarmemente que as forças produtivas humanas haviam parado de crescer e que uma alternativa se fazia necessária.

Em quarto lugar, a noção de Trotsky sobre revolução permanente mundial estava ligada ao papel estratégico dos países na periferia subdesenvolvida que romperam seus laços com as metrópoles e precipitaram um colapso do imperialismo. Marini salientou a revolução socialista nos países periféricos, sustentando que isso levaria a uma revolução mundial e traria a revolução socialista aos países atrasados (MANTEGA, 1982: 227). Mantega também notou que a teoria de Trotsky de revolução permanente projetou uma transição imediata para o socialismo sem as transformações burguesas sugeridas por Lênin, uma proposição que dividiu a esquerda brasileira (1982: 136).

Dos Santos aceitou a teoria marxista sobre a expansão dos centros imperialistas e sua dominação sobre a economia mundial, mas também procurou uma teoria que enfocasse as leis do desenvolvimento interno em países afetados por esta expansão: ‘A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre

estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e ser auto-sustentáveis, enquanto outros países (os dependentes) podem fazer isso apenas como um reflexo dessa expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre o seu desenvolvimento imediato' (DOS SANTOS, 1970: 231). Ao invés de enfatizar o capitalismo na imagem dos países avançados como forma de superação do atraso, ele ressaltou a natureza desigual do desenvolvimento, evidente nos escritos trotskistas, embora tenha negado em uma conversa pessoal qualquer influência trotskista em seu pensamento. (Entrevista com Chilcote, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1995). Marco Aurélio Garcia concorda que Dos Santos, havendo procedido do movimento jovem do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não foi influenciado pelo trotskismo e eventualmente se tornou anti-trotskyista (Entrevista com Chilcote, Campinas, 12 de setembro de 1984). Garcia oferece uma visão histórica do trotskismo no Brasil, destacando a sua força nos anos 1930 e 1980. Neste segundo período, muitas correntes prevaleceram, incluindo a do Alicerce da Juventude Socialista, ligado internacionalmente com o Nahuel Moreno; a do *Causa Operária* e seu jornal de mesmo nome; e a do Democracia Socialista, relacionado com a publicação *Em Tempo*.

Todas essas idéias sobre subdesenvolvimento eram parte de um ataque de intelectuais independentes de esquerda contra as posições intransigentes do PCB, particularmente sobre

as questões do semi-feudalismo como base para o atraso e a promessa da burguesia nacional cumprindo seu papel histórico na transformação capitalista. Mantega afirma que essas idéias foram amplamente inspiradas pelos pensamentos de Trotsky de que o proletariado, sob certas condições, pode subir ao poder antes do proletariado de países avançados – essa tese foi defendida por Trotsky em 1906, sustentando que o atraso Russo não havia sido um obstáculo para a revolução socialista. Ele acreditava que, sob certas circunstâncias, o baixo nível de desenvolvimento capitalista na Rússia poderia levar a uma rápida ascensão ao poder do proletariado. Trotsky (assim como Lênin) argumentou que apesar do seu atraso a Rússia tinha de fato desenvolvido algumas linhas de industrialização capitalista nas últimas décadas do século XIX, principalmente em Moscou e São Petersburgo, onde um grande proletariado havia se desenvolvido junto a uma burguesia fraca, e a industrialização foi largamente implantada pelo capital estrangeiro apoiado pelo estado. Consequentemente, a burguesia não poderia eliminar os remanescentes feudais porque era débil na época. Isto deu ao proletariado a oportunidade de provocar uma mudança revolucionária. No *Revolução Permanente*, Trotsky elaborou esta idéia argumentando que a atrasada revolução burguesa na Rússia poderia ser avançada através do proletariado; especificamente, seus objetivos seriam a realização da reforma agrária e a reconstrução democrática do Estado. A reforma agrária implicava a nacionalização da proprie-

dade e eliminação das diferenças de renda. Esses diferentes padrões de progresso ilustram a idéia de desenvolvimento capitalista combinado e desigual em escala mundial, onde as colônias e ex-colônias alimentam a acumulação das metrópoles imperialistas às suas próprias custas e dessa forma o capitalismo periférico permanece débil, impedindo a burguesia de cumprir a empreitada de uma revolução democrática. Mantega afirma que Trotsky ‘interpreta o capitalismo em sua fase imperialista como um sistema internacional articulado por laços de dominação e dependência’ (1982: 143), e mostra a impossibilidade de uma nação revolucionária democrática nos países atrasados.

*Artigo traduzido por: CLARICE
SILVESTRE DOMINGOS.*

NOTAS

- 1 Nascido na Ucrânia, em uma família de agricultores judeus, Trotsky evoluiu de um círculo de norodniks para ser um marxista bolchevique e líder no Conselho dos Representantes dos Trabalhadores em São Petersburgo (o primeiro na história da União Soviética) na revolução de 1905-1907 e líder da revolução de 1917. Junto a Lênin, foi co-fundador da Terceira Internacional. Trotsky organizou a oposição a Stalin em 1926 e foi deportado para a França em 1929, quando convocou a Quarta Internacional. Entre os mais agradáveis relatos de sua vida estão os estudos de Avenas (1975), Deutscher (1954-1963) e Mandel (1979); representações críticas hostis por Mavrakis (1976) e Volkogonov (1996); enquanto Baruch (1979) e Howe (1976) oferecem panoramas profícuos, críticos, mas eruditos. Wilson (1972) fornece um retrato introdutório solidário, dentro da tradição radical européia. Veja também Tariq Ali e Phil Evans (1982).
- 2 Apreciações do trotskismo na América Latina incluem textos simpáticos de autoria de Campos (1981), Hodges (1974), Mandel (1979) e Munck (1984), além de uma abrangente história, de autoria de Alexander (1973), que omite análises detalhadas das idéias políticas e das divisões ideológicas internas do movimento trotskista, elaboradas por Hodges e Munck.
- 3 Não é minha intenção exagerar a importância do trotskismo. Alan Wald sugere que o trotskismo norte americano, criado em 1928, exauriu-se, mas que uma revisão pode ser uma possibilidade, com o desvanecimento do stalinismo. Ele menciona autores como Paul Buhl, Mike Davis, e Staughton Lynd, que podem, em alguma época, ter sido influenciados pelo trotskismo (1994-1995: Pt 2, 34), e critica Alex Callinicos (1990) pela análise vista através do prisma de uma linha de pensamento específica como a do Partido dos Trabalhadores Socialistas Britânicos. Callinicos sustenta que o trotskismo ‘geralmente tem sido intelectualmente resistente a temas do marxismo ocidental’ que Perry Anderson e outros têm enfatizado em suas histórias intelectuais sobre marxismo (3). Callinicos (1986-87) fornece um quadro útil da organização do trotskismo, especialmente das linhagens americanas e britânicas.
- 4 Geras acredita que Rosa Luxemburgo foi uma das principais arquitetas da teoria da revolução permanente (4). Além disso, era próxima do pensamento de Trotsky e, apesar de algumas diferenças, “adotou uma perspectiva essencialmente idêntica àquela da teoria da revolução permanente de Trotski” (1975: 4-5).
- 5 Howard e King (1989:223) citam Marx, “[O] país mais industrialmente desenvolvido apenas mostra, ao menos desenvolvido, a imagem de seu próprio futuro”, uma proposição a que aderiram tanto Plekhanov quando Lênin, mas não Trotsky em sua teoria do processo revolucionário russo, divulgada inicialmente em 1904-1906, e que eles alegam aproximar-se de seus pontos de vista posteriores.
- 6 Morton (comunicação pessoal com Chilcote, 5 de fevereiro de 2009) nota que George Novack (1972: 98) olha a desigualdade do desenvolvimento como aspectos precedentes de sua combinação e que essa ênfase é mantida em J. Rosenberg (2005: 68-69, nota 28).
- 7 Michael Löwy acredita que a Revolução Cubana influenciou intelectuais, uma vez que exemplifica o argumento de Trotsky de que apenas uma revolução socialista pode libertar países semi-coloniais do imperialismo (Löwy, comunicação pessoal com Chilcote, 11 de fevereiro de 2009).
- 8 Howard e King acreditam que a visão de Trotsky é a ‘afirmação mais radical do socialismo revolucionário a ser encontrada até então no marxismo russo’ (1989: 223). Tarefas democráticas, eles argumentam, não podem ser alcançadas através de uma república

burguesa, mas apenas através de uma revolução socialista. Eles sustentam que a revolução permanente ‘é em consequência fechada dentro de uma contradição que só pode ser superada se a revolução se estender para além das fronteiras nacionais e se tornar ininterrupta ou ‘permanente’ na esfera internacional’ (225). Portanto, nenhuma revolução socialista teria sucesso isoladamente, mas apenas seria possível se o capital internacional fosse debilitado pela propagação da revolução para outras partes do mundo (233). A revolução socialista poderia começar em países isolados, mas só poderia ser alcançada em escala mundial (Callinicos, 1990: 11).

- 9 Jon Elster põe-se a examinar a questão levantada por Trotsky de que “a transição vindoura do capitalismo ao comunismo era crucialmente dependente de... um centro avançado e uma periferia atrasada” (1986: 55). Elster não acredita que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado explique qualquer transição específica. Acredita também que Trotsky falhou em sua suposição de que se pudesse progredir por meio do potencial revolucionário dos países atrasados, aliado à tecnologia altamente desenvolvida dos países avançados.
- 10 Dos Santos insistiria que fundamentalmente ele não concorda com as hipóteses de Trotsky. Na prática, ele era influenciado pela possibilidade do socialismo democrático e pela idéia de que a burguesia nacional seria fundamental na construção das forças de produção a caminho do socialismo no Brasil.
- 11 Editoras influenciadas por Trotsky, tais como Pathfinder Press e Ocean Press, têm enfatizado o pensamento e a escrita de Guevara através da tradução e reimpressão de seu trabalho e trabalhos sobre ele escritos. Durante uma conferência em Havana em 1987, notei semelhanças nas perspectivas de Guevara e na visão de Trotsky sobre revolução permanente, só para serem veementemente refutadas por uma linha-dura comunista cubana.
- 12 No final dos anos 70, Adolfo Gilly, outro argentino de persuasão trotskista, criticara a intervenção trotskista na Guatemala, identificando erros subjetivos, vanguardistas, sectários e burocráticos (Munck, 1984: 94).
- 13 Pedrosa, que representava ‘a continuidade da revolução’ na *Em Tempo* Nº 140 (12 de novembro a 2 de dezembro de 1981), foi um membro da primeira comissão executiva da Quarta Internacional em 1938.
- 14 Garcia, um observador astuto e organizador essencial do Partido dos Trabalhadores (PT); para influências trotskistas no PT, veja Santos e Vida, 1982. Garcia

também ajudou a organizar o Arquivo Edgard Leuenroth do Centro de Documentação e Pesquisa em História Social, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que guarda importante documentação sobre a esquerda brasileira, e publica os Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth (com o primeiro número datado de julho de 1983).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Robert J. (1973). *Trotskyism in Latin America*. Stanford: Hoover Institution Press. Reviewed by Maitan (1978).
- International Trotskyism 1929-1985*. Durham, North Carolina: Duke University Press.
- Ali, Tariq and Phil Evans (1980). *Trotsky for Beginners*. New York: Pantheon.
- ANDERSON, Jon Lee (1997). *Che Guevara. A Revolutionary Life*. New York: Grove Press.
- AVENAS, Denise (1975). *La pensée de Leon Trotsky*. Toulouse: Privat Editeur.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (1962). *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (1978), “Origins e evolução do PTB”, *Encontros com a Civilização Brasileira* 4 (October), 95-116.
- BARAN, Paul (1960). *The Political Economy of Growth*. New York: Prometheus. Originally published in 1957 by Monthly Review Press.
- BARUCH, Knei-Paz (1979). *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford: Oxford University Press.
- BLANCO, Hugo (1972). *Land or Death: the Peasant Struggle in Peru*. New York: Pathfinder Press.
- CALLINICOS, Alex (1990). *Trotskyism: concepts in Social Thought*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- CAMPOS, José Roberto (1981). *O que é trotskyismo*. São Paulo: coleção Primeiros Passos (40), Editora Brasiliense.
- CÂNDIDO FILHO, José (1982). *O movimento operário: o sindicato, o partido*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Castañeda, Jorge G. (1997). *Compañero: the life and death of Che Guevara*. New York: Alfred A. Knopf.
- CHILCOTE, Ronald H. (1974). *The Brazilian Communist Party: conflict and integration, 1922-1972*. New York: Oxford University Press.
- CHILCOTE, Ronald H. (1984). *Theories of development and underdevelopment*. Boulder: Westview Press.
- CHILCOTE, Ronald H. (1992), "From popular power to bourgeois democracy: the case of Portugal." Chapter 4 in James Kurth and James Petras, p. 128-159, in *Mediterranean Paradoxes: the politics and social structure of Southern Europe*, Oxford: Berg Publishers.
- CHILCOTE, Ronald H. (1993), "Left Political Ideology and Practice," Ch. 10, p. 171-186 in Barry Carr and Steve Ellner (eds), *The Latin American Left: From the Fall of Allende to Perestroika*. Boulder: Westview Press.
- CHILCOTE, Ronald H. and Joel Edelstein (eds). (1974). *Latin America: The Struggle with Dependency and Beyond*. New York: Schenckman and Wiley.
- COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel (1983), "Le mouvement trotskyste en Argentine: 1929-1959," Paris: PhD Dissertation: Ecole d'Hautes Etudes en Sciences Sociales, University of Paris, p. 629. In the Arquivo E Leunroth, Unicamp 0/2874, Campinas, Brazil.
- DEUTSCHER, Isaac (1954-1963). *The Prophet Armed. The Prophet Unarmed. The Prophet Outcast*. Oxford: Oxford University Press.
- DEUTSCHER, Isaac (ed) (1964). *The Age of Permanent Revolution: a Trotskyist Anthology*. New York: Dell Publishing.
- DOS SANTOS, Theotônio (1970), "The Structure of Dependence," *American Economic Review* 60 (May), 231-236.
- DOS SANTOS, Theotônio (1973). *Socialismo e fascismo: el nuevo carácter de dependencia e el dilema latinoamericano*. Buenos Aires: Periferia.
- DULLES, John W. F. (1983). *Brazilian Communism, 1935-1945: repression during World Upheaval*. Austin: University of Texas Press.
- ELSTER, Jon (1986), "The Theory of Combined and Uneven Development: A Critique," pp. 54-77 in John Roemer (ed), *Analytical Marxism*. New York: Cambridge University Press.
- FERNANDES, Florestan (1981a), "Entrevista: Florestan Fernandes, a pessoa e o político", *Nova Escrita Ensaio*, 4 (December), 9-39. Interview with various intellectuals, including J. Chasin, Heleieth Saffioti, and others.
- FERNANDES, Florestan (1981b). *A revolução burguesa no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FRANK, André Gunder (1966), "The Development of Underdevelopment", *Monthly Review* 18 (September), 17-31.

- FRANK, André Gunder (1967). *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*. New York: Monthly Review Press.
- FRANK, Pierre (1979). *The Fourth International* [London: Ink Links].
- FRONDIZI, Silvo (1947). *La integración mundial, última etapa del capitalismo (respuesta a una crítica)*. Buenos Aires: Praxis. 2d ed, 1954.
- FRONDIZI, Silvo (1957). *La realidad argentina: ensayo de interpretación sociológico*. Buenos Aires: Praxis, 2 ed, 2 vols.
- FRONDIZI, Silvo (1960). *La revolución cubana: su significación histórica*. Montevideo: Editorial Ciencias Políticas.
- GERAS, Norman (1975), "Rosa Luxemburg after 1905", *New Left Review* 89 (January-February), 3-46.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (1969), "Internal Colonialism and National Development," pp. 118-139 in Irving Louis Horowitz, Josué de Castro, and John Gerassi (eds), *Latin American Radicalism*. New York: Vintage.
- GORENDER, Jacob(o) (1987). *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3d ed. São Paulo: série Temas (3), Editora Ática.
- HART, Célia (2004), "Socialism in One Country and the Cuban Revolution," See text at http://marxist.com/latinam/cuba_celia_hart100504.html. Her collected works are at <http://www.martist.org/achive/celia-hart/index.htm>.
- HART, Célia (2007), "How Can You not be a Trotskyist in the Cuban Revolution!" Interview with David Rey. July 6, 2007. Published in Spanish in *El Militante* (Buenos Aires) and available at http://marxist.com/latinam/cuba_celia_hart100504.html through The Walter Lippmann Web Site: Célia Hart Collection and the Marxists Internet Archive.
- HOWARD, M. C. and J. E. King (1989, 1992). *A History of Marxian Economics*. Vol. 1 1883-1929 and Vol. 2 1929-1990. Princeton: Princeton University Press. 2 vols.
- HOWE, Irving, ed. (1976). *The Basic Writings of Trotsky*. New York: Random House.
- LORA, Guillermo (1977). *A History of the Bolivian Labor Movement 1848-1971*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LÖWY, Michael (1973). *The Marxism of Che Guevara*. New York: Monthly Review Press. 2d ed. Rowman and Littlefield, 2008.
- LÖWY, Michael (1975), "Is there a Law of Arrested and Un-combined Development?" *Latin American Perspectives*, 2 (4): 118-120.
- LÖWY, Michael (1981). *The Politics of Combined and Uneven Development: The Theory of Permanent Revolution*. London: New Left Books.
- MAITAN, Livio (1978), "Apontes para una historia del trotskismo en América Latina," *Combate* 32 (1978).
- MANDEL, Ernest (1979). *Trotsky: A Study of the Dynamic of his Thought*. London: New Left Books.
- MANDEL, Ernest (1983), "In Defense of Permanent Revolution," *Intercontinental Press* 21, August 8, pp. 444-463. Reply to Doug Jenness.

- MANTEGA, Guido (1982), “Raízes e formação da economia política brasileira: a fase estagnacionista”. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MARINI, Ruy Mauro (1969). *Subdesarrollo y revolución*. Mexico City: Siglo Veintiuno Editores.
- MARINI, Ruy Mauro (1973). *Dialéctica de la dependencia*. Mexico City: Ediciones Era.
- MARINI, Ruy Mauro (1978), “World Capitalist Accumulation and Sub-Imperialism,” *Two Thirds* 1 (Fall), 29-39.
- MARTINS, Ernesto (1967), “A onde vamos?” Rio de Janeiro (?), mimeo. Gorender (1987: 39) cites an essay “Na história da POLOP. Um pouco da história da esquerda brasileira”, and essays in *Em Tempo* (October 4, 1979 and April 17, 1980).
- MONIZ, Edmundo (1980), “A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo”, *Encontros com a Civilização Brasileira* 25 (July), 195-202.
- MORENO, Nahuel (1974). *El golpe gorila de 1955: las posiciones del Trotskismo*. Buenos Aires: Editora Pluma.
- MAVRAKIS, Kostas (1976). *On Trotskyism: Problems of Theory and History*. London: Routledge and Kegan Paul.
- MORTON, Adam David (2009), “Reflections on Uneven Development: Mexican Revolution, Primitive Accumulation, Passive Revolution,” Nottingham. Paper presented as the inaugural address of the Latin American Perspectives Fellowship at the University of California, Riverside, January 2008, and revised for publication in *Latin American Perspectives*.
- MUNCK, Ronaldo (1984), “Revolutionary Trends in Latin America,” Montreal. *Occasional Monograph Series* (17), Centre for Developing Area Studies, McGill University. Chapter 3, p. 79-118, entitled “Trotskyism in Latin America”.
- NOVACK, George (1970), *Intercontinental Press* 15 (November), Critique of Frank’s thesis of capitalist underdevelopment.
- NOVACK, George (1972). *Understanding History: Marxist Essays*. New York: Pathfinder.
- NOVACK, George (1976). ‘The Law of Uneven and Combined Development and Latin America,’ *Latin American Perspectives*, 3 (2): 100-06.
- NOVACK, George (1989), “Uneven and Combined Development and Ecological Crisis: A Theoretical Introduction,” *Race and Class* 30, (No. 3), 1-11.
- O’CONNOR, James (1970). *The Origins of Socialism in Cuba*. Ithaca: Cornell University Press.
- PEÑALOZA, Juan Ramón (1953). *Trotsky ante la revolución nacional latinoamericana*. Buenos Aires: Editorial Indo América.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- RAMOS, Jorge Abelardo (1952). *La revolución nacional en Latinoamérica*. Buenos Aires: Ediciones del Mar Dulce.
- RAPTIS, Michel (1974). *Revolution and Counter-Revolution in Chile*. London: Alison and Busby.
- ROMAGNOLO, David (1975), “The So-called Law of Uneven and Combined Development,” *Latin American Perspectives* 2 (Spring), 7-31.
- ROSENBERG, J. (2005), “Globalisation Theory: A Post-Mortem,” *International Politics* 42 (1).

- SANTOS, Mário dos and Ricardo Guerra Vidal (1982), "A esquerda brasileira e o PT," *Internacionalismo* 2 (January-April), 19-36.
- SEGAL, Ronald (1979). *Leon Trotsky*. New York: Pantheon.
- SMITH, Murray E.G. 1996-1997. "Revisiting Trotsky: Reflections on the Stalinist Debacle and Trotskyism as Alternative," *Rethinking Marxism* 9, n° 3 (Fall), 40-67.
- STAVENHAGEN, Rodolfo (1968), "Seven Fallacies about Latin America," p. 13-31, in James Petras and Maurice Zeitlin, *Latin America: Reform or Revolution?* Greenwich, Connecticut: Fawcett Publications.
- TROTSKY, Leon (1957), *History of the Russian Revolution*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- TROTSKY, Leon (1959). *The Russian Revolution: The Overthrow of Tzarism and The Triumph of the Soviets*. Selected and Edited by F.W. Dupee. Garden City New York: Doubleday Anchor. Drawn from Leon Trotsky, *The History of the Russian Revolution*.
- TROTSKY, Leon (1961). *Por los estados unidos socialistas de América Latina*. Buenos Aires: Editorial Coyoacán.
- TROTSKY, Leon (1964a), "The Theory of Permanent Revolution," pp. 62ff in Isaac Deutscher (ed), *The Age of Permanent Revolution*.
- TROTSKY, Leon (1964b). *The Age of Permanent Revolution: A Trotsky Anthology*. New York: Dell Publishing. Edited by Isaac Deutscher.
- TROTSKY, Leon [(1970) (1930)]. *The Permanent Revolution*. New York: Pathfinder Press. Pioneer Press, 1962.
- VALLE, Martín (1981), "História do Trotskyismo argentino' (de sua origem até 1945)," *Internacionalismo* Part I in I (October), 95-III; Part 2 in 2 (January-April 1982), 89-106.
- VITALE, Luis (1967). *Interpretación marxista de la historia de Chile*. Santiago: Edicions de Prensa Latinoamericana.
- VITALE, Luis (1968), "Latin America: Feudal or Capitalist?" p. 32-43, in James Petras and Maurice Zeitlin (eds), *Latin America: Reform or Revolution?* Greenwich, Connecticut: Fawcett Publications.
- VOLKOGONOV, Dimitri (1996). *The Eternal Revolutionary*. New York: Free Press.
- WALD, Alan (1994-1995), "The End of American Trotskyism?" *Against the Current*. Part 19 (November-December 1994), 29-32; Part 19 (January-February 1994), 34-38; Part 3 10) March-April 1995), 33-37.
- WILSON, Edmund (1972). *To the Finland Station*. New York: Farrar, Straus & Giroux and London: Macmillan.

O BRASIL VISTO PELA IMPRENSA EUROPÉIA: BRASILIANISMO, SAMBA E O BRICS*

INTRODUÇÃO

Cada país ou cultura cria sua própria imagem. Mas há também imagens criadas para eles pelo restante do mundo, particularmente pela mídia internacional. Atualmente, os dois processos são mutuamente dependentes. A mídia frequentemente reflete a imagem projetada pelo país em questão. E as sociedades também podem, conscientemente ou inconscientemente, adotar perspectivas ou análises que vêm de fora, alterando, assim, o modo como eles próprios se percebem. Isso pode, às vezes, ter um efeito pernicioso, levando as pessoas a distorcer ou desvalorizar sua própria cultura, o que, por sua vez, pode minar a identidade e a confiança em âmbito pessoal, coletivo e nacional.

O educador e crítico canadense Marshall McLuhan ajudou a sociedade pós-moderna a entender o poder que a mídia possui de influenciar as idéias das pessoas e suas visões sobre elas mesmas. Na aldeia globalizada em que nós

JONATHAN FRYER**

RESUMO

O autor aborda a maneira como o Brasil é mostrado pela mídia européia, o que denomina Brazilianismo. Ao Brazilianismo Fryer associa não só a distorção da realidade brasileira para o público europeu – o Brasil é interpretado como exótico e atrasado –, mas, também, uma influência negativa sobre o modo como se vêem os próprios brasileiros. Nas palavras do autor, “o Brazilianismo reforça a inegável auto-percepção entre muitos brasileiros de que o país é incuravelmente limitado sob vários aspectos culturais e sociais, o que o impede de entrar para o topo do ranking das nações do mundo”. Finalizando, considera que essa imagem do Brasil na Europa está mudando.

ABSTRACT

The author analyzes the manner in which Brazil is shown in the European media which he calls Brazilianism. Together with Brazilianism Fryer associates the distortion of Brazilian reality to the European public – Brazil is shown as exotic and backward – but also is a negative influence on the way the Brazilians themselves. In the authors own words, “Brazilianism reinforces the undeniable self-perception amongst many Brazilians that the country is incurably handicapped by various aspects of its culture and society, which prevent it entering the top rank of world nations”. Ending up he judges that this image of Brazil is changing in Europe.

* Conferência proferida para o Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, Brasil, em 17 de abril de 2008.

** O escritor, conferencista e locutor Jonathan Fryer (M.A., Oxon) é autor de uma dúzia de livros de não-ficção e tem informado sobre o mundo, principalmente para a emissora BBC. Atualmente, Fryer profere palestras em tempo parcial na London University’s School of Oriental and African Studies (SOAS).

seres humanos vivemos agora, o meio é a mensagem, como ele celebrenmente disse. Ainda penso como McLuhan – caso ele estivesse vivo hoje – que é espantoso o grau no qual a realidade é então registrada na consciência das pessoas; não diretamente como algo experimentado empiricamente, mas indiretamente, através da mídia. Para algumas pessoas, o que elas vêem na televisão é mais real, mais verdadeiro, do que muito do que acontece em suas vidas cotidianas. Pessoas não pegam apenas informações da mídia, incluindo a *Internet*, mas também impressões e opiniões. Esse é especialmente o caso em relação a países estrangeiros que o leitor ou telespectador nunca visitou pessoalmente.

O teórico literário palestino-americano Edward Said destacou os perigos postos ao mundo árabe, em particular, pela aceitação passiva de algumas idéias de estrangeiros das realidades árabes, tanto atual como histórica. Britânicos e franceses notadamente formu-

laram uma visão de que o Norte da África e o Oriente Médio eram ambos ‘exóticos’ e ‘atrasados’. Essa visão se refletia não apenas no jornalismo contemporâneo europeu, mas também na literatura e arte. Dos poemas de Pierre Louys e novelas de Pierre Loti às telas de pintores como David Roberts e Eugène Delacroix, o mundo árabe era interpretado e comunicado da maneira Orientalista. Said abordou longamente o fenômeno no seu conhecido livro *Orientalismo*. Um dos argumentos centrais nesse trabalho é que os poderes europeus se agarraram ao suposto atraso do mundo árabe e à pretensa incompatibilidade do Islamismo com o progresso e o desenvolvimento, a fim de justificar não apenas o domínio do período colonial europeu, mas também sua continuidade no mundo pós-colonial. A inferência da perspectiva Orientalista era a de que havia alguma coisa deficiente em relação ao mundo árabe, e que este precisava, portanto, adotar conceitos e práticas européias se fosse para ter alguma esperança de um futuro brilhante. Hoje podemos ver os Estados Unidos engajados numa auto justificativa semelhante, na tentativa de impor conceitos, valores e práticas americanas por todo o mundo árabe e além, enquanto muito da mídia ocidental demoniza o Islamismo. O Orientalismo vive!

A premissa central desta conferência é minha afirmação de que uma forma de Brazilianismo também existe. Devo sustentar que esse Brazilianismo, como apresentado pela mídia européia, de modo semelhante, distorce a realidade do Brasil. Isso não apenas dá uma imagem falsa do país para o público europeu, mas também às vezes afeta negativamente o modo como os brasileiros se enxergam, assim como o potencial futuro do país. É claro, os brasileiros têm a tradição de se enxergarem sardonicamente. Estou certo que todos vocês conhecem a velha

piada segundo a qual “O Brasil é o país do futuro – e sempre será!” Acredito que o Brazilianismo reforça a inegável auto-percepção entre muitos brasileiros de que o país é incuravelmente limitado sob vários aspectos culturais e sociais, o que o impede de entrar para o topo do *ranking* das nações do mundo. Assim como no Orientalismo, no Brazilianismo há tanto uma desvalorização quanto uma distorção das realidades. O Brasil, assim como o Leste dos Orientalistas, é percebido pelos europeus Brazilianistas como exótico e atrasado. Essa percepção pode ser um estorvo para o desenvolvimento e progresso do país, especialmente quando é incorporada na visão dos próprios brasileiros.

A fim de melhor entender a natureza do Brazilianismo e seu poder injusto, vamos considerar alguns dos estereótipos que certamente são fortes imagens da apresentação do Brasil na mídia européia, e deste modo na consciência do homem europeu comum. Devo focalizar quatro, embora certamente haja outros; peço desculpas aos fãs de futebol, pois não incluirei “o belo jogo”.

Primeiro e principalmente, há a denominação do Brasil como o país do samba, ressaltado, em particular, todo mês de fevereiro durante o carnaval do Rio de Janeiro. Agora, vocês e eu sabemos que o carnaval do Rio não é nem típico do resto dos carnavais do Brasil, sem falar do que é típico da vida cotidiana no país. Mas, ano após ano, os principais jornais e emissoras de televisão europeus destacam o carnaval do Rio de Janeiro, que ocorre durante um tempo muito escuro, frio e triste, o inverno europeu; então, aparece como um bem-vindo raio de sol. Segundo, a imagem do Brasil que muitos europeus têm é de uma terra de fantasia, de costumes extravagantes, mulheres lindas e seminuas e travestis escandalosos. Além disso, assim como os Orientalistas no final do

século XIX retrataram a Argélia como uma terra de sensualidade desenfreada, também os Brazilianistas apresentam o Brasil como a terra da promessa sexual sem limites. O fato de uma significativa minoria de jovens brasileiras em Londres, Paris e Roma ter se voltado para a prostituição, como forma de sobrevivência nessas capitais européias caras, apenas tem ajudado a reforçar o mito da luxúria e disponibilidade tropical.

As autoridades turísticas brasileiras têm compreensivelmente tentado, com frequência, capitalizar o libertino apelo do samba e do carnaval para encorajar mais estrangeiros a visitar o Brasil. Ultimamente, fico feliz em dizer, tem havido, no entanto, um grande esforço para promover o verdadeiro Brasil através de campanhas publicitárias na mídia européia, sublinhando a extraordinária diversidade que existe no país, assim como suas riquezas culturais e ambientais.

O segundo e muito pior estereótipo é a noção do Brasil como um país de violência descontrolada. O Brasil aparece mais frequentemente nas notícias de jornais da Europa quando há mortes violentas, por exemplo, durante as rebeliões em penitenciárias em que pessoas sofrem destinos horríveis; ou então tiroteios entre polícia e traficantes de drogas nas favelas do Rio de Janeiro ou São Paulo; ou quando turistas estrangeiros estúpidos o suficiente para andar pela praia de Copacabana tarde da noite são assaltados. Sabemos, sim, que esses crimes acontecem e é importante que eles sejam conhecidos e reportados, não apenas na mídia local. O perigo consiste em eles serem vistos como a norma. Claro, alguém sendo baleado enquanto está sentado no seu carro no semáforo tem muito mais valor como notícia do que alguém que vai diariamente para o seu trabalho sem que nada terrível lhe aconteça. Mas, essas histó-

rias de “más notícias” precisam ser balanceadas com “boas notícias”, se é para que as pessoas tenham uma impressão correta do país em questão.

A terceira imagem estereotipada do Brasil na mídia européia é que este é um país de grande desigualdade econômica, em meio à qual a grande maioria das pessoas vive em terrível pobreza. Há um elemento de verdade em todos os estereótipos, e certamente este é o caso. O Brasil tem uma das maiores discrepâncias entre ricos e pobres no mundo, e o contraste entre o Nordeste empobrecido e o Sul do país mais opulento é impressionante. Porém, o retrato não é tão preto-e-branco como aparenta. Uma favela como a Rocinha, no Rio de Janeiro, possui muitas pessoas morando abaixo da linha de pobreza, e há problemas com drogas e crime armado. Contudo, há aspectos positivos nessas comunidades também.

Nos anos 1970, cientistas sociais da América Latina escreveram sobre “favelas da esperança”, relatando que famílias apostaram em uma reivindicação informal, relativa ao terreno no qual construíram suas acomodações na favela. Se o devido título da terra e um grau de infra-estrutura, como água e eletricidade, fossem então providos, esses barracos poderiam tornar-se comunidades dinâmicas e um importante trampolim em direção a uma vida melhor para seus habitantes. De modo semelhante, padres radicais da Igreja Católica Romana, como Leonardo Boff e outros Teólogos da Libertação, desenvolveram estratégias através da fundação de “comunidades de base”, tentando contribuir para que pessoas pobres assumissem o controle de suas vidas. Contudo, a mídia conservadora na Europa ecoou a linha tomada pelo Papa João Paulo II de que esta politização das Igrejas missionárias era inaceitável, até mesmo perigosamente marxista. Mas nem toda cobertura da mídia européia era tão hostil. Quando vim a Forta-

leza pela primeira vez, em 1984, por exemplo, fiz um documentário de rádio sobre a Teologia da Libertação no Nordeste, o qual foi transmitido no serviço doméstico da BBC. Espero que isto dê uma idéia do Brasil “verdadeiro” que possa funcionar como contra-balanço para algumas das super simplificações e estereótipos completamente absurdos mais comuns.

O Serviço Mundial BBC, em particular, continua a encomendar reportagens mais objetivas – alguns podem dizer, mais otimistas – acerca dos desafios sociais do Brasil. Mas, a maior tendência da mídia na Europa é evitar sutilezas nas histórias sobre pobreza. Até mesmo o jornal britânico de esquerda progressista, *The Guardian*, retirou sua valiosa seção sobre o Terceiro Mundo, há alguns anos, sob pretexto de que não havia um número suficiente de leitores realmente interessado em notícias de profundidade. Contudo, alguns jornalistas ocidentais, tais como Jan Rocha e Sue Branford, conseguem ganhar a vida como *freelancers* cobrindo tanto histórias de “boas notícias” como de “más notícias” sobre o Brasil.

A quarta e última imagem estereotipada do Brasil na Europa que assinalo, aqui, é a de um país desenfreado no trato com o meio ambiente. Todas as crianças de ensino fundamental, na Europa Ocidental, aprendem sobre a destruição da Floresta Amazônica, a qual é lastimada não apenas por si mesma e pela perda da biodiversidade, mas também por seu impacto global em relação à mudança climática. A realidade é que todos os países fronteiriços da bacia Amazônica são culpados em maior ou menor extensão pela falha no freio ao desflorestamento. Mas, nas mentes dos europeus em geral, a Amazônia é no Brasil e, portanto, apenas o Brasil está envolvido. Estatísticas alarmantes são comumente impressas nos jornais europeus, mostrando que em um ano

X uma área do tamanho da Bélgica foi desmatada, enquanto em um ano Y foi apenas o equivalente a Luxemburgo, ou o que seja. O tema, certamente, é assunto legítimo de preocupação. Porém, as implicações Brazilianistas de muitas coberturas européias é que o governo brasileiro, ou o povo, ou ambos, são ambientalmente irresponsáveis e incapazes de administrar este importante recurso global, sozinhos. Qualquer um que estude a questão de perto, no entanto, compreende que o desflorestamento da região amazônica está longe de ser um problema simples, com toda sorte de fatores econômicos e sociais a serem considerados; nem todos eles são coisas que o governo em Brasília possa controlar. Além do mais, parte da pressão por desflorestamento ilegal é o resultado de uma demanda externa por carne bovina, colheita de alimentos ou biocombustíveis.

Recentemente, toda a questão acerca dos biocombustíveis tem acrescentado uma poderosa nova dimensão ao retrato estereotipado do Brasil como um inimigo ambiental. Quando o etanol e outros combustíveis à base de colheitas foram inicialmente desenvolvidos, a resposta internacional foi imensamente entusiasta, já que eles ofereciam uma alternativa aos combustíveis fósseis. Os elevados preços do petróleo também tornaram os biocombustíveis crescentemente competitivos. Entretanto, a brusca alta dos preços dos alimentos nos últimos meses tem virado muitos argumentos de cabeça para baixo. Como o Presidente Lula descobriu outro dia, quando estava nos Países Baixos, o Brasil de repente tem que se defender contra as acusações européias de que estimular os biocombustíveis está reduzindo as terras para produção alimentícia, causando não apenas alta dos preços dos alimentos, mas escassez e fome real, especialmente entre os pobres urbanos na Ásia e em outras partes do mundo em desenvolvimento.

No começo desta semana, Jean Ziegler, repórter especial das Nações Unidas sobre Right to Food (assim como professor de sociologia nas universidades de Gênova e Paris Sorbonne), chegou até a dizer em um programa de rádio alemão que os biocombustíveis são um crime contra a humanidade. Quase que da noite para o dia, sobre o assunto de biocombustíveis, o Brasil tornou-se de santo a pecador.

Se examinarmos estes quatro estereótipos – a terra do samba, violência, pobreza e descaso ambiental – o efeito acumulado é profundamente negativo. Como já observei, os próprios brasileiros são frequentemente críticos em relação à sua própria sociedade e ao seu próprio governo. Mas, poucos sustentariam que a imagem expressa por estes quatro estereótipos europeus representa um retrato justo ou preciso da realidade. A impressão predominante dada por eles é de um país cheio de “más notícias”, que os nativos tentam esquecer durante poucos dias loucos de escapismo no carnaval. Brazilianistas devem estar tentados a fazer uma analogia com a lenda do Imperador Nero tocando seu violino enquanto Roma queimava.

Sob esta ótica, a situação do Brasil não é sem precedentes. Nos anos 1980, houve um caloroso debate na Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) sobre a preponderância das histórias de “más notícias” acerca dos países em desenvolvimento na mídia ocidental. O então Diretor-Geral senegalês da UNESCO, Amadou Mahtar M'bow, estava especialmente preocupado com a representação negativa da África, como um continente negro da guerra, da fome e da doença. Esta cobertura da mídia gera entre os europeus a sensação de desesperança em relação ao futuro da África. Além disso, tal fatalismo contagiou também largamente o público africano, a ponto de alguns

africanos até lamentarem publicamente o fim do domínio colonial europeu.

O fato foi que em seus jornais, os africanos também estavam lendo histórias de “más notícias” sobre seu continente, porque os jornais na África são excessivamente dependentes das agências de notícias européias e norte-americanas, tais como *Reuters* (para a qual eu costumava trabalhar) ou nas reportagens das cadeias de serviços dos jornais Ocidentais, tal como *The Guardian* (para o qual ainda escrevo), para muitas das suas histórias. Aquela situação incitou o Sr. M'Bow, com o apoio de muitos países em desenvolvimento e do bloco soviético – até então existente – a buscar uma nova Ordem de Informação e Comunicação mundial. A visão idealista do Sr. M'Bow era a de que a dependência da mídia dos países em desenvolvimento, em relação às fontes ocidentais de notícia e informação, poderia ser quebrada se fontes alternativas destacando histórias de “boas notícias”, a maioria escritas por jornalistas oriundos dos próprios países em desenvolvimento, fossem estabelecidas e adequadamente fundamentadas. Um segundo pré-requisito para esta proposta de nova Ordem de Informação e Comunicação mundial era que aos governantes dos países em desenvolvimento deveria ser permitido exercer maior controle sobre o conteúdo das suas mídias nacionais, para assegurar a veiculação de uma melhor proporção de material positivo. Essa última sugestão provocou uma resposta raivosa por parte de vários governos ocidentais, os quais acusaram o Sr. M'Bow de promover a censura.

O assunto tornou-se uma das últimas grandes batalhas ideológicas da Guerra Fria. A Grã-Bretanha – então sob o governo da primeira-ministra Sra. Thatcher, a “Dama de Ferro” – uniu-se aos Estados Unidos na sua retirada da UNESCO e retenção de

fundos, o que quase deixou a organização de joelhos. O mandato do Sr. M'Bow como Diretor-Geral não foi prolongado e ele foi substituído por um diplomata espanhol, cuja principal tarefa foi tentar persuadir os Estados Unidos, em particular, a se reintegrar à organização. Uma pré-condição inevitável para isso era que a nova Ordem de Informação e Comunicação mundial fosse discretamente engavetada, como de fato o foi.

Um resultado positivo da briga foi o estabelecimento da *Rome-based Inter Press Service*, que sindicaliza artigos sobre temas de desenvolvimento frequentemente escritos por nativos dos países em questão e disponíveis a baixos custos para assinantes de jornais. Ainda mais importante, no entanto, tem sido o crescimento explosivo da mídia e comunicação dos últimos vinte anos. Isso significa que o público europeu agora usufrui de uma extraordinária cadeia de fontes de informação e análise, das dúzias de canais de televisão disponíveis, a cabo e por serviços de satélite, às centenas de estações de rádio digitais e, por último, porém não menos importante, a *Internet*. Assim, a mídia tradicional, sejam jornais ou emissoras de televisão nacionais ou regionais, não mais exerce o tipo de monopólio que costumava ter. Apesar disso, apenas um número limitado de telespectadores europeus sintoniza procurando serviços de televisão como o *Discovery Channel*, que transmite excelentes documentários sobre o Brasil e outras partes do mundo. É muito mais provável que assistam a novelas, incluindo as telenovelas brasileiras, que são muito populares no sul e leste europeus. Algumas dessas telenovelas contribuem para uma falsa imagem do Brasil, é claro.

A Grã-Bretanha é um país onde a Rede Globo e outras companhias brasileiras de mídia fracassaram enormemente na venda de programas que são

populares em outros lugares do mundo. A principal razão para isso é a língua. O público britânico é desacostumado a ver programas de TV em línguas estrangeiras com legendas em inglês. E detesta a prática de dublagem de diálogos com vozes traduzidas por atores, como é comum na Itália, por exemplo. Consequentemente, há muitas novelas americanas e australianas na televisão britânica.

Essa questão da língua tem uma importância que vai muito além da insularidade da Grã-Bretanha e sua notória relutância em aprender outras línguas. O fato de o Brasil ser um país de língua portuguesa exacerba os problemas do Brasilianismo europeu. Se tirarmos Portugal da equação, vemos então na Europa um continente onde o português, de fato, é falado por muito poucas pessoas. Isso inclui muitos dos jornalistas europeus que foram chamados a escrever sobre o Brasil e, portanto, têm que confiar em fontes de outras línguas, principalmente inglês e francês. Tais fontes são, por definição, secundárias e usualmente têm sido escritas por alguém sem o conhecimento adequado do português. Na Europa, o português é considerado uma língua marginal, assim como o grego, o que é um absurdo quando alguém olha a realidade objetivamente.

De fato, para o horror dos franceses, que têm visto o Francês cair do topo das dez línguas mais faladas no mundo, o Português é agora uma das dez mais, graças à enorme população do Brasil. Dentro da comunidade de países lusófonos, incluindo Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, ao português é dado seu devido valor. Mas não é uma língua oficial das Nações Unidas. Além disso, o Brasil não desempenha um papel significativo nos assuntos internacionais como sua população sugere que deveria. No entanto, esta situação pode mudar brevemente, e com isto, eu acredito

to, mudará a percepção europeia deste país. Explico, a seguir, por que e como.

Entramos no século XXI com instituições internacionais amplamente concebidas 50 anos antes, no final da Segunda Guerra Mundial. Isso é particularmente verdade no que se refere à própria Organização das Nações Unidas, bem como sobre as instituições financeiras globais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Ainda assim, a situação do mundo, em 2008, é muito diferente da que era no final dos anos 1940. Se considerarmos a maquiagem do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, as cinco principais potências aliadas na Guerra – Grã-Bretanha, França, Rússia, China e Estados Unidos – foram dadas como membros permanentes. E essa situação vigora até hoje, embora o mundo tenha mudado. As duas nações derrotadas na guerra, Alemanha e Japão, podem agora legitimamente argumentar que deveriam ser membros permanentes do Conselho de Segurança, dada a dimensão de suas economias. Mas Índia e Brasil também podem. De fato, muitos governos europeus, incluindo a Grã-Bretanha, manifestaram apoio a esta idéia, dentro do quadro de uma ampla reforma das Nações Unidas. Isto não necessariamente significa que os novos membros permanentes do Conselho de Segurança como o Brasil receberiam o poder de veto. Mas significaria que eles teriam um lugar assegurado no topo da mesa em discussões sobre crises internacionais.

De modo semelhante, foi sugerido recentemente que o G8 – o tão chamado ‘clube dos ricos’ das avançadas nações industrializadas – deve ser ampliado para incluir Índia e Brasil. Os sete países originais eram Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Japão, sendo a Rússia adicionada depois, após o colapso do comunismo.

Há fortes argumentos para ampliar este importante fórum para torná-lo um G10 – ou até um G11, se e quando a China abandonar a ideologia política do comunismo. Na verdade, o problema tem sido debatido em importantes publicações como o *Financial Times* e o *Economist*.

A recorrência dos nomes da Rússia, China, Índia e Brasil não é coincidência, uma vez que essas quatro importantes nações têm sido reconhecidas na mídia financeira europeia, pelo menos como um grupo identificável de economias fortemente emergentes, destinadas a desempenhar um papel muito maior nos assuntos do século XXI. Elas adquiriram até sua própria sigla, composta de iniciais Europeias dos nomes individuais dos países: B R I C – o BRICs

Entre os BRICs, a China têm recebido até agora a maior parte da atenção, não apenas por conta das próximas Olimpíadas de Beijing, mas também porque a economia chinesa tem registrado, por muitos anos, um crescimento anual de dois dígitos e tornar-se-á, ainda durante o período da vida de muitas pessoas aqui nesta sala, a maior economia nacional do mundo. A China já tem a maior população, tornou-se o maior centro de manufaturas do mundo, e está rapidamente adquirindo a não invejável posição de maior poluidor do mundo. A Índia não fica muito atrás em todas essas frentes. E assim como a China, a Índia está tirando grande proveito das oportunidades oferecidas pela globalização. A Rússia também detém enorme poder, em grande parte por conta de seus vastos recursos energéticos. Além disso, a Rússia está mais uma vez estendendo suas forças políticas e militares no palco mundial. O que nos traz finalmente ao Brasil, nesta consideração sobre o BRIC's.

Até agora, o Brasil tem recebido muito menos atenção da mídia europeia em relação a questões

econômicas que a China, Índia ou Rússia. Porém, detecto uma mudança. Uma indicação precoce disso foram os relatórios sobre o modo como o Brasil demonstrou uma nova assertividade na conferência da Organização Mundial do Comércio Doha, Qatar, em Novembro de 2001. A delegação brasileira, lá, deixou claro que não estava preparada para ser excluída do núcleo de discussões importantes pelo G8, ou para, mansamente, aceitar políticas decididas por um pequeno grupo de países poderosos atrás de portas fechadas. Desde então, a União Européia – que lida com negociações comerciais, em nome de todos os seus 27 Estados membros – tem certamente dado ao Brasil uma atenção mais de perto. E penso que nós veremos esta situação reforçada na reunião de cúpula da UE com a Cúpula Latino-Americana, que está programada para ser realizada no Peru, no próximo mês.

A realidade, portanto, é que na UE e até no âmbito dos governos nacionais, na Europa, a percepção do Brasil está mudando. O país está crescendo em importância econômica e vem sendo notado, assim como a riqueza dos seus recursos naturais, incluindo o último achado de petróleo na baía de Santos. Assim, a nata da comunicação européia – os jor-

nais sérios e as revistas especializadas, notadamente – está começando a retratar o Brasil de um modo diferente. Este ainda não é o caso da mídia popular e, por conseguinte, não é o caso para a maioria da opinião pública européia. Entre eles, os estereótipos ainda permanecem: do samba, da violência, da pobreza e da irresponsabilidade ambiental. Entre eles, o Brasilianismo ainda é regra. E eu espero que reconhecendo a existência do Brasilianismo, também esteja predizendo sua iminente ruína. Jornalistas europeus, como eu, certamente têm um importante papel a desempenhar neste processo, comunicando mais da realidade e menos do mito. Mas, acredito que os brasileiros também precisam assumir suas responsabilidades, aqui, e provar para o mundo lá fora que os estereótipos são errados ou, pelo menos, representam lamentavelmente uma imagem muito incompleta do Brasil hoje. Você poderia começar mudando o remate do dizer que citei anteriormente, sobre o potencial do Brasil. Que tal “O Brasil é o país do futuro – e o futuro começa hoje!”

Texto traduzido por:

CLARICE SILVESTRE DOMINGOS.

COMIDA COMO CULTURA

De: Massimo Montanari*Comida como cultura*. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2008. 207 p.**Por: MARIA DE FÁTIMA FARIAS DE LIMA***Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.*

Leve, curioso e absolutamente instigante, *Comida como cultura* é um compacto de reflexões acerca dos principais temas em debate nos estudos sócio-históricos sobre a alimentação. Não obstante o tom “despretensioso” da obra, enfatizado pelo autor na Introdução, sua aguçada sensibilidade analítica surpreende e envolve quem se dispõe à sua leitura. Descrições históricas de hábitos e crenças alimentares, utilizadas como fundamento explicativo do trabalho, dão sutileza às discussões de cunho teórico, que aparecem como observações simples, mas nem por isso menos engenhosas. Deste modo, na urdidura das histórias contadas, modalidades do alimentar-se vão ganhando registro, incitando o pensamento e produzindo um “novo olhar” sobre o lugar da comida nos processos de formação cultural.

O livro, escrito pelo historiador italiano Massimo Montanari, especialista em história medieval e da alimentação, é composto por quatro grandes blocos temáticos, que se subdividem em partes menores. Estas têm o formato de ensaios curtos, o que permite que o leitor crie seu próprio itinerário de leitura da obra, de acordo com seu interesse específico. Todavia, para aqueles que optam por seguir a ordenação proposta pelo autor, é possível perceber, a despeito da independência entre as partes, uma certa “lógica de continuidade” que,

paulatinamente, vai apresentando a comida como um *fato cultural*. Neste sentido, as primeiras páginas nos convidam a reflexões acerca das primeiras dificuldades de uma abordagem deste tipo: a saber, as relações entre cultura e natureza.

Sendo a alimentação uma necessidade vital, comum a todos os homens, não é de se estranhar que ela tenha sido tantas vezes interpretada como algo *natural*. Entretanto, conforme nos sugere Montanari, logo na Introdução, “os valores de base do sistema alimentar não se definem em termos de ‘naturalidade’, mas como resultado e representação de processos culturais que prevêm a domesticação, a transformação, a reinterpretação da natureza” (p. 15). Portanto, a comida é cultura, ainda segundo o autor, em todo o seu percurso até a boca do homem: quando *produzida*, porque não comemos apenas o que encontramos na natureza, mas também criamos nosso próprio alimento; quando *preparada*, já que este processo criativo implica uma transformação dos produtos-base da alimentação, mediante técnicas elaboradas que expressam as práticas da cozinha; e quando *consumida*, uma vez que selecionamos o que comer, mesmo podendo comer de tudo, com base nos mais variados critérios (econômicos, religiosos, nutricionais, etc.).

Na primeira parte do livro, intitulada “Fabricar a própria comida”, Montanari desenvolve com mais cuidado essas considerações iniciais, especialmente no que tange à dinâmica entre natureza e cultura. Enfatizando as primeiras tecnologias de produção de alimentos, o autor nos mostra o quanto o homem foi se tornando “o dono do mundo natural”. As técnicas de aproveitamento do território, como a caça e a coleta, embora ainda representassem certa dependência da natureza, já se mostravam reveladoras da produção de um *saber*, um conhecimento acerca do comestível, partilhado e acumulado entre grupos. A passagem desta “economia de predação” para uma “economia de produção”, entretanto, significou uma mudança decisiva na relação do homem com o meio ambiente. Isto porque, ao contrário do modo pelo qual nos habituamos a pensar (motivados pela nossa experiência industrial), a atividade agrícola significou um momento de ruptura, separando o homem da natureza, do “mundo selvagem”. Assim, pode-se afirmar, segundo o autor, que com a agricultura elabora-se a idéia de um “homem civil”, que constrói *artificialmente* sua comida e um espaço para habitar.

Na esteira desse movimento de dominação do meio ambiente, o *tempo* e o *espaço* constituem-se barreiras “naturais” a serem vencidas. A fim de prolongar a vida útil da comida, métodos de conservação foram desenvolvidos como parte de estratégias de sobrevivência e do desejo de contornar o condicionamento das estações. Os primeiros procedimentos elaborados consistiam na manutenção da comida à custa de modificações no gosto original. As técnicas baseadas no uso do açúcar e do sal são icônicas deste tipo de conservação e representativas de modelos alimentares distintos. Introduzido na Europa durante a Idade Média, o açúcar teria permanecido por muito tempo como

privilégio de poucos, perdendo seu caráter elitista apenas no início do século XIX. Já o sal teria caracterizado, por longo período, o que o autor chama de “cozinha pobre”. Carnes, peixes e verduras, afirma Montanari, “sempre se conservaram principalmente com o sal, que constituía a principal garantia de subsistência de uma economia rural que não podia confiar no mercado cotidiano ou no capricho das estações” (p. 39).

A luta pelo domínio do espaço tem na necessidade de expansão do comércio alimentar um momento significativo, gerador de mudanças culturais em diversos níveis da sociedade. A prática de consumir alimentos de outros lugares, mais ou menos distantes, permaneceu por milênios como um sinal de privilégio social, explica o autor. Todavia, a constante integração comercial de regiões e países, associada às revoluções industrial e dos transportes, modificou radicalmente a relação dos homens com o espaço. Hoje, em países industrializados, o consumo de gêneros alimentícios produzidos no exterior é consideravelmente mais acessível. Junto com os preços, bem nos lembra Montanari, caem também as imagens de prestígio que acompanhavam estes produtos. Assim, a distinção passa a ser operada, curiosamente, em sentido inverso: é o *local*, “longamente desonrado”, que tem se tornado representativo do que orgulha e diferencia grupos abastados da sociedade.

Em “A invenção da cozinha”, segunda parte da obra, o autor enfoca, como o título já sugere, a noção de *cozinha*, procurando percebê-la em suas representações sociais e em sua dinâmica de constituição. Cozinhar, para Montanari, é uma atividade humana por excelência. É este o gesto que transforma o produto da natureza em alimento *fabricado* pelo homem. E, neste sentido, “a cozinha

é o símbolo da civilização e da cultura” (p. 71). Tal afirmação nos remete ao clássico estudo de Lévi-Strauss, intitulado “O cru e o cozido” (primeiro volume de *Mitológicas*), no qual estas duas expressões do alimentar são consideradas como pólos opostos da suposta contraposição entre natureza e cultura. Concordando com Lévi-Strauss, Montanari demonstra, citando exemplos de mitos gregos e de tradições cristãs, que a rejeição à cozinha (e, portanto, ao *cozido*) assume o significado de contestação da “civilização”. Todavia, acrescenta que definir o ato culinário simplesmente pela transformação dos alimentos pelo fogo parece reducionismo. É preciso atentar para a existência de outros métodos, como as refinadas técnicas utilizadas pelos cozinheiros japoneses na preparação do peixe cru. Apesar de não pressupor o uso do fogo, tal preparação implica procedimentos de modificação do produto natural representativos, portanto, da prática de cozinha.

Os métodos de preparo da alimentação indicam não só o desejo de melhorar o sabor da comida, proporcionando maior prazer ao ato de comer, mas também um cuidado com a saúde. Não é à toa que medicina e cozinha sempre sofreram influências mútuas, historicamente. Boa parte dos tratados dietéticos medievais se assemelha, em muitos aspectos, a um receituário de cozinha. Do mesmo modo, sinais das normativas médicas são encontrados com frequência nos livros de receita da mesma época. É por isso que, para o autor, “médico e cozinheiro”, nesse período, “são duas faces de um mesmo saber” (p. 88). A relação saúde-prazer, que o imaginário contemporâneo tende a compreender de forma conflitante, é pensada, assim, como um nexo inseparável: “o que é mais agradável para o gosto é melhor para a digestão” – segundo a orientação do médico milanês Maino de Maineri, em um tratado

dietético do século XIV, citado por Montanari. Nesse contexto, as regras alimentares e de saúde se confundiam, na medida em que estas não eram entendidas como *restrições* (conforme parece sugerir, atualmente, a idéia de *dieta*).

A noção de *gosto* é o tema que inspira a terceira e maior parte da obra: “O prazer (e o dever) da escolha”. Conforme entende Montanari, é possível pensar esta noção em duas acepções: o *gosto como sabor*, isto é, como uma sensação individual da língua e do palato; e o *gosto como saber*, ou seja, uma avaliação sensorial do que é bom ou ruim, feita pelo cérebro antes que pela língua. Sob este ponto de vista, o gosto não é apenas uma realidade subjetiva e incomunicável – como, por vezes, tendemos a compreendê-lo. É, sobretudo, uma experiência coletiva, compartilhada; um conhecimento que nos é transmitido juntamente com outras variáveis que contribuem para definir os “valores” da sociedade à qual pertencemos.

Sendo uma forma de saber, o gosto não pode ser interpretado como um padrão estático, invariável. Aquilo que nos parece “bom para comer”, hoje, é resultado de um longo processo de transformação cultural, influenciado por inúmeras variáveis de ordem social. O atual “sistema de sabores” europeu, de acordo com o autor, difere bastante daquele que marca a Idade Média, por exemplo. A gastronomia pré-moderna era fundamentalmente “magra”, explica Montanari. Na preparação dos molhos que acompanhavam carnes e peixes, utilizavam-se ingredientes ácidos como vinho, vinagre e sucos cítricos. Os molhos “gordos” à base de óleo e manteiga, mais familiares ao paladar atual, são invenções modernas, não anteriores ao século XVII, que teriam modificado profundamente o gosto e o aspecto das comidas.

A despeito dessas mudanças sofridas na “estrutura do gosto”, a chamada “cozinha histórica” estaria virando moda na Europa e em vários outros continentes. A idéia consistiria, basicamente, no “resgate” do patrimônio culinário de determinada época. Mas, do ponto de vista cultural, como seria possível resgatar um gosto do passado? Para Montanari, reconstituir a “sensação de um tempo” é algo tecnicamente impossível. Por duas razões simples: os produtos já não são os mesmos (ainda que levem o mesmo nome) e, o mais importante, os sujeitos são outros (com uma educação sensorial, inevitavelmente, distinta). Logo, sugere o autor, “a proposta poderia ser a de *jogar* com a ‘cozinha histórica’, respeitando algumas regras (não há jogo sem regras), mas sem cair na empáfia da reconstituição filológica com fim em si mesma, da receita retomada em sua ‘autenticidade’” (p. 106).

Assim como o tempo, também o espaço tem servido de referência à formação de “cozinhas”. Conhecer ou exprimir uma “cultura de território” por meio de suas comidas *típicas* é algo tão comum, hoje, que nos parece “natural”. Todavia, somente a partir do século XIX é que este tipo de cozinha surge no cenário gastronômico europeu. Diferente do modo como tendemos a pensar, costumeiramente, a chamada “cozinha internacional” é que tem raízes bem antigas. As culinárias romana “mediterrânea” e medieval “européia” eram abertas à totalidade do mundo conhecido e freqüentado. Os ingredientes estrangeiros sempre foram bem-vindos, sendo utilizados, inclusive, como marca de prestígio social – conforme foi dito. É claro que os “pratos” produzidos com base nos recursos locais sempre existiram. Entretanto, perceber a territorialidade como uma *noção* e como um *dado positivo* é uma invenção, relativamente, recente. O início dos

processos de uniformização dos mercados e dos modelos alimentares teria, na visão do autor, estimulado um novo cuidado em relação às culturas locais e, conseqüentemente, a criação de *sistemas* – com base em fragmentos transmitidos pela história – que hoje denominamos de “cozinhas regionais”.

A quarta e última parte, intitulada “Comida, linguagem, identidade”, constitui um rápido exercício reflexivo acerca dos códigos que configuram esses *sistemas culinários*. Montanari afirma que os gestos forjados na prática do “comer junto” tendem a sair de sua dimensão simplesmente funcional para assumir um *valor comunicativo*. Como uma forma de linguagem – metáfora usada, primeiramente, por Lévi-Strauss, em “Origem dos hábitos à mesa”, terceiro volume de seu *Mitológicas* –, a cozinha e as práticas de comensalidade expressam os mecanismos de estruturação e diferenciação social. A participação na mesa comum, indica o autor, é o primeiro sinal de pertencimento ao grupo. Porém, não se pode deixar enganar: comer junto não necessariamente significa estar em perfeita harmonia. Os hábitos à mesa são também reveladores dos conflitos e hierarquias do social – ou da necessidade de mascarar tais disparidades, por exemplo, através da substituição, na moderna sociedade “democrática”, da mesa retangular pela *redonda*, menos adequada para marcar as diferenças.

De acordo com Montanari, “assim como a língua falada, o sistema alimentar contém e transporta a cultura de quem a pratica, é depositário das tradições e da identidade de um grupo” (p. 183). Trata-se, portanto, de um importante veículo de *auto-representação* e de *troca cultural*, possivelmente, mais forte do que o idioma – afinal, comer a comida de outros, lembra o autor, é mais fácil (pelo menos aparentemente) do que decodificar

sua língua. Na prática, estas duas noções são quase sempre evocadas de forma contraposta: a troca cultural aparece como um obstáculo à salvaguarda das identidades. Montanari convoca a atenção, no entanto, para o fato de que as identidades culturais não são realidades metafísicas e nem estão inscritas no “patrimônio genético” de uma sociedade. Ainda que a história venha sendo compreendida como o lugar da produção de “raízes” que servem de referência à conservação das identidades, o que ela mostra, de fato, é que estas identidades só “existem” em função de processos infintos de adaptação a situações sempre novas, determinadas pelo contato com culturas diversas.

Voltando constantemente seu olhar para a história, para as mudanças e permanências que este processo amplo e complexo desencadeia, o autor nos convida a perceber nas práticas alimentares sua natureza fundamentalmente *cultural*. Sem maiores preocupações com ordens cronológicas e aprofundamentos teóricos, o texto tem um tom

descontraído que o torna acessível a um público amplo de leitores. Para os interessados em adentrar, com maior densidade, as discussões acerca do fato alimentar, um *guia à leitura*, que substitui a bibliografia no final da obra, traz uma breve descrição, por assunto, dos referenciais teóricos que orientaram o autor nesta produção.

Uma abordagem suave, mas nem por isso simplificada, das principais temáticas da História da Alimentação (com digressões pelos campos da Sociologia e da Antropologia), *Comida como cultura* foge de modismos intelectuais que apelam para a comida como mais um aspecto meramente curioso da cultura. De forma inteligente, o autor se preocupa em traçar linhas de compreensão histórica dos costumes alimentares apresentados, interpretando-os não como peças de museu, congeladas em seu próprio exotismo, mas como *sinais* de um contexto social específico, rastros materiais e simbólicos de uma história que se revela como processo carregado de agitações e rupturas cognitivas.

COTIDIANO DESPEDAÇADO: CENAS DE UMA VIOLÊNCIA DIFUSA

De: César Barreira

Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa. São Paulo: Edições Pontes, 2008. 264 p.

Por: ANTÔNIO DOS SANTOS PINHEIRO

*Professor da Universidade Regional do Cariri e
pesquisador associado ao Laboratório de Estudos da Violência (LEV)
da Universidade Federal do Ceará.*

No filme *Abril Despedaçado*, Walter Sales traz à tela do cinema histórias cotidianas marcadas pelo uso da violência nas lutas pela terra. O enredo tem como pano de fundo valores morais relacionados a códigos de honra e de vingança. Para as personagens, a coragem, a valentia e a virilidade são consideradas como primordiais na definição sobre o seu lugar em um cenário marcado para “matar ou morrer”. No livro *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*, César Barreira toma como ponto de partida a narrativa do filme supracitado para compreender a violência difusa nas sociedades contemporâneas. O aumento da criminalidade e do medo é discutido como elemento norteador de um cenário social onde a violência “rouba a cena”.

A preocupação em compreender a violência na contemporaneidade é tema recorrente de outros estudos realizados por César Barreira. Refiro-me a dois de seus trabalhos: *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão* (publicado em 1992), e *Crimes por encomenda: a pistolagem no cenário brasileiro* (publicado em 1998). Estes estudos e a publicação de *Cotidiano despedaçado* resultaram de suas pesquisas realizadas a partir da década de 1980

sobre a “estrutura de poder e movimentos sociais no Nordeste”. Entre seus interlocutores teóricos destacam-se Maria Isaura Pereira de Queiroz¹, Maria Sylvania de Carvalho Franco², José de Souza Martins³, Moacir Palmeira⁴, Victor Nunes Leal⁵ e outros.

Em um primeiro momento de suas investigações, César Barreira toma o meio rural como cenário dos conflitos violentos entre proprietários e trabalhadores no que se refere à posse da terra. Nesse contexto, o poder de mando dos grandes proprietários rurais tem como corolário a violência – último recurso para pôr fim às lutas dos trabalhadores – levada à frente pelos proprietários rurais. O assassinato de Chico Mendes na região Norte do país, e de Margarida Alves, no estado da Paraíba, são ilustrados como exemplos de uma luta sem trégua em que a violência é o principal referencial nos crimes por encomenda, caracterizados como *pistolagem*.

Em um segundo momento de suas reflexões, o autor busca compreender o deslocamento da violência do meio rural para o meio urbano. No entendimento da violência como difusa, é perceptível a influência de Michel Foucault no livro, quando o autor toma de empréstimo a teoria do poder de

Foucault na perspectiva de analisar a impossibilidade de inércia da violência. A violência é discutida não mais como um elemento particularizado, pois se encontra circulando por todo corpo social. A transitoriedade ou capilaridade da violência permite que seus efeitos sejam compreendidos como um fenômeno *desterritorializado*.

Na teoria do poder como *microfísica*, Foucault considera porém, que o poder implica uma correlação de forças em que “ninguém é alvo inerte”. Desta forma, o poder é positividade, pois pressupõe a construção de laços de sociabilidade. Ao descrever os atos violentos pela ótica da negação do poder, César Barreira dialoga com outros autores que, a exemplo de Hannah Arendt⁶, Norbert Elias⁷, e particularmente Georg Simmel⁸ sugerem uma reflexão sobre as fissuras no tecido social decorrentes de vidas despedaçadas pelos conflitos violentos.

Algumas questões são postas como norteadoras, ao longo da discussão, por Barreira: existe uma positividade na violência? Como (re)construir relações sociais desgastadas pela violência? A violência como recurso do poder não caminharia no sentido contrário do *processo civilizador*, como descrito por Norbert Elias? Estes e outros questionamentos sugerem reflexões sobre a difícil relação entre poder e violência.

O livro está dividido em cinco partes. A primeira é composta por quatro capítulos que abordam algumas questões teóricas e metodológicas. Do ponto de vista teórico, destaca-se a discussão entre violência e cordialidade na sociedade brasileira, quando o autor questiona a cordialidade como sinônimo de harmonia social. Em termos metodológicos, as armadilhas simbólicas da pesquisa são representadas como um dado importante quando se investiga “temas perigosos” – momento em que o pesquisador

corre o risco de ser fígado pelas classificações morais associadas ao objeto de estudo, bem como pelo apelo à subjetividade por parte do informante.

Na segunda parte, a pistolagem é analisada como tema recorrente de uma sociedade “atrasada”, no que diz respeito à aplicação da lei e da ordem, de acordo com os princípios universais de justiça. Nesta perspectiva, Max Weber⁹ e Hannah Arendt são apontados como dois interlocutores importantes. Se para Weber o Estado legitima-se pelo uso da violência, Arendt argumenta que o desaparecimento da autoridade no mundo moderno decorre do uso da violência como recurso do poder. Esta autora aponta, portanto, para a crise de autoridade no mundo moderno, ao levar em consideração que a violência possibilitou o esvaziamento da política como poder de argumentação e convencimento.

A possibilidade de compreender o uso da violência como um meio de exercício da política permite ao autor de *Cotidiano despedaçado* estabelecer distinções entre questões de interesse público e privado. O público constitui o espaço da palavra, da negociação, cujo princípio básico é a não-eliminação do oponente no jogo político. O privado, ao contrário, contempla assuntos de interesse particular que geralmente estão dissociados dos interesses coletivos. Quando na ação de um pistoleiro a fala e a negociação perdem a capacidade de convencimento, a força física surge como resposta ao desentendimento gerado entre as partes em conflito.

Porém, nos crimes de pistolagem outros valores de ordem moral se fazem presentes na reconfiguração simbólica sobre o uso da violência. Nesse contexto, surge a literatura de cordel carregada de simbologias em que os cordelistas buscam classificar moralmente as vítimas e os

homicidas por meio da “[...] instituição dos códigos de honra e moralidade” (p. 105). Como fragmentos da realidade cotidiana, o cordel possibilita uma inscrição do popular como saber de um povo que conta suas histórias com base em dados reais e imaginários. O imaginário, na maioria das vezes, assume autonomia diante das coisas perceptíveis da realidade, o que torna o conto, como ressalta Roger Chartier, práticas e representações imbricadas que se cruzam em diferentes formas culturais.

O banditismo – tema recorrente nos contos populares – reinscreve as histórias de seus personagens nas quais “[...] a coragem e a valentia vencendo o medo, passaram a ser o grande mote dos cordelistas” (p. 128). Na classificação moral do vingador como bandido-herói, são apontados três momentos como referenciais de conduta. O primeiro é a representação sobre o rompimento com a dominação social; o segundo momento faz referência aos crimes cometidos em que se explora a vida nômade e aventureira da personagem; e no terceiro momento o bandido é representado como “protetor público”.

Na crítica ao banditismo e à pistolagem, então, são comuns posições teóricas sobre estas práticas como contrapostas ao Poder Judiciário. A exemplo da teoria do *processo civilizador*, como descrito por Norbert Elias, o uso privado da força física é resultante da própria dificuldade do Estado em intervir e apontar uma solução pacífica para o conflito. Na discussão sobre o uso da violência, Elias pontua as diferenças entre espaços sociais pacificados e espaços sociais não-pacificados – os primeiros são apontados como espaços do respeito aos procedimentos formais da “lei e da ordem”; e os segundos como espaços delimitados pela “justiça pelas próprias mãos”.

Em espaços sociais pacificados, a presença do Estado pressupõe o controle e o autocontrole sobre as práticas individuais. Se práticas privadas sobre o uso da violência ocorrem em cenários não-pacificados em que os conflitos interpessoais dão o tom das relações sociais, a interferência do Estado por meio da monopolização da violência surge, por outro lado, como um dado importante na configuração do poder pela negação da violência, como recurso privado na solução dos conflitos. A ação de um pistoleiro é, portanto, questionada como decorrente da “[...] ausência, fragilidade ou parcialidade do Poder Judiciário” (p. 131).

O que está em jogo é a existência de duas justiças que se contrapõem no que se refere ao uso da violência. Na primeira, *de natureza pública*, o Estado se faz presente como um dos seus principais representantes. Na segunda, *de natureza privada*, o controle sobre a violência não está devidamente consolidado nas mãos do Estado. Conhecida como “justiça paralela”, este tipo de prática pressupõe resolver o litígio ao se recorrer à “justiça pelas próprias mãos”. Nestes casos, os valores de vingança são geralmente legitimados em uma sociedade onde a solução violenta apresenta-se como resposta ao esvaziamento do monopólio da violência.

Massacres, a exemplo do ocorrido no município de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Estado do Pará, revelam, assim, duas ordens em confronto. De um lado, está o poder de mando dos proprietários rurais que buscam por meio da força e da violência manter o domínio sobre a terra e seus subordinados. Do outro, os trabalhadores rurais que reivindicam o direito à cidadania através do acesso à terra. No massacre de Eldorado dos Carajás, os proprietários rurais tiveram ao seu lado o aparato policial em um confronto que dizimou dezenove trabalhadores

rurais. As acusações de que os policiais foram financiados pelos proprietários sugerem fissuras na política como “arte de convencimento”. Acontecimentos como estes “[...] enquadram-se em uma prática de não separação entre uma instância pública de uma particular” (p. 176).

As contradições entre duas ordens tornam-se mais perceptíveis quando se tomam como referência as práticas policiais. A perspectiva de que a redemocratização do Brasil, iniciada em 1985, e posteriormente a promulgação da Constituição Federal de 1988 possibilitassem uma mudança cultural sobre o exercício da violência legítima, é tematizada como um dado importante na reconfiguração do poder policial. No Estado do Ceará, as propostas de mudanças dos dois governos de Tasso Jereissati (1987 a 1990 e 1995 a 2002) caminharam na direção de construção de uma “nova política de segurança pública”.

Alguns casos, porém, contribuíram para macular a imagem das polícias militar e civil cearense. O primeiro deles assume destaque na imprensa, em 1993, quando um pedreiro é encontrado nas dependências de uma delegacia com indícios de tortura. O segundo ocorreu, em 1997, quando a polícia militar foi chamada para intervir em uma ocupação dos sem-terra na Avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza. Nesta operação, além dos trabalhadores terem sido privados do “direito de ir e vir”, não saíram ilesos do excesso de violência policial. O terceiro, conhecido como “Caso França”, ocorreu em 1997, e teve como principal personagem um policial civil que, após sua prisão, denunciou a participação de policiais civis e militares em diversos atos criminosos.

Estes casos de violência praticados por policiais militares e civis sugerem uma reflexão sobre a capacidade destes “representantes da lei e da ordem” de estabelecerem um diálogo baseado no entendimento mútuo para solução dos conflitos. De acordo com o autor de *Cotidiano despedaçado*, estas práticas revelam um legado autoritário de 21 anos de ditadura decorrente de uma “política do atraso” em que o estabelecimento da ordem decorreu de um movimento lento que não se completou com a distinção entre público e privado. Assim, o “atraso” é “[...] tematizado como um lado emblemático da política de segurança pública caracterizada por práticas ilegais com uso indiscriminado da violência” (p. 200).

Na última parte do livro, em que retrata os *pedaços de uma violência cotidiana*, César Barreira destaca alguns fragmentos que sugerem ao leitor uma reflexão sobre a violência como difusa em uma sociedade cujos valores de justiça social encontram-se desgastados. Diferentes relatos e acontecimentos chamam atenção para a incapacidade de diálogo, seja no espaço privado da casa, ou no espaço público da rua, como resultante de uma “solidariedade negativa” em que o medo e o terror tornaram-se os elementos balizadores nas relações sociais.

Por fim, *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa* nos faz pensar que a reconstrução do tecido social desgastado pela violência pressupõe a construção de uma sociedade do diálogo. A pistolagem no cenário político e os casos de violência nas operações policiais são apontados como obstáculos a este tipo de sociedade. O livro sugere que a implantação de procedimentos democráticos e a participação da população nas lutas por justiça social apontam para novos desafios na consolidação do estado democrático de direito.

NOTAS

- 1 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros – Lês bandits d'honneur brésiliens*. Paris: Julliard, 1986.
- 2 FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós, 3ª ed. 1983.
- 3 MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- 4 PALMEIRA, Moacir. Política, facção e compromisso: alguns significados do voto. In: Moacir Palmeira & Márcio Goldman (orgs.) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- 5 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- 6 ARENDT, Hannah. *As Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- 7 ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, vol II, 1993. ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.
- 8 SIMMEL, Georg. *Le Conflit*. Paris, Éditions Circé, 1992.
- 9 WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Cultrix, São Paulo, 1972. WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Fondo de Cultura Econômica, México, 1974.

RESERVADOS E INVISÍVEIS: O *ETHOS* ÍNTIMO DAS PARCERIAS HOMOERÓTICAS

De: Antonio Cristian S. Paiva

Reservados e invisíveis: o ethos íntimo das parcerias homoeróticas.

São Paulo: Pontes, 2007, 368 p.

Por: Daniel Rogers

Mestrando em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará;

membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS/UFC)

Esta obra foi apresentada, originalmente como tese de doutorado de Antonio Cristian Saraiva Paiva, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, defendida em setembro de 2004. O autor aborda a problemática da gestão íntima das parcerias homoeróticas masculinas, como palco de experimentações que se aproximam do universo da conjugalidade.

Paiva utiliza referenciais teóricos diversos, seja da sociologia, seja da filosofia ou da psicanálise, que se somam a contribuições da literatura, articulados ao material empírico constituído a partir de uma cuidadosa pesquisa de campo, realizada com dez casais vivendo em regime de coabitação em Fortaleza, estendida a outros interlocutores e espaços de homossociabilidade. Através do uso da microsociologia, configura uma cartografia da experiência da “homossexualidade conjugal”. A escrita do autor revela um olhar intensivo, microscópico e artesanal, distanciando-se do pensamento das “representações” e das generalizações, atento aos processos subjetivos e experimentações do universo investigado. Nesse sentido, ao longo do livro, Paiva indaga como situar

a experiência da homoconjugalidade, diante do caos e do “desmapeamento” em que estão postas as territorialidades do amor, do casamento e da família.

As referências de interlocução teórico-analítica utilizadas pelo autor localizam-se no interior da teoria social contemporânea com uma forte inspiração foucaultiana, explorando interfaces com o saber psicanalítico e com a teoria *queer* de Judith Butler, além de incursões no campo literário, de Guimarães Rosa, Proust, Jean Genet e outros. Ao longo das suas 368 páginas, além da Introdução e de uma Conclusão, *Reservados e Invisíveis* está estruturado em treze capítulos, divididos em quatro partes, assim denominadas: 1) Dobras da intimidade: as margens conceituais; 2) Ensaio de etno-sociologia da intimidade (metodologia & etnografia); 3) Estilísticas da existência: gestão das amizades particulares; e 4) Homossexualidade e estética da existência: por outras cartografias e laços.

No processo de caracterização do *ethos* íntimo das parcerias investigadas, Paiva elege como eixo de análise as micropolíticas homoeróticas, atento às suas formas de organização e de cuidado de si e do outro na vida cotidiana, a partir das histórias de “vidas

paralelas”, segundo um olhar micrológico; isto sem negar a importância das discussões macropolíticas em torno das lutas do movimento homossexual no Brasil contemporâneo. Distancia-se de análises convencionais e binaristas, encontradas nos estudos sobre as homossexualidades, questionando a necessidade de constituição de uma “identidade homossexual” única e homogênea.

O autor descreve a forma como os sujeitos da pesquisa perceberam sua homossexualidade e os mecanismos encontrados por estes para singularizar sua diferença, considerando a ação dos corpos discursivos que atravessam a vida dos indivíduos; estes marcados pela difamação, pelo vocabulário degradante, pelo sentimento de medo, pelo silêncio, segredo e culpabilização do desejo; pelas estratégias de ocultamento, simulação de comportamentos, tentativas de cura, que permeiam suas trajetórias até a construção de uma aceitação de si e do seu desejo. Esta aos poucos alicerça o estabelecimento de relações de transparência com familiares e amigos, possibilitando, também, a abertura para vivências amorosas, encontros e experimentações em espaços de homosocialidade.

A descoberta do amor, seguida da aproximação progressiva do espaço familiar, se faz através de jogos em que se vê, mas não se fala; da evidência não verbalizada; de uma visibilidade intersticial que nos leva a pensar numa outra epistemologia do “armário”. Apesar de a coabitação conferir maior visibilidade à relação, o relacionamento permanece submetido à ética da reserva e da discrição, a fim de garantir uma economia da intimidade, o que evitaria uma exposição desnecessária, além de favorecer o trânsito em outras redes de relações. Independente de morar junto, o sentimento de estar casado tem como ênfase a qualidade, intensidade e valorização

do vínculo. Advindos do exílio das expressões que denominam o amor, é colocada a estes sujeitos, na construção de suas relações, a questão do manejo dos vocabulários da conjugalidade e da família, disponíveis na sociedade.

Outro aspecto abordado no trabalho é a maneira como se dá a gestão da intimidade destes “homens infames”, em que se verificou uma prática de papéis sexuais em contraposição ao imaginário binarista entre os pólos ativo X passivo. De modo geral, uma relação plena é idealizada a partir de um modelo igualitário de trocas sexuais. Ao analisar a problemática da fidelidade, as relações paralelas, quando experimentadas, devem ser circunscritas à esfera do comedimento, do como manejar e saber servir-se. A fidelidade amorosa estaria, então, dissociada da fidelidade sexual. Neste aspecto, determinados espaços de homosocialidade são identificados como ambientes de frequência de solteiros; estes locais estão associados a uma atmosfera impregnada de desejo, e aparecem como territórios propícios para encontros e práticas que extrapolam o relacionamento.

A ética da reserva na administração dessas relações nos faz vislumbrar um cenário em que, ao mesmo tempo, se reivindica o direito à indiferença e à invisibilidade; reivindicação expressa num desejo de “ser como os outros” (ideal arcadiano), oposta ao comportamento indiscreto e efeminado da “bicha pintosa”. Por diversas vezes, no processo de leitura da obra, o silêncio em torno dessa experiência conjugal parece ser uma estratégia de proteção da relação e do parceiro frente aos mecanismos de discriminação homofóbica. Por esse viés, evita-se um enfrentamento considerado desnecessário.

Conscientes do não-reconhecimento do vínculo que os une e da instabilidade que paira sobre o

terreno das homoconjugalidades, os entrevistados, nas histórias narradas, apontam para uma reflexão na qual o próprio casamento é mantido pelo simples fato de querer estar junto, na vontade de dividir, na construção cotidiana; “o casamento é a própria relação”; indiferentes, em certo sentido, à agenda posta pelo movimento homossexual organizado.

Tomando por referência a matriz teórica foucaultiana, Paiva assenta o problema da homossexualidade na esfera da amizade, enquanto possibilidade de experimentação do desejo face às inúmeras práticas de existência que podem ser reinventadas nos relacionamentos sexuais e amorosos entre homens, num processo de criação de outras normas que não as do horizonte heteronormativo. O importante é (re)afirmar a inexistência de um modelo único de relacionamento.

Reservados e invisíveis soma-se a outros estudos situados na esfera das conjugalidades e parentalidades LGBTTT no Brasil; constitui-se leitura fundamental pela atualidade da discussão em torno da regulamentação das parcerias entre pessoas do mesmo sexo. A indicação deste livro não se restringe aos estudiosos das homossexualidades, por conta da intensidade e maestria com que o autor escreve, e pela maneira cuidadosa como descreve o seu fazer metodológico, apontando, a partir da etnografia, uma ética da pesquisa em ciências sociais. Assim, ultrapassando interesses acadêmicos mais específicos, o livro suscita reflexões que extrapolam a temática da homossexualidade, por exemplo, ao discorrer sobre a estética da existência, sobre os modos de vida e a gestão das individualidades na contemporaneidade.

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Por favor, envie sua contribuição em CD em programa Word for Windows, com cópia impressa em papel para:

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica) 60.020-181 Fortaleza, Ceará/BRASIL
Tel./Fax: (85) 3366.7416 ou (85)3366.7421

O texto deve ser digitado em espaço um e meio (1,5) e não ultrapassar 30 laudas (sete mil palavras).

Utilize letra *Times New Roman*, de tamanho 12 para todo o texto, inclusive para os títulos, os subtítulos e as notas.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo (máximo de sete linhas), de um *abstract* e informações sobre o autor (instituição, cargo, titulação acadêmica).

Os títulos e subtítulos devem ser ressaltados por meio de 2 espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As citações que não ultrapassarem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem ser separadas do texto por meio de 2 espaços; em itálico e 1,5 mm margem esquerda.

Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc. deverão ser escritos em itálico.

FORMAS DE CITAÇÃO

- A bibliografia, em ordem alfabética, e as notas e bibliografias, numeradas, deverão aparecer no final do texto.

- As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data: página). Exemplos: (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963: 35).

- Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), Correia, (1993b).

- Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959: 33-37) afirma que...

- Toda referência bibliográfica que venha acompanhada de comentário e informações complementares deve ser colocada como nota.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia deve conter todas as obras citadas e orientar-se pelos seguintes critérios:

Livro: Sobrenome em maiúsculas, Nome (Data entre parênteses). Título em itálico. Local: Editora.

Exemplo: HABERMAS, Jürgen (1987). *Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores.

Coletânea: Sobrenome em maiúsculas, Nome. (Data). Título do capítulo entre aspas, in (em itálico), iniciais do nome, seguidas do Sobrenome do(s) organizador(es), Título da coletânea em itálico. Local: Editora.

Exemplos: MATOS, Olgária. (1990). “Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin”, in A. Novaes (org.), *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Artigo: Sobrenome em maiúsculas, Nome (Data). Título do artigo entre aspas. Nome do periódico em itálico, número da edição: numeração das páginas.

Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. (1996). “Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 125-149.



EXPRESSÃO GRÁFICA

Rua João Cordeiro, 1285
(85) 3253.2222 • Fortaleza-CE
www.expressaografica.com.br

FILIADA À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

